



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

INARA BRAGA EMIDIO

**MONOPARENTALIDADE FEMININA E COVID-19: UM ESTUDO SOBRE
TRAJETÓRIAS E IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DE CHEFES DE
FAMÍLIA MONOPARENTAL**

BELO HORIZONTE
FEVEREIRO DE 2023

INARA BRAGA EMIDIO

**MONOPARENTALIDADE FEMININA E COVID-19: UM ESTUDO SOBRE
TRAJETÓRIAS E IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DE CHEFES DE
FAMÍLIA MONOPARENTAL**

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção de título de Mestra em Sociologia do
curso de Pós-Graduação em Sociologia, da
Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientadora: Profa. Dra. Yumi Garcia dos Santos

BELO HORIZONTE
FEVEREIRO DE 2023

301	Emidio, Inara Braga.
E53m	Monoparentalidade feminina e COVID-19 [manuscrito]:
2023	um estudo sobre trajetórias e impactos da pandemia na vida
	de chefes de família monoparental / Inara Braga Emidio. -
	2023.
	150 f.
	Orientadora: Yumi Garcia dos Santos.
	Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas
	Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
	Inclui bibliografia.
	1. Sociologia – Teses. 2. Mulheres chefes de família -
	Teses. 3. COVID-19 (Doença) - Teses. 4. Políticas públicas -
	Teses. 1. Santos, Yumi Garcia dos . II Universidade Federal
	de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências
	Humanas. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Vilma Carvalho de Souza - Bibliotecária - CRB-6/1390



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de Fevereiro de 2023 (dois mil e vinte e três), reuniu-se a Banca Examinadora de Defesa de Dissertação de Mestrado da discente **Inara Braga Emídio**, intitulada: "**MONOPARENTALIDADE FEMININA E COVID-19: UM ESTUDO SOBRE TRAJETÓRIAS E IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DE CHEFES DE FAMÍLIA MONOPARENTAL**". A banca foi composta pelas professoras doutoras: **Yumi Garcia dos Santos** - Orientadora (DSO/UFMG), **Nina Gabriela Moreira B. Rosas de Castro** (DSO/UFMG) e **Julieta Ferreira Romero** (IFRJ) . Procedeu-se a arguição, finda a qual os membros da Banca Examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade pela:

Aprovação da Defesa (X)

Reprovação da Defesa ()

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2023.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Julieta Ferreira Romeiro, Usuário Externo**, em 23/02/2023, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nina Gabriela Moreira Braga Rosas de Castro, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 23/02/2023, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yumi Garcia dos Santos, Professora do Magistério Superior**, em 23/02/2023, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2090617** e o código CRC **027DA1D9**.

*Ao meu tripé de cuidado, amor e
proteção: minha mãe, minha irmã e minha
avó.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora Aparecida pelo caminho percorrido até aqui. Minha fé esteve presente na decisão de mudar meu caminho profissional e buscar dentro da Sociologia meu desejo de pesquisar sobre um tema que marca de tantas formas minha trajetória de vida.

A minha mãe Silvania, mãe solo que faz de tudo e mais um pouco para eu conseguir realizar meus sonhos, principalmente para que pudesse ter acesso a uma educação de qualidade. Sua trajetória é marcada por superação e coragem, foi a primeira “guerreira” da maternidade solo que me fez começar a questionar sobre o papel da mulher, do cuidado, da maternidade dentro de uma sociedade patriarcal. É junto com minha mãe e pela minha mãe que continuo acreditando nos meus objetivos e sonhos.

A minha irmã Nayara, meu outro grande exemplo de determinação, coragem e meu espelho para ser uma boa pesquisadora. Foi quem mais me incentivou em participar do processo seletivo da UFMG. Por ser a irmã mais velha, agregou um pouco do amor materno ao cuidar e me proteger de várias formas em diversos momentos. Não sei se é a nossa amizade que nos faz irmãs tão unidas ou se sermos irmãs é o que nos torna tão amigas, o que importa é que nenhuma das duas larga a mão uma da outra.

A minha avó Adélia, por todo amor, cuidado e zelo. É conhecida por sua gentileza e disposição em cuidar. Abraçou a maternidade solo com afinco, enfrentando diversas dificuldades para conseguir criar sua família em meio uma sociedade conservadora.

Ao Jorge, meu amor companheiro, sempre disposto a ouvir e compreender sobre o tema. Obrigada por me acompanhar desde o início nesta caminhada, pela paciência e pelas revisões da pesquisa. Esteve sempre por perto cuidando através de um abraço, com um café ou uma garrafinha de água para que eu me sentisse sempre confortável e tranquila em escrever. Muitas vezes, fui ausente para poder dar conta do processo de estudo e você sempre compreendeu, sendo meu apoio e incentivo.

A Yumi, por toda gentileza e atenção durante a construção deste trabalho, pela oportunidade dada a mim em ser sua orientanda. Agradeço imensamente por me apresentar uma ciência sensível e possível de captar tantas emoções. Sinto honrada em trabalhar com alguém tão importante no estudo de gênero.

A todos que colaboram com a manutenção do CRAS. Conheci pessoas incríveis e dispostas na construção deste trabalho. Não me permitiram apenas fazer a pesquisa no CRAS, como também me ensinaram qual a missão do Centro de Referência e qual a sua importância para buscar a autonomia de muitas famílias.

As 12 mulheres que colaboraram no desenvolvimento da pesquisa. Muito grata pela gentileza e disposição em dividir suas trajetórias e expectativas de vida. Guardarei na memória a história de cada uma e estarei torcendo para que cada sonho compartilhado comigo nas entrevistas seja alcançado juntamente com mais justiça social.

À Renata e à Daiane, por toda gentileza em sempre atender as demandas da pós-graduação. Apesar do nosso contato ter sido exclusivamente remoto, sempre se mostraram disponíveis e atenciosas.

Ao grupo de estudo do DIVERSO da UFMG, por todo conhecimento adquirido, pelas discussões construtivas e pela oportunidade de contato com uma ampla bibliografia que auxiliou na construção desta pesquisa.

À Capes, pela bolsa que permitiu a realização deste trabalho.

*Poeta, em que medita?
Por que vives triste assim?
É que eu a acho bonita
E você não gosta de mim.
Poeta, tua alma é nobre
És triste, o que o desgosta?
Amo-a. Mas sou tão pobre
E dos pobres ninguém gosta.*

*Poeta, fita o espaço
E deixa de meditar.
É que... eu quero um abraço
E você persiste em negar.
Poeta, está triste eu vejo
Por que cisma tanto assim?
Queria apenas um beijo
Não deu, não gosta de mim.
Poeta!
Não queixas suas aflições
Aos que vivem em ricas vivendas
Não lhe darão atenções
Sofrimentos, para eles, são lendas.*

(Carolina Maria de Jesus)

RESUMO

A presente pesquisa buscou compreender os impactos sociais e econômicos causados pela pandemia da Covid-19 na vida de mulheres chefes de família sem cônjuge. As chefes de família monoparental são responsáveis pelo cuidado e sustento do lar. A pesquisa foi desenvolvida em parte junto ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) na cidade de Juiz de Fora, e a outra parte foi feita com mulheres indicadas pelo método bola de neve. Foram utilizados relatos de vida com doze mulheres em que discorreram sobre suas trajetórias e experiências com a maternidade solo. O objetivo geral deste estudo foi analisar todo o contexto vivenciado por essas mulheres e os dados foram analisados a partir da seguinte divisão: período antes e depois da Covid-19, para assim fazer comparações e identificar as modificações ocorridas na vida de famílias monoparentais femininas. Como objetivos específicos, temos: a) conhecer a trajetória das mulheres chefes de família residentes em Juiz de Fora/MG e região com o intuito de conhecer o contexto familiar, afetivo, social e econômico já vivenciados; b) conhecer através dos relatos de vida a condição como chefe de família durante Covid-19 em relação ao trabalho, bem como às tarefas domésticas, cuidado com os filhos, políticas públicas e outros mecanismos de apoio; c) identificar as assimetrias entre as narrativas de vida e, ao mesmo tempo, identificar as vulnerabilidades que são condicionadas pela interseccionalidade através das análises dos dados extraídos dos relatos. Dessa maneira, através do estudo foi possível identificarmos que o período pandêmico intensificou a sobrecarga de trabalho não remunerado que as chefes de famílias já assumiam sozinhas, bem como percebemos que essas mulheres já vinham enfrentando um modo de vida precarizado. Ratificamos, assim, a necessidade de políticas públicas que possibilitem as chefes de famílias conquistar sua autonomia.

Palavras-chave: mulheres chefes de família, monoparentalidade, covid-19, trajetória, políticas públicas.

ABSTRACT

This study sought to comprehend the social and economic implications of the Covid-19 pandemic on the lives of female-headed single parent families. Women who are head of single-parent families are accountable for the maintenance and care of the home. This research was conducted with women supported by the Social Assistance Reference Center in the city of Juiz de Fora, Minas Gerais or women selected by snowball sampling technique. Twelve women's life narratives discussing their experiences as singles mothers were used. The whole context encountered by these women was evaluated, and the data were divided into two time periods: before and after Covid-19, to enable comparisons and the identification of changes in the lives of female-headed single-parent homes due to the pandemic. The specific objectives were to: a) learn the trajectory of female heads of families living in Juiz de Fora, Minas Gerais and the surrounding region to understand the family's affective, social, and economic contexts before Covid-19; b) learn through their life stories the condition as head of these families during Covid-19 concerning work, as well as domestic tasks, child care, public policies, and other support mechanisms; and c) identify the asymmetries between the life narratives. In this study, it was possible to determine that the pandemic period intensified the burden of unpaid labour that the female heads of families who were already living in a precarious manner assumed alone. This studies also underscore the necessity for public policies that enable women head of families to reclaim their independence.

Keywords: Female-headed single parent families, single parent families, covid-19, narratives, public policies

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Cronologia das modificações sofridas pelo Auxílio Emergencial. 131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Características gerais das chefes de família entrevistadas.....	57
Quadro 2. Escolaridade e trajetória de trabalho das entrevistadas	71
Quadro 3. Relacionamentos e perfil dos parceiros	83
Quadro 4. Pensão alimentícia e contato paterno com os filhos	95
Quadro 5. Trabalho durante a pandemia da Covid-19.....	105
Quadro 6. Programas de Transferência de renda.....	132

LISTA DE ABREVIÇÃO

BF: Bolsa Família

BPC: Benefício de Prestação Continuada

BEm: Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda

CadÚnico: Cadastro Único de Governo Federal

CEF: Caixa Econômica Federal

CRAS: Centro de Referência de Assistência Social

ENCCEJA: Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos

EJA: Educação de Jovens e Adultos

IBGE: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada

PAIF: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF: Programa Bolsa Família

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PROEJA: Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

UBS: Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A QUESTÃO DA PAUPERIZAÇÃO DAS MULHERES E O CONSERVADORISMO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	18
1.1. A pauperização das mulheres (feminização da pobreza).....	18
1.2. Políticas públicas	25
2. COVID-19, GÊNERO E MONOPARENTALIDADE FEMININA.....	32
2.1. A pandemia da Covid-19.....	32
2.2. Covid-19 e a questão do gênero	35
2.3. A chefe de família monoparental no contexto da pandemia da Covid-19.....	38
3. O PAPEL DO ESTADO NA GESTÃO DA CRISE OCACIONADA PELA COVID-19.....	41
3.1. As políticas sociais de enfrentamento à Covid-19.....	41
3.2. Programa de proteção do emprego e da renda.....	43
3.3. Auxílio Emergencial.....	44
4. METODOLOGIA.....	48
4.1. O “relato de vida” como método	48
4.2. Apresentação do campo.....	53
5. A CONSTRUÇÃO DO CONTEXTO ANTERIOR À PANDEMIA DA COVID-19	57
5.1. Trajetórias.....	57
5.2. Estudo e Trabalho.....	70
5.3. Relacionamentos e vida conjugal	82
5.4. Contato dos pais com filhos e a questão da pensão alimentícia	94
6. AS CHEFES DE FAMÍLIA MONOPARENTAL SOB O CONTEXTO DA COVID-19	102
6.1. Dados sobre contaminação e vacinação	102
6.2. A questão do trabalho após o início da pandemia da Covid-19	104
6.3. Tarefas domésticas e a questão do cuidado	111
6.4. Período de fechamento creches e escolas	121
6.5. Auxílio emergencial e outras redes de apoio.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	136
REFERÊNCIAS	141
ANEXO.....	148

INTRODUÇÃO

A necessidade de estudar monoparentalidade feminina sempre esteve comigo desde que comecei a presenciar situações em que me faziam refletir sobre a maternidade solo. Minha mãe sempre foi referência para estudar sobre o tema, sua trajetória a colocou como filha de mãe solo e, mais tarde, como protagonista da maternidade solo. Guardo comigo um momento importante, foi quando minha mãe chorou porque uma empresa terceirizada que prestava serviço à Universidade Federal de Juiz de Fora decretou falência, deixando de quitar seus últimos salários e seus direitos trabalhistas. Ela estava num misto de revolta pelo tempo de trabalho não pago e, ao mesmo tempo, preocupada como faria para pagar as contas de casa.

Aquele choro não era culpa da minha mãe. Não era culpa dela ter apenas trabalhos precários e com baixos salários, não era culpa da minha mãe que meu genitor fosse negligente e não era sua culpa se sentir daquele jeito. Mas minha mãe carregava toda essa culpa. Aquele choro era culpa de um sistema patriarcal em que a fez acreditar que seu destino era abandonar a carreira de magistério aos dezenove anos para cuidar do marido e das filhas, aceitar um trabalho precário para conciliar com a maternidade. Culpa de um sistema que sempre a obrigou a aceitar a violência para proteger as filhas. A culpa era de um sistema complexo em que centraliza uma carga sobre a mulher que não deveria ser dela, mas partilhada com outros.

Não digo que ela deixou de carregar a culpa, pois ainda estamos imersos em um mundo onde a mulher se coloca como a protagonista do cuidado. Assim como minha mãe, outras mulheres também sentem toda esta culpa. Por isso, estudar a monoparentalidade foi um desafio a ser cumprido por mim. É uma missão reforçar que essa culpa não é da mulher chefe de família, aliás, não é de nenhuma mulher.

Esses questionamentos despertaram meu interesse em pesquisar sobre o tema, provocando a busca pelo mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia na UFMG. Ao mesmo tempo, o ano de 2020 surpreendeu a todos com a chegada do coronavírus, transformando a forma dos indivíduos viver, relacionar e trabalhar. Muitas questões ainda se encontram sem respostas, principalmente quanto aos efeitos econômicos e sociais na vida das famílias brasileiras, algo que está sendo ainda objeto de estudos de diversas áreas. A certeza é que se tem um árduo caminho para responder às novas necessidades, principalmente dos grupos que já ficavam à margem da sociedade neoliberal, como é o caso das famílias monoparentais femininas. As mulheres chefes de famílias monoparentais com filhos dependentes se integram,

muitas vezes, no mercado de trabalho pela participação em ocupações de menor qualidade, quando comparadas com os homens em qualquer posição na família e com as mulheres que não têm filhos. Essa constante pressão em garantir a provisão e os cuidados da família contribuem para a manutenção da situação de pobreza (SORJ, FONTES E MACHADO, 2007).

Parte-se da concepção que os contextos sociais, econômicos e emocionais vivenciados por essas mulheres refletiram durante o período de pandemia. Dessa forma, proponho como questão de pesquisa a necessidade de compreender relatos de vida de mulheres que se constituem como chefes de família e o atravessamento sobre a maior crise sanitária do século XXI e de que forma sua vivência e condição social enquanto mulher e chefe de família sem cônjuge afetam este processo. Além disso, tem-se a ideia que é pertinente a existência de políticas públicas de apoio às mulheres objeto da pesquisa, como forma de propiciar uma maior autonomia e, conseqüentemente, resguardar os direitos sociais das mulheres.

Dessa forma, o Capítulo 1 irá trazer o debate sobre a pauperização das mulheres como um possível fenômeno global e, também, brasileiro. Essa questão mostra-se bastante divergência na literatura e, especificadamente, no Brasil, iremos mostrar que não podemos generalizar a monoparentalidade como fator determinante para a pauperização das mulheres. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, iremos destacar que devemos analisar a pobreza de forma muito mais ampla que a pobreza econômica. Também iremos abordar que a pobreza está presente na vida das mulheres brasileiras desde o casamento ou, até mesmo, antes. Assim, a pauperização das mulheres no Brasil não estabelece as mesmas razões que o restante do mundo, algo central na discussão a ser estabelecida nesta pesquisa. Neste mesmo capítulo será discutido sobre as políticas públicas brasileiras e como carregam consigo uma marca de gênero, identificada a partir do enfoque orientador da inclusão de mulheres em seus programas e ações. O objetivo é reforçar a necessidade de mudanças no modo como as políticas públicas interpellam a participação feminina. A interpelação da mulher-mãe exige mudança para o reconhecimento da mulher como cidadã como forma de conseguir sua verdadeira autonomia.

Já no capítulo 2, iremos tratar sobre o surgimento da Covid-19 e seus impactos nas relações sociais. O capítulo também irá abordar a pandemia sob o enfoque de gênero, o objetivo será demonstrar como as mulheres foram impactadas pelas modificações econômicas e sociais necessárias para combater o coronavírus. Após, será desenvolvido o contexto pandêmico na perspectiva das chefes de família monoparental. Fazer-se-á uma abordagem sobre as principais

medidas adotadas pelo Brasil para enfrentamento da crise gerada pela Covid-19, apresentando o (I) Programa de proteção de emprego e renda e (II) Auxílio Emergencial.

O objetivo do Capítulo 3 será apresentar a metodologia adotada no desenvolvimento da pesquisa, assim como apresentar o local de campo onde foram feitas as entrevistas. A pesquisa irá trazer uma análise das trajetórias de 12 mulheres chefes de família na região da Zona da Mata no Estado de Minas Gerais e, a partir dos relatos de vida, buscar-se-á compreender o contexto em que elas viviam no período antes da pandemia da Covid-19, bem como viveram o período de isolamento social por conta do coronavírus.

Já os capítulos 4 e 5 terão como intuito analisar os dados que foram colhidos nas entrevistas a partir de duas perspectivas: (I) os relatos de trajetória familiar das mães chefes de família e (II) os relatos da condição de mãe chefe de família durante a pandemia da Covid-19.

No item (I) serão apresentados os dados sobre família e sua formação, bem como a trajetória de relacionamentos e trabalho. O objetivo será demonstrar que a monoparentalidade não é o fator divisor em que as coloca em situação de pobreza, mas há uma trajetória marcada por uma desigualdade sistêmica, que se perpetuou durante os relacionamentos e permaneceu até a atualidade. Também serão explorados os dados sobre o contato dos filhos com o genitor, analisando se as mães recebem alguma rede de apoio dos pais, seja apoio financeiro, como também em relação na ação de cuidar dos filhos. O propósito será reforçar o quanto as mulheres chefes de família presenciaram uma situação estrutural em que se reverbera nos relatos de vida de todas as entrevistadas.

O item (II) será especificamente sobre as condições sociais, econômicas e emocionais no período da Covid-19. Será explorado como a maternagem foi modificada após o início da pandemia sob a ótica do cuidado com os filhos e tarefas domésticas, o ensino remoto. Também serão analisados dados sobre a vacinação, o período de isolamento social e a questão do auxílio emergencial e outros mecanismos de apoio que auxiliaram na manutenção da vida cotidiana.

Já na última etapa, será apresentada a conclusão da presente pesquisa abarcando a análise do período antes *versus* depois da pandemia. O intuito mostra-se, primordialmente, estabelecer o quanto a trajetória condicionou em muitos aspectos as vivências durante a pandemia da Covid-19. Adicionado a isso, reforçar a necessidade de políticas públicas que emancipem a ideia do papel tradicional da mulher imposto na sociedade e a necessidade de políticas mais concretas

de apoio às mulheres chefes de família, principalmente na questão de rede de apoio e políticas para estabelecer uma maior autonomia através dos estudos e trabalho.

Por fim, gostaria de registrar que este trabalho é um respiro da pesquisa brasileira. É fruto da universidade pública de qualidade em tempos marcados pela tentativa de desmonte da educação e da ciência nos últimos anos. Comecei a acreditar no poder de mudança da educação a partir do momento que a educação transformou a vida da minha família. Minha mãe conseguiu seu sonho de completar o ensino médio pelo Programa Nacional Integrado de Educação de Jovens e adultos (PROEJA). Como mãe solo, foi pelo caminho da educação que ela conseguiu sua autonomia e realizar os sonhos da nossa família. Foi pelo Programa “Ciência sem Fronteiras” que minha irmã conseguiu alçar voos mais altos no mundo da pesquisa. Sigo sempre acreditando na transformação da educação na vida de todos.

1. A QUESTÃO DA PAUPERIZAÇÃO DAS MULHERES E O CONSERVADORISMO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1. A pauperização das mulheres (feminização da pobreza)

O estudo da monoparentalidade feminina quase sempre leva ao assunto acerca da “feminização da pobreza”. Parte do movimento feminista propõe a adoção do termo *pauperização das mulheres*. “Por que associar ‘feminização’, palavra culturalmente desvalorizada, à palavra ‘pobreza’ também socialmente depreciativa? Por que não falar simplesmente em ‘pauperização das mulheres’?” (BRUSCHINI; ARDAILLON, 1998). O intuito deste tópico é abordar sobre o tema e discutir se, realmente, a pobreza tem uma maior face feminina - principalmente em famílias que tenham uma chefia feminina sem cônjuge - em relação aos homens ao longo do tempo.

O conceito de “feminização da pobreza” foi introduzido por Diane Pearce, em artigo publicado na *Urban and Social Change Review* em 1978. A autora partia do princípio de que a pobreza estava rapidamente se tornando um problema feminino, fazendo uma associação do processo de empobrecimento das mulheres com o aumento na proporção de famílias pobres chefiadas por mulheres sem cônjuge nos Estados Unidos. Na pesquisa, Diane Pearce concentrou sua análise nas mulheres “que são pobres porque são mulheres”, embora reconheça que também há famílias pobres chefiadas por homens. A feminização da pobreza inicia-se quando a mulher, sozinha, tem que prover o seu sustento e o de seus filhos. Mesmo reconhecendo que há mulheres pobres que vivem em famílias chefiadas por homens pobres, aborda a situação de vulnerabilidade das mulheres chefes de família e quais consequências da independência econômica dessas mulheres. Na visão da autora, o custo dessa independência tem sido o empobrecimento e a dependência sobre o bem-estar das mulheres chefes de família (PEARCE, 1978).

O crescente número de famílias nas quais a mulher sozinha tem que prover seu próprio sustento e de seus filhos criou a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero em análises tradicionais (ex. medição de renda) da pobreza. Grande parte das pesquisas enfatizaram as desvantagens enfrentadas pelos arranjos familiares chefiados por mulheres em comparação aos lares chefiados por uma figura masculina. Dessa forma, houve uma associação entre famílias chefiadas por mulheres e o conceito “feminização global da pobreza” e, assim, essas famílias assumiram o status “as mais pobres entre os pobres” (CHANT, 2003).

No Brasil, à medida que os arranjos familiares iam se diversificando e, juntamente, aumentando o número de famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge, o discurso de que haveria maior índice de pobreza e vulnerabilidade nesse específico arranjo familiar ganhou grande repercussão. Segundo Farah (2004), particularmente em relação ao Brasil, o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano (1996) destacou a feminização da pobreza no país, evidenciado pela diferença salarial a situação particularmente vulnerável das mulheres chefes de família. No ano de 1989, as famílias chefiadas por mulheres com filhos menores de 14 anos correspondiam a 58% das famílias com rendimento mensal até meio salário mínimo *per capita*. A partir de então, houve uma orientação a partir de organizações, como por exemplo, o Banco Mundial, para que tivesse uma focalização de políticas para se combater a pobreza neste grupo. O documento *Toward Gender Equality* do Banco Mundial evidencia o papel das políticas públicas na redução das desigualdades de gênero, propondo ênfase em políticas de educação, saúde, serviços de extensão rural, infraestrutura rural e urbana, e em áreas como segurança e geração de emprego e renda.

Esse raciocínio foi a justificativa do Senado Federal para implementar políticas públicas focalizadas em famílias chefiadas por mulheres, “Famílias cuja pessoa de referência é uma mulher com filhos apresenta rendimentos inferiores à renda familiar média *per capita*. Situação que nos remete necessariamente a pensar e agir por meio de políticas públicas, visto que essas mulheres não têm a mesma oportunidade de gerar renda adicional a não ser à custo do trabalho dos filhos e de outros parentes” (Comissão externa da Feminização da pobreza do Senado Federal, SENADO FEDERAL, 2004 *apud* SORJ e FONTES, 2008).

De fato, revela-se de extrema importância políticas públicas na vida das mulheres para fortalecer a equidade de gênero em razão de proporcionar uma maior autonomia e empoderamento das chefes de família sem cônjuge. Contudo, é necessário discutir a pauperização das mulheres de modo a não reforçar os estereótipos e disseminar discursos moralizantes de vulnerabilidade e pobreza, fazendo com que não singularize de forma exata a complexidade em volta dos fatores que determinam as dificuldades objetivas enfrentadas por essas famílias (MACEDO, 2008; CHANT, 2003; VEGA, 2019).

A pobreza tem sido abordada a partir de diferentes metodologias e há muitas opções de técnicas e ferramentas para fazer sua medição (CHANT, 2003). Para isso, é preciso entender que a pobreza é percebida, vivida e confrontada de forma distinta pelas pessoas, necessitando analisar quais técnicas e metodologias que melhor convém, fazendo uma avaliação de suas vantagens e

desvantagens, bem como verificar novas medidas que as complementam ou substituem. (VEGA, 2019). A definição de pobreza que está embasada em muitos estudos sobre o fenômeno da “feminização da pobreza”, pauta-se na insuficiência de renda monetária. Contudo, atualmente mostra-se uma medição que carece de indicadores que consubstanciam e enriquecem a discussão sobre a monoparentalidade feminina e a autonomia das mulheres que chefiam essas famílias.

Sorj e Fontes (2008) avaliam que é necessário abranger outros indicadores que permitam avaliar o estado de vulnerabilidade das crianças que vivem em lares monoparentais femininos, como: situação do domicílio, o acesso a bens de consumo, o nível de escolaridade das crianças e a presença do trabalho infantil. Outro ponto é que a noção de vulnerabilidade das mulheres chefes de família sem cônjuge pode ser questionada acerca de questões referentes à inserção satisfatória no mercado de trabalho e se os ganhos são compatíveis. E, adicionado a isso, importante analisar como os recursos são alocados dentro do grupo familiar (MACEDO, 2008). Isto porque possibilita opções de análises e associações mais complexas que tangenciam o tema.

Entende-se que qualquer problematização acerca desse fenômeno requer certa cautela por muitas pesquisas sobre a feminização da pobreza estarem amparadas em dados objetivos (MACEDO, 2008). Entretanto, o avanço nessa discussão requer romper com a adoção de explicações reducionistas, reivindicando, logo, uma leitura a qual agrega as desigualdades com a interseccionalidade - como as de gênero, classe, raça ou etnia -, bem como idade e abordar a questão da relação do Estado junto a esses grupos, e evidenciando as políticas públicas ofertadas. Por exemplo, as mulheres realmente se encontram em situações de desvantagens quando comparadas aos homens, no que tange à sobrecarga de trabalho, empregos precários de baixa remuneração (BARROS, FOX E MENDONÇA, 1994, LAVINAS E NICOLL, 2006). Mostra-se incontestemente que as mulheres chefes de família monoparental enfrentam dificuldades peculiares, características essas, de terem que conciliar o trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo e não ter com quem dividir despesas e tarefas, sendo as únicas responsáveis pelo sustento da família.

Estudos acerca da feminização da pobreza também relacionam a vulnerabilidade dos domicílios monoparentais femininos com o fato da mulher não contar com a figura do homem provedor, aquele que se responsabiliza com o sustento da família (MACEDO, 2008). Aqui, pode deixar uma premissa que a perda da figura masculina impossibilita as mulheres de cumprirem bem as

obrigações do chefe de família. Dessa maneira, esse argumento expõe a ideia que as mulheres não são capazes de oferecerem condições adequadas à manutenção do lar. Como consequência, são vistas como famílias “desestruturadas” as quais transferem para as crianças as situações de risco social, pela razão de a mulher não conseguir equiparar o mesmo nível socioeconômico aos lares biparentais, formado pelo pela figura do homem como chefe de família que transferem às gerações competências e habilidades que facilitam a inclusão social (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007).

No entanto, cabe analisar que mulheres que chefiam família sem cônjuge encontram-se, muitas vezes, em ocupações não abrangidas pela legislação trabalhista e com benefícios sociais não garantidos para poderem estabelecer um horário mais flexível para conciliar as atividades cotidianas, como o trabalho *versus* maternidade *versus* tarefas domésticas.

Chant (2001) alerta em sua pesquisa que usar “as mais pobres entre os pobres” pode gerar a ideia para projetos neoconservadores em prol do fortalecimento da “família tradicional”. Segunda a autora, em uma época em que a ação pelos direitos da criança é mais intensa, a ênfase na “transmissão intergeracional de desvantagens” ligadas às mulheres chefes de família pode ser facilmente manipulada por pessoas que possuem um viés antifeminista. Colocando em um cenário mais amplo, pode ser manipulada por pessoas que possuem uma visão mais conservadora de família.

Mais uma vez é importante destacar a importância da amplitude de análises em torno da relação entre chefia feminina e pobreza, que levam em consideração outros indicadores de bem-estar para mensurar os níveis de qualidade de vida das famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge. Conforme aponta Macedo (2008):

(...) Menos ainda se conhece, em termos mais qualitativos, acerca de como a situação de chefia vem sendo vivenciada por mulheres em diferentes segmentos sociais – o que significará poder compreender, entre outros aspectos, a diversidade de trajetórias que termina por levá-las à condição de provedoras de seus domicílios e, a partir daí, questões como a forma como essa experiência vem influenciando suas relações objetivas e subjetivas com o mercado de trabalho, suas modalidades de organização doméstico-familiar, seus vínculos interpessoais e afetivos, suas possibilidades de concretização de projetos pessoais e os processos de construção de suas subjetividades ou identidades, entre outros fatores. (p. 400)

Assim, é valioso adotar a multidimensionalidade das histórias de vida para singularizar a condição e o porquê uma mulher chefe de família chegou a ser a única provedora do lar e a responsável por gerir toda a dinâmica do seu domicílio. Conforme indicam Bradshaw y Linneker (*apud* CHANT, 2003)

‘... poner el énfasis en la pobreza puede resultar problemático en términos de género, dado que si lo que se desea es hacer frente a la pobreza relativa de la mujer en su diversidad, es necesario abordar sus causas primeras, es decir, las desigualdades estructurales que la sustentan’ (p.35)

Essa perspectiva qualitativa pode ser vista na pesquisa de Yumi Garcia dos Santos (2008), a qual abordou o método de análise dos relatos de vida em seu trabalho “Mulheres Chefes de Família entre a autonomia e a dependência: Um estudo comparativo entre Brasil, França e Japão”. Ela concluiu que no Brasil as alterações socioeconômicas são as menos significativas quando colocado em questão o efeito da monoparentalidade em relação à pauperização das mulheres chefes de família sem cônjuge.

Santos (2008) também demonstrou que o Brasil apresenta o menor efeito da monoparentalidade em relação ao Japão e à França. Para a maioria da amostra das mulheres brasileiras, a pobreza e a condição do trabalho precário eram anteriores ao rompimento da relação conjugal. Dessa forma, mostra uma relativa pauperização após a monoparentalidade, sendo que as variáveis sexo, raça/etnia e classe social provocam efeitos de precarização maiores que a variável “configuração familiar”. Apesar de a pobreza estar presente na vida das mulheres entrevistadas em sua pesquisa, elas não são necessariamente responsáveis pela feminização da pobreza.

Sorj e Fontes (2008) também fizeram um estudo em que contradizem os estudos que demonstram a monoparentalidade o fator determinante da feminização da pobreza. Segundo os dados da PNAD de 2005, as autoras demonstraram que o percentual de domicílios com acesso a esgoto, água canalizada e coleta de lixo é sistematicamente maior em relação aos lares formados por um casal e chefiados por homens. Também, quando se compara o nível de posse de bens duráveis entre as famílias mais pobres, a situação é mais favorável às famílias chefiadas por mulheres, provavelmente porque essas mulheres impõem maior preferência em equipamentos que facilitam as suas tarefas domésticas diárias, otimizando mais o tempo.

Além disso, demonstram que, nessas famílias em específico, há maior acesso à rede de Internet, telefonia celular e ao computador em relação às famílias tradicionais, formada pelo casal em

que o chefe é representado pela figura masculina. Um estudo feito nas favelas do Rio de Janeiro demonstrou que um maior acesso à telefonia celular aumentou a entrada dos integrantes de famílias pobres no mercado de trabalho, principalmente no informal, autônomas e de caráter eventual, como é o caso das mulheres que chefiam estes domicílios. As autoras também sugerem que o telefone celular permite exercer algum controle sobre os filhos, pois, em muitas situações, ficam sozinhos em casa no período que as mães trabalham.

As autoras concluem que entre as famílias consideradas pobres, as famílias monoparentais femininas demonstraram uma situação financeira mais desfavorável quando comparadas às famílias que são formadas por um casal e possuem o chefe masculino; contudo, sinalizam que as condições de vida das famílias que possuem como chefe uma mulher sem cônjuge são melhores. Há uma suposição que quando possuem um poder de barganha aumentado, as mulheres tendem a atender as necessidades básicas da família -por exemplo, condições do domicílio. Também apresentaram melhora nos indicadores educacionais das crianças de 7 a 14 anos e queda do trabalho infantil. No entanto, demonstraram que a frequência dos filhos na escola foi menor neste tipo de estrutura familiar, provavelmente por conta da necessidade dos filhos mais velhos (de 11 a 14 anos) cuidarem dos irmãos mais novos quando a mãe precisa se ausentar.

Lavinas (1996) também observou em seu estudo que “ser pobre” e ser do sexo feminino não coloca as mulheres numa posição de desigualdade frente aos homens maior do que aquela presente na relação homem-mulher no grupo dos não pobres. Ela analisou a pobreza a partir da renda familiar *per capita* calculada originalmente pelos dados da PNAD 1990. Seu objetivo foi procurar caracterizar mulheres, através da comparação das mulheres pobres com as não-pobres. Ela mostra que o contingente de mulheres entre os pobres é maior, com percentual de 52,15% contra 47,85%. No entanto, proporcionalmente, “as mulheres pobres, tal como os homens pobres, representam 25% da população do seu sexo. Numericamente, portanto, a pobreza feminina não tem maior expressão que a pobreza masculina.” (LAVINAS, 1994, p.473). Os aspectos de gênero e fatores econômicos não têm sido suficientes para explicar o fenômeno da pobreza entre as mulheres e sua predominância entre as mulheres chefes de família. Cabe ressaltar que há uma discrepância grande de renda entre as próprias mulheres, ou seja, entre as mulheres ricas e as pobres.

Assim, deve-se conhecer como elas chegam de fato ao universo da vulnerabilidade, não se pautando em argumentos reducionistas e moralizantes. As pesquisas devem pautar-se em

estabelecer o elo existente entre as desigualdades e discriminações nas experiências vividas pelas mulheres chefes de família sem cônjuge e como elas se ajustam às opções e alternativas de vida. Entretanto, cabe adotar certa cautela para não cair numa perspectiva de vitimização dos sujeitos inseridos no contexto (MACEDO, 2008; CHANT, 2003).

“en diversos ámbitos existe un temor sustancial sobre la utilidad de la tesis de la "feminización de la pobreza" a la hora de describir tendencias de la pobreza de la mujer en los países en desarrollo, sobre su capacidad para definir y explicar correctamente la pobreza, y sobre si es una contribución eficaz para enmarcar las respuestas a las situaciones de desventaja de las mujeres. En particular, se ha expresado preocupación sobre el modo en que esta fórmula puede encubrir el cambio generacional y otras diferencias, vincular la pobreza con las mujeres (y no con las relaciones de género), dar prioridad al ingreso por encima de otros aspectos de la privación, y provocar una orientación hacia la "víctima" del desarrollo desigual como catalizador de la transformación.” (CHANT, 2003, p.34)

Além disso, todos esses fatores nos levam a refletir dentro da crise sanitária global que afetou de vários modos o cenário social e econômico e, conseqüentemente, se aumentou o quadro de vulnerabilidade dentro dos arranjos familiares. No entanto, os estudos acerca da pauperização feminina dentro das famílias em que elas sejam chefes sem cônjuge, devem ampliar as discussões que olham para a equação restringindo apenas o “tipo de família” e a renda. Isto porque pode acabar gerando uma associação negativa entre chefia feminina e pobreza, colocando esses domicílios como símbolo da desorganização familiar e, assim, estigmatizando a pauperização entre as mulheres.

Desta maneira, não podemos generalizar a pauperização das mulheres como um processo que acontece de modo igual em todos os países. A discussão em torno da pauperização das mulheres não deve ser tangenciada exclusivamente às desigualdades entre homens e mulheres no acesso às garantias sociais. O Brasil apresenta suas peculiaridades e deve ser levado em conta questões que vão além dos aspectos econômicos, abarcando questões sociais, culturais e de gênero. Para mais, no Brasil, devemos englobar a discussão pautada em gênero/raça/classe e idade. O objetivo é sempre poder ampliar, alargar os fatores/indicadores para atender as demandas dessas famílias através de políticas públicas efetivas. Por isso, a importância dos estudos qualitativos que irão revelar as interações e as relações sociais individualmente vividas de modo contextualizado no seu tempo e espaço, ao mesmo tempo em que estabelece os elos que interligam os problemas estruturais das chefes de família monoparental.

1.2. Políticas públicas

Dissertar sobre a monoparentalidade feminina nos leva a refletir a questão das políticas públicas, já que, dependendo de seus modelos, são importantes para definir o grau de autonomia ou a dependência das mulheres que chefiam o lar. (SANTOS,2008) No país, os programas sociais que abarcam as mulheres chefes de família monoparentais, são as políticas de conciliação entre família e trabalho, transferência de renda, emprego e formação, gênero e moradia.

Segundo a autora Yumi Garcia (2008), não existem políticas de transferência de renda diretamente direcionadas às chefes de família monoparentais de baixa renda. Atualmente, existe o Projeto de Lei PL 3717/2021, aprovado em março de 2022, que prioriza o atendimento às mães solo em diversas políticas sociais e econômicas. As medidas previstas no projeto são voltadas tanto para as mães quanto para os dependentes, nas áreas do mercado de trabalho, assistência social, educação infantil, habitação e mobilidade. Se o Projeto for aprovado em todos os trâmites legislativos, a vigência da Lei será de vinte anos, ou até que a taxa de pobreza dessas famílias seja reduzida a 20%. Existe também o Projeto de Lei 2099/20, aprovado pela Comissão dos Direitos da Mulher, que instituiu auxílio permanente de R\$ 1.200 mensais às mulheres provedoras de famílias monoparentais.

Apesar destes esforços, nos últimos tempos, acompanhamos o retrocesso de direitos sociais ocorridos no Brasil. O golpe orquestrado pelas forças políticas mais conservadoras do País, que resultou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2017, seguindo a gestão de Michel Temer no governo federal, houve a presença de um neoliberalismo ortodoxo, em que adota medidas de austeridade, atingindo cruelmente a classe trabalhadora (VAZQUEZ; FALCÃO, 2019), o que inclui em grande parte das mulheres chefes de família monoparental.

O Estado Brasileiro, após 2016, avançou rumo às políticas neoliberais, intensificando contrarreformas, como por exemplo, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência, bem como houve a promulgação da EC 95/2016, referente ao Teto de Gastos Públicos impactando fortemente nos direitos sociais dos brasileiros.

Com a Reforma Trabalhista houve o surgimento da figura do contrato intermitente; aumento do tempo do contrato temporário, formalizado pela Lei n. 13.429/2017; possibilidade da terceirização da atividade-fim, introduzida pela Lei n. 13.427/2017 e Lei n. 13.467/2017; aumento das possibilidades de se exercer trabalho autônomo, e trabalho em tempo parcial.

Entre os reflexos da Reforma Trabalhista, segundo os dados do IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), a taxa de desemprego no Brasil, em relação ao segundo trimestre de 2018 chegou num valor 12,1% de desocupados da população. Dentro desse valor apresentado a maioria são do sexo feminino, sendo 51% de mulheres desempregadas, contra 49% de homens sem empregos. Em 2019, a taxa de desocupação entre os homens ficou em 47,2%, enquanto entre as mulheres ficou em 52,8%, registrando um aumento em comparação com 2018, ano em que entrou em vigor a reforma trabalhista.

Em relação a Emenda Constitucional nº 95/2016, esta estabeleceu um limite de gastos para a União, fazendo com que o crescimento dos gastos públicos fosse totalmente controlado por lei. Durante um espaço de vinte anos, o governo federal fica impedido de criar um Orçamento para a União maior do que o ano anterior, podendo corrigir apenas valores de acordo com a inflação. Esta Emenda Constitucional acaba afetando os investimentos públicos. O estudo “Austeridade e Retrocesso: impactos sociais da política fiscal” (2018) traz os impactos na vida das mulheres:

Nesse sentido, também, ao promover o corte nas políticas sociais, a austeridade é machista por contribuir para a sobrecarga das mulheres, que se desdobram na chamada dupla jornada. Cria-se um círculo vicioso no qual as mulheres são privadas de tempo, energia e recursos monetários para lutar por mais igualdade. Quem cuida das crianças quando não há mais vagas em creches públicas? Quem cuida dos idosos que adoecem por falta de recursos médicos? (DWECK; OLIVEIRA; OLIVEIRA; ROSSI; GUIDOLIN *et al.*, 2018 p.52)

Percebe-se que, quanto mais o Estado vai avançando na adoção de medidas, mais vai se tornando precária a oferta de serviços para a parcela mais vulnerável da população. E a situação se agrava, pois a ideologia neoliberal se conjuga com o patriarcado. Conforme apontam Vazquez e Falcão (2019):

Em outras palavras, quanto mais a ideologia neoliberal de desresponsabilização do Estado se solidifica na cultura política de uma sociedade, mais vulnerável se torna a perspectiva de vida da classe trabalhadora mais precarizada, sobretudo para as mulheres, sobre quem recaem as múltiplas jornadas de trabalho. É desde a perspectiva neoliberal que os serviços – como saúde, educação, cultura e segurança –, deixam de ser um direito universal e passam a ser mercantilizados, transformando-se em privilégios sociais, uma vez que alguns estratos sociais podem custeá-los através da iniciativa privada. Dessa forma, a

oferta do Estado diminui drasticamente em quantidade e qualidade. (p.383)

Essas medidas neoliberais tomaram espaço na agenda política latino-americano, inclusive brasileira, na década de 1990. Georges e Santos (2016) analisam que a partir dos anos noventa, os processos de abertura democrática, juntamente ao crescimento econômico e à redução da dívida externa, sob auxílio dos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial), resultaram na formação de um cenário em que alguns países intensificaram a liberalização econômica até o limite máximo. A autora afirma que essa medida acabou colocando em risco até a própria legitimidade, o que conduziu à adoção de medidas de redução da pobreza, mesmo que de baixo custo. Dessa maneira, houve a busca pela concretização, e/ou invenção, de “novos” programas sociais aptos a responder a esse novo contexto. Seguindo essa linha de raciocínio, a autora complementa:

Numa inflexão radical no tratamento em relação à pobreza, passou-se a considerar os pobres, em seguida as mulheres pobres, como agentes “produtivos” que geram lucro, e não mais como objeto passivo de ajuda oferecida pelas instituições de cooperação internacional, perspectiva esta que inaugurou uma política global de mobilização dos pobres para que participassem do processo de acumulação do capital enquanto produtores e consumidores. (GEORGES; DOS SANTOS, 2016, p.53)

Segundo Santos (2011; 2016), esses “novos” programas sociais latino-americanos implementados a partir dos anos noventa apresentam como pontos de convergência entre dois campos distintos: o da proteção social em âmbito nacional e o do desenvolvimento social em âmbito internacional. A autora defende que existe uma base comum entre esses, essencial na efetivação de tais programas: a existência de uma gestão sexuada, fundamentada principalmente na “divisão sexual do trabalho” e na disposição feminina para o cuidado. O aspecto que aproxima esses dois campos, portanto, é a emergência de políticas “sensíveis” às relações de gênero.

Aliás, muitas autoras enfatizam o elemento da mulher-mãe presente nos eixos estruturantes que norteiam a gestão pública (CARLOTO, 2005; SANTOS, 2011), o que tem provocado um debate e críticas de profissionais que discutem esses aspectos sob a perspectiva de gênero. Infere-se que esse papel central feminino não demonstra uma perspectiva “nova”, ao contrário, reforça a ideia tradicional do papel da mulher na sociedade. (GEORGES; DOS SANTOS, 2016) Tais programas deveriam objetivar a autonomia das mulheres e quebrar as ideias com vínculos patriarcais.

Santos (2011) mostra o exemplo, no Brasil, do PAIF e do programa Bolsa Família, programas em que a participação é condicionada à presença escolar das crianças e é geralmente vinculada ao recebimento de programa de transferência de renda. A autora observa que a maternidade é condição para que a mulher receba algum benefício, pois ela executa as orientações dadas pelos programas e serviços a fim de fortalecer os vínculos familiares, cumprindo o dever parental de garantir a educação e a saúde das crianças. Essas obrigações são monitoradas e avaliadas pelos gestores por meio das visitas domiciliares e por meio das participações nas oficinas e reuniões socioeducativas.

Um outro estudo feito através da análise de uma política específica de assistência social no município de São Paulo, Georges e Santos (2016) demonstram a existência de uma gestão social fortemente caracterizada pela presença feminina, com trabalhos voltados aos “cuidados”, além de serem elas as responsabilizadas pela interface entre as esferas públicas e privadas. As mulheres sempre estão na condição de mães ou esposas, nunca como indivíduos independentes. As mães seguem as orientações dos programas e serviços para o fortalecimento de vínculos familiares e cumprimento do dever parental de garantir a educação e saúde das crianças.

Na visão das autoras, existe de certa forma uma gestão sexuada do social e da pobreza nas políticas assistenciais contemporâneas voltadas às famílias. Tal fato produz novas formas de desigualdade, principalmente entre as mulheres, responsabilizando-as não somente pela realização do trabalho do cuidado no sentido amplo, como por sua delegação entre as mulheres. Dessa maneira, a atribuição explícita do papel social da função materna às mães pobres como opção/atividade central, reitera as relações de classe e de sexo predominante na sociedade brasileira, bem como ofusca, de certa maneira, a escassez de medidas reais como, por exemplo, o acesso à qualificação, trabalho e creches.

Observamos que essa ideia do Estado mínimo leva à redução das garantias sociais, como creches, e também à precarização das políticas públicas na educação, saúde, habitação e saneamento no Brasil. Essa redução, conseqüentemente, leva a um aumento da sobrecarga doméstica para as mulheres. (ROCHA, 2018)

O Brasil e muitos outros países da América Latina possuem o Estado do Bem-estar social combinados com um grau limitado de política de bem-estar e nos tradicionais mecanismos de ajuda é pressuposto que a família ocupe um papel central para a provisão do bem-estar, o que

acaba sendo um papel paliativo para as dificuldades econômicas. (MIOTO *apud* SANTOS, 2011)

De certa maneira, essa forma de intervenção acaba reforçando estereótipo e corrobora para a perpetuação do patriarcado. É válido pontuar que esse reforço da cultura patriarcal acaba se reproduzindo até mesmo nos discursos dos poderes em que se emanam decisões importantes acerca da gestão pública, capazes de propiciar a autonomia das mulheres.

Como bem pontuado em seu trabalho, Machado (2019) relembra as afirmações de Michel Temer, ex-presidente do Brasil, durante a Cerimônia de Comemoração pelo Dia Internacional da Mulher de 2017, em Brasília: "se a sociedade de alguma maneira vai bem, quando os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada educação e formação em suas casas. E seguramente isso quem faz não é o homem, isso quem faz é a mulher." E, também a afirmação de 2018, o ex-ministro do Desenvolvimento Social e ex-ministro da Cidadania, Osmar Terra, ressaltou o papel da mulher no Programa Bolsa Família: "com as mulheres tendo este protagonismo, teremos um mundo pacífico, onde as pessoas terão mais cuidado uns com os outros. Acredito que estamos indo no rumo de uma humanidade cada vez melhor com a participação ainda mais ativa das mulheres".

Em 2019, Jair Bolsonaro foi eleito com um discurso assumidamente a favor do Estado mínimo e da família tradicional. No Palácio do Planalto, ele pronunciou:

“(...) me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto. (...) Não podemos deixar que ideologias nefastas venham a dividir os brasileiros. Ideologias que destroem nossos valores e tradições, destroem nossas famílias, alicerce da nossa sociedade.”

Seguindo por essa perspectiva, em garantia de uma suposta defesa da família, os neoliberais atuam na permanência de padrões sociais de controle, regulando a valorização das mulheres no papel de mãe, bem como a manutenção desse papel de cuidadora. Os discursos, diversas vezes, tendem a desvalorizar as famílias que não se formam do modo tradicional. O então Vice-Presidente General Mourão já discursou corroborando com essa visão:

“Família sempre foi o núcleo central. A partir do momento que a família é dissociada, surgem os problemas sociais que estamos vivendo e atacam eminentemente nas áreas carentes, onde

não há pai nem avô, é mãe e avó. E por isso torna-se realmente uma fábrica de elementos desajustados e que tendem a ingressar em narco-quadrilhas que afetam nosso país”

Mesmo com a concepção de família mais aberta e ampliada, são mantidas as expectativas sobre o papel da família e suas responsabilidades enquanto um arranjo de proteção e cuidados dos membros, principalmente o papel feminino de mãe como principal elemento provocador de mudanças, tendo um papel ativo para a configuração de uma “boa família” (CARLOTO e MARIANO, 2008).

Essa ideia foi incorporada pelas políticas latino-americanas nas últimas décadas, instrumentalizando o trabalho de “cuidado” das mulheres. Nesse sentido, a própria ação pública e o Estado contribuíram para redesignar as mulheres ao seu papel do “cuidado”, seja através do seu trabalho educativo e a criação dos filhos no âmbito da esfera privada, através das condicionalidades de programas sociais, como, por exemplo, o Bolsa Família. (GEORGES & SANTOS, 2016) Portanto, mesmo diante das transformações familiares, ainda permanece a ideia das divisões sexuais de papéis dentro da família, colocando a mulher como central nas políticas de assistência.

Enquanto esse tipo de visão for partilhado e políticas públicas adotarem o tom familista, isto acaba aumentando e não reduzindo a desigualdade de gênero, tendo em vista que centraliza a figura da mulher-mãe como a pessoa que serve aos cuidados da família. Dessa forma cabe indagar: quais são os caminhos a serem percorridos para que as chefes de família monoparentais consigam sua autonomia?

Antes de tudo, cabe destacar o que seria a autonomia. Segundo Soares (2011):

São três as esferas da autonomia – física, econômica e de decisões. A autonomia física refere-se ao controle do seu corpo, de decidir sobre sua saúde, reprodução, exercer sua sexualidade, integridade física livre de violência. A autonomia econômica se refere à capacidade de adquirir e controlar recursos econômicos, isto é, capacidade de gerar ingressos próprios, controlar bens materiais, decidir sobre os ativos familiares. A autonomia em participar das decisões que afetam a vida coletiva e individual. A autonomia se constrói por inúmeros caminhos, mas passa necessariamente por modificar as fronteiras da vida pública e privada (p.281)

E, seguindo a linha de proposta pela autora, também apontamos que a autonomia das mulheres “se constrói por inúmeros caminhos, mas passa necessariamente por modificar as fronteiras da vida pública e privada” (SOARES, 2011, p.282). Para isso, precisamos, concomitantemente,

discutir como as políticas públicas refletem o papel das mulheres, pois só possuindo sua própria autonomia as chefes de família sem cônjuge terão condição para o exercício do poder de decisão sobre suas vidas. As políticas públicas devem ser implementadas com o intuito de ser uma rede de apoio às mães solo. A ampliação de serviços públicos - creches, escolas, espaços recreativos – devem atender verdadeiramente as necessidades de apoio que as mulheres-mães necessitam, pois só assim permite que as chefes de família tenham maiores possibilidades para adquirir uma formação, ter a chance de encontrar trabalhos com salários capazes de estabelecer uma vida digna. E, também, seria importante para que elas não vivessem somente em prol do cuidado do outro, mas capazes de exercer o autocuidado. Isso só será possível se o Estado olhar para essas mulheres como cidadãs com direito de exercer a autonomia e não como um instrumento de execução de serviços de cuidado para a família.

Assim, é necessário um olhar multifatorial das políticas sociais frente a proteção e o atendimento das necessidades das famílias monoparentais femininas e também precisamos questionar como podemos reverter o processo de retrocesso que a políticas públicas sofreram no Brasil e como podemos remediar as consequências futuras das políticas neoliberais que já foram feitas.

2. COVID-19, GÊNERO E MONOPARENTALIDADE FEMININA

2.1. A pandemia da Covid-19

É importante, antes de adentrar especificamente na discussão sobre o impacto da pandemia da COVID-19 na vida de mulheres chefes de família sem cônjuge, apresentar quando foi descoberta a doença e as formas com as quais foram guiadas diretrizes para controlar a disseminação, bem assim apresentar a importância da análise sociológica de um período o qual está provocando significativas mudanças nas relações sociais.

No final de 2019, o mundo foi surpreendido pelos primeiros casos de uma doença que até aquele momento tinha origem totalmente desconhecida. Os primeiros casos foram identificados na cidade Wuhan, província de Hubei, localizada na República Popular da China. Os cientistas descobriram que a doença era desenvolvida por um coronavírus, um vírus já conhecido pela comunidade científica, principalmente pela sua capacidade de gerar síndromes respiratórias, o *severe acute respiratory syndrome* (SARS). Contudo, era uma nova mutação do vírus que estava circulando, atingindo o corpo humano de forma mais agressiva. Essa nova mutação ocorrida fez com que esse tipo de vírus fosse classificado como SARS-CoV-2.

Ainda era desconhecido a ação do vírus no corpo humano, bem como os meios que se propagava. Enquanto a comunidade científica ainda estava pesquisando e corria contra o tempo para desenvolver vacinas e fármacos que possibilitassem reduzir a transmissão ou pelo menos amenizar os danos causados pela doença, o índice de letalidade aumentava drasticamente pelo mundo. A doença se alastrou rapidamente pelo mundo, fazendo com que a Organização Mundial da Saúde, em 30 de janeiro de 2020, declarasse o surto do vírus como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, fazendo com que todos os países preparassem medidas contra a doença, como por exemplo, o controle das fronteiras. Já em 11 de março, a OMS declarou a doença como uma pandemia global (EL PAIS, 2020)

Em março de 2020, foram 396.249 casos confirmados e 17.252 mortes no mundo, ou melhor, 87,5% dos países no mundo apresentaram pelo menos um caso confirmado. Especificamente em relação ao Brasil, o primeiro caso foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020 e o primeiro óbito confirmado pela doença foi em 12 de março de 2020, uma mulher de 57 anos, negra e empregada doméstica na cidade do Rio de Janeiro que contraiu a doença dos patrões. (O GLOBO, 2020)

Todavia, enquanto o mundo estava unido em prol de medidas que contivessem a disseminação do vírus, a conduta adotada pelo Governo Federal foi alvo de muitas críticas pelos especialistas por não querer adotar medidas que tivessem como objetivo resguardar vidas. A atuação negacionista do Presidente da República Jair Bolsonaro, presidente à época, provocou um agravamento da situação no Brasil, pois ao tempo que deveria incentivar as medidas de proteção, desdenhou da doença. No dia 24 de março de 2020, denominou a doença como uma “gripezinha”, desestimulando a todos a não adotar a campanha “Fique em casa”. No dia 29 de março foi realizada uma carreata em Juiz de Fora, apoiando a abertura do comércio e a campanha “O Brasil não pode parar”, estimulada pelo governo federal. (O GLOBO, 2020)

A demora do governo em estabelecer medidas de contenção do vírus estava causando sérias consequências, aumentando o número de vítimas e gerando colapso da saúde pública e privada. Dessa forma, houve a judicialização sobre a questão de competência relativa à autonomia dos governos estaduais e municipais em adotar medidas de restrições sociais. Assim, o Supremo Tribunal Federal julgou a ADI 6341 e a ADPF 672 em que consagrou a descentralização da tomada de decisão, dando autonomia aos outros entes para estabelecer medidas para reduzir a disseminação da doença. É evidente que o conflito entre governadores causou efeito na opinião pública e na governabilidade local.

O presidente Jair Bolsonaro, continuava a se manifestar de forma negacionista em relação à pandemia, fazendo declarações em decorrência das medidas de distanciamento e isolamento social. Em alguns momentos, chegou a responder “E daí, eu não sou coqueiro.” sobre a questão do alto número de óbitos no Brasil em abril de 2020 e desestimulava o isolamento social (O GLOBO, 2020). É inevitável não demonstrar repúdio sobre as atitudes asquerosas e inaceitáveis vindas de um chefe de Estado num momento em que muitas famílias estavam vivendo o luto. No total, o país registrou quase 700.00 mil mortes por causa da Covid-19.

O Governo Federal chegou atrasar a compra das vacinas, o que ocasionou a abertura da CPI da Pandemia (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar as omissões¹. Chegou a ignorar 81 e-mails da empresa Pfizer oferecendo a venda de vacinas. (UOL, 2021) E, ainda, incentivou o “tratamento precoce” o qual era utilizado drogas ineficazes para a doença – hidroxicloroquina,

¹ O intuito foi para investigar as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no país, principalmente quanto ao agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais.

ivermectina, nitazoxanida, azitromicina – denominado “kit Covid” pelo governo. (O GLOBO, 2021)

Na cidade de Juiz de Fora, até 26 de março de 2020, quando houve a determinação do lockdown, a cidade contava com 26 casos confirmados, 4 óbitos sob investigação e 201 suspeitos. Segundo o informativo da Prefeitura, um mês depois e ainda sob o decreto de lockdown, a cidade contava com 128 confirmados, 5 óbitos confirmados, mais 4 óbitos em investigação e já eram 1.756 suspeitos. A todo momento era incentivado que as pessoas ficassem em casa e, a partir de abril de 2020, foi decretado o uso obrigatório de máscaras. (O GLOBO, 2020) Já era sabido que o vírus era transmissível pelo ar e poderia também ser transmitido pelo toque, por isso era recomendado o uso de álcool em gel e máscara. A prefeitura adotou uma conduta igual a muitos governadores e prefeitos no Brasil.

A cidade foi retomando suas atividades de forma gradual através da adoção do Minas Consciente², programa estadual em que foi permitido a abertura de algumas atividades comerciais a partir de 16 de Maio de 2020. Vale ressaltar que o programa pautava nos boletins epidemiológicos, assim, caso houvesse aumento do número de casos e perigo no colapso da saúde, a cidade voltava a impor restrições.

De antemão, a sociedade teve que desenvolver medidas comportamentais não farmacológicas para conter a disseminação do vírus e, conseqüentemente, reduzir o número de vítimas fatais da doença e evitar o colapso da saúde pública. A medida imediata que pôde atender ao novo cenário foi o “distanciamento social”, abordado também como “isolamento social”, “quarentena” e “lockdown”, ou seja, várias nomenclaturas para estabelecer uma política para que todos paralisassem todas as atividades sociais cotidianas e mantivessem isoladas em casa para conter o avanço da doença. Era uma medida necessária até que o meio científico pudesse pelo menos compreender as ações que o vírus promovia no corpo humano e como o sistema imunológico de cada pessoa agia de forma tão distinta.

Infelizmente, a pandemia não tem uma data certa para o seu fim. A sociedade, de alguma forma, encontrou alternativas para conviver com a doença. Contudo, os danos causados pela doença não ficaram apenas no âmbito da saúde pública, mas em outros ramos da vida social, conforme as pesquisas de diversas áreas – saúde, economia e ciências humanas - que estão sendo

² O plano Minas Consciente foi elaborado pelo governo estadual para o acompanhamento da pandemia da Covid-19 e a criação de protocolos para a retomada gradual e segura das atividades econômicas.

publicados. As pesquisas buscam revelar os impactos gerados pela pandemia na sociedade e, concomitantemente, tentam desenvolver iniciativas para enfrentar um cenário totalmente modificado após 2020.

As medidas promovidas pela sociedade foram objeto de estudo das Ciências Sociais, tendo em vista que impactou de diversas formas as relações sociais. Dessa forma, analisar sob a lente da Sociologia nos faz refletir para além dos números estatísticos de contaminados e óbitos decorrentes da doença. A sociedade, de alguma maneira, teve que se reinventar para se moldar à nova realidade. Após o surto da doença, o mundo começou a ponderar a economia *versus* preservação da vida, liberdade coletiva *versus* liberdade individual.

Não podemos negar o fato de vivermos em uma sociedade demarcada por desigualdades sociais atravessadas pelo gênero, raça e classe. Assim dizendo, é importante analisar o impacto social sofrido de maneira singular para não homogeneizar as vivências durante a maior crise sanitária global no século XXI.

2.2. Covid-19 e a questão do gênero

Conforme observamos, a pandemia da COVID-9 tem uma relevância global e está marcando seu espaço na história mundial. Em muitas mídias colocaram a COVID-19 como um “vírus democrático”, por não determinar a quem contaminar, sendo todos propensos a contaminação. No entanto, mostra-se uma verdadeira falácia tal reflexão, tendo em vista que devemos ponderar que o vírus seria democrático se não determinasse a probabilidade de contaminação e/ou a qualidade do tratamento que o indivíduo venha a receber.

O período de isolamento social tornou mais explícito os problemas sociais já existentes e, ao mesmo tempo, fizeram emergir novas configurações. Neste tópico, pretendo explorar o impacto da doença sob o contexto da desigualdade persistente na sociedade: a desigualdade de gênero.

Com a chegada da pandemia e, conseqüentemente, a adoção de restrições sociais por meses, as mulheres foram afetadas. De acordo com dados divulgados pela ONU Mulheres, são as mulheres que têm recebido o maior impacto com a atual crise, pois muitas estão mais expostas às vulnerabilidades sociais decorrentes da pandemia, tais como: o desemprego, a violência, a falta de acesso aos serviços de saúde e o aumento da pobreza.

La pandemia también agudizó algunas otras desigualdades estructurales existentes. Las mujeres rurales, las jefas de hogar con niñas y niños

pequeños, aquellas de menos formación y educación, mujeres indígenas y afrodescendientes han sido más afectadas por la pandemia. Las brechas de género, tanto en la participación como en los ingresos, son persistentes en las mujeres con menores ingresos y menor nivel educativo. (OIT, 2022^a)

En este marco, las mujeres en situación de pobreza y en mayor vulnerabilidad, se verán más afectadas, no solamente por el aumento del trabajo de cuidados y la pérdida de ingresos si se encuentran en la informalidad, sino también por las propias condiciones materiales y de infraestructura de sus hogares, barrios y comunidades. (PNUD, 2020, p. 5)

Em relação ao desemprego, a pandemia produziu uma taxa de desemprego recorde, de 14,4%, sendo que entre as mulheres, chegou a 17%. Segundo o Instituto Humanitas Unisinos – IHU, a participação das mulheres na força de trabalho remunerada retrocedeu 30 anos.

O isolamento social ao mesmo tempo que provocou impactos no mundo do trabalho também colocou em evidência a importância do cuidado e de reconhecê-lo como um trabalho, uma necessidade vital de todos, cuja responsabilidade não pode ser reduzida à esfera privada da família e tampouco ao trabalho não remunerado de mulheres no âmbito da reprodução social. (GUIMRÃES, 2020; BERTELLI; MOSER; GELINSKI, 2021)

Em perspectiva global, de acordo com relatório elaborado pela Organização Internacional do Trabalho, cerca de três quartos de todo o trabalho de cuidados não remunerado no mundo era realizado por mulheres, compreendendo 76,2% do tempo total empregado. Nesse sentido, as mulheres dedicam, em média, 3,2 vezes mais horas do que os homens ao trabalho de cuidado não remunerado: 4 horas e 25 minutos por dia *versus* 1 hora e 23 minutos para homens, em média. Ao longo de um ano, isso representa uma soma de cerca de 201 dias de trabalho (8h horas/dia) para mulheres e 63 dias de trabalho para homens. (OIT, 2018)

Com a pandemia, essa sobrecarga aumentou ainda mais. Segundo dados recentes das ONGs Gênero e Número e da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), 50% das brasileiras passaram a cuidar de uma outra pessoa durante a pandemia e 16% foram prejudicadas por conta disso. Quase 40% das entrevistadas afirmaram que o isolamento social pôs em risco o sustento do seu lar; dessas mulheres, 55% eram negras, as quais foram as mais afetadas. Dessa forma, a pandemia expôs de forma mais explícita as desigualdades quanto ao cuidado.

De acordo com Biroli (2018), as mulheres são diferentemente marcadas e oneradas por essa divisão de papéis sociais de acordo com sua classe e raça. Essa análise tridimensional de gênero, raça e classe social são sistemas distintos de opressão subjacentes à única estrutura de dominação. E não torna prudente fazer comparação entre sistemas de opressão, pois pode hierarquizá-las e, sendo que, na verdade, são imbricadas umas às outras. (COLLINS *apud* RODRIGUES, 2013).

Dessa maneira, discutir os impactos da pandemia sob a perspectiva de gênero faz também abarcar a categoria analítica de classe e raça, uma vez que tais aspectos são significativos nas pesquisas sobre o tema e devem ser levados como ponto essencial em toda sua conjuntura. A discussão leva em conta as especificidades que definem o ser mulher sob um enfoque interseccional que, para além do reconhecimento dos múltiplos sistemas de opressão, dominação e exploração, busca por meio dele entender como se produzem e reproduzem as desigualdades sociais. (HIRATA, 2014; DIAS; BERGER; LOVISI, 2020)

Na verdade, os problemas enfrentados são questões antigas que estão radicados na sociedade: o racismo estrutural, o patriarcado e o sistema capitalista que se perpetua com as diferenças de classe. Além dessas desigualdades, ainda não temos uma redistribuição do trabalho de cuidado e doméstico na divisão sexual do trabalho e, menos ainda, a implementação de políticas de cuidados de carácter universal. Todos esses fatores acabam afetando diretamente a autonomia das mulheres em diferentes âmbitos, desde a qualidade do trabalho, o nível educacional e questões de saúde mental.

Existe a ideia da naturalização de que as famílias, independentemente das condições objetivas, são as responsáveis de prover cuidados e serviços necessários de reprodução social e as mulheres são as únicas responsáveis de prestar o trabalho não remunerado às famílias. (BERTELLI; MOSER; GELINSKI, 2021; ZANELLO, 2016).

Percebe-se que a pandemia e, conseqüentemente, o isolamento social reconfigurou toda a dinâmica da vida, destacando o papel do Estado como o protagonista capaz de interferir a fim de propiciar o direito ao bem-estar social de todos que estejam em estado de vulnerabilidade social.

2.3. A chefe de família monoparental no contexto da pandemia da Covid-19

Pois bem, se todo esse acúmulo se torna um fardo pesado para as mulheres em geral, então: qual o impacto na vida das chefes de família sem cônjuge?

A partir da década de 1970, pesquisas sobre a condição feminina ganharam bastante visibilidade junto aos estudos sobre relações familiares (BRUSCHINI, 2014). A expressão família monoparental foi introduzida por Nadine Lefaucheur a partir da metade dos anos setenta (SANTOS, 2008), porém, podemos dizer que a monoparentalidade vivenciada pelas mulheres não é um fenômeno social atual. Sempre presenciamos mulheres que passaram a chefiar a família por conta de ser solteira, separada ou viúva, com filhos, tendo ou não parentes e/ou agregados em casa, adoção unilateral, reprodução assistida.

São mais de 11 milhões de mulheres que são mães solo no Brasil e, dentro dessa realidade, existem as mães que se diferem por questões de raça, classe e regionalidade. No entanto, há questões que se assemelham em alguns aspectos, como por exemplo a questão da sobrecarga materna.

Antes mesmo da situação da pandemia da COVID-19, já se discutia o protagonismo feminino na condução de uma família. Segundo Saffioti (2001), a sociedade delimitou os terrenos de atuação da mulher, bem como delimitou a atuação masculina na sociedade, em que o lugar da mulher deve ser de submissão ao homem. Tal processo de subordinação de gênero está presente tanto na vida privada, quanto na vida pública, enraizada estruturalmente em diversos ramos da sociedade, se manifestando cotidianamente.

Essa separação de atuação do papel do homem e mulher nas relações sociais, reflexo da ordem patriarcal, foi difundida nas famílias brasileiras por muito tempo como forma única de núcleo familiar, atribuindo um papel de chefia à figura masculina e um papel materno à mulher. Zanello (2016), por exemplo, denomina como “dispositivo materno” o lugar de subjetivação no qual as mulheres são colocadas como naturalmente cuidadoras. Esse papel foi sendo compreendido como desdobramento da capacidade de procriação. Esse dispositivo faz com que o cuidado se desdobre em uma naturalização das tarefas domésticas, fazendo com que a mulher tenha que conciliar tudo isso com o trabalho produtivo.

O protagonismo abarca aspectos voltados à administração da vida social, afetiva e profissional (VERZA; SATTLER; STREY, 2015). Toda essa administração da atividade das chefes de

família monoparental acaba repercutindo, não raras vezes e principalmente entre as mulheres de classe popular, abdicando dos estudos com o intuito de manter a jornada de trabalho (SANTOS, 2008). Além das dificuldades financeiras e emocionais, as chefes de família ainda devem gerenciar e conciliar o tempo cotidiano entre trabalho *versus* estudos *versus* maternidade. Elas, muitas vezes, focam na atenção dos filhos e trabalho e acabam por abandonar questões como seu lazer, cultura e demais coisas que poderia fazer. (BABIUK, 2015)

Lefaucheur em seu estudo mediu a qualidade de vida material das famílias monoparentais, - tanto masculinas e femininas – e concluiu sobre fatores os quais pesam, no nível socioeconômico de um domicílio, para um responsável variam: idade, sexo, etnia, tipo de engajamento conjugal antes da monoparentalidade, adicionados ao número de crianças e a situação profissional. (1980 *apud* SANTOS, 2008) Para a autora, a situação “pré-monoparental” aparece como determinante para definir a vida após a ruptura. Assim, definirá se a família será pobre, marginalizada ou considerada portadora de riscos sociais. (1980 *apud* SANTOS, 2008)

É pertinente trazer essa análise para o período pandêmico, pois não há como negar que a situação do coronavírus afetou a vida das chefes de famílias sem cônjuge. (EL PAIS,2020) Nas organizações familiares onde a mulher é a figura central para o sustento e cuidados maternos, é sempre posto à prova suas “habilidades” como chefe de família, tendo em vista que continuamente necessita demonstrar suas responsabilidades sem o apoio de nenhum companheiro (VERZZA, SATTTLER, STREY; 2015).

Com a pandemia, essa situação se intensificou, pois o isolamento social impediu que elas tivessem qualquer forma de apoio fora do lar. Elas tiveram que lidar sozinhas com a sobrecarga relativa ao cuidado e às tarefas domésticas, lidaram com o medo da doença desconhecida e, outras, tiveram que lidar com a insegurança do mercado de trabalho (EL PAÍS, 2020). Foi um momento em que não havia muita solução, pois as políticas públicas para o arranjo familiar feminino monoparental já não tinham a atenção devida antes da crise e continuou não sendo prioridade para o governo federal.

Vale mencionar que o Brasil foi um dos países do mundo que manteve as escolas fechadas por mais tempo (mais de um ano) (O GLOBO, 2021), tornando uma dificuldade maior para as mulheres sair para trabalhar ou para procurar emprego. Não houve uma política a qual priorizasse a segurança das crianças e dos professores. E, menos ainda, houve uma discussão

sobre como creches e escolas fechadas acabavam sobrecarregando ainda mais as mães, principalmente aquelas que cuidam sozinhas dos filhos.

Adicionado a isso, convém analisar sobre a questão do trabalho e, conseqüentemente, a renda dessas famílias. O trabalho apresenta um papel central para as mulheres que se tornam mães/provedoras. “(...) Subordinado à maternidade, o trabalho confere à mulher a mesma autonomia moral que é reconhecida no homem/trabalhador/provedor. (...)”(SARTI, 1994), p.99). Se elas já eram as responsáveis pelo sustento do lar e, devido a pandemia, perderam a fonte de renda, é importante verificar como ficou a situação econômica delas.

A saúde mental desse grupo de mulheres também foi impactada, tendo em vista que passaram a gerenciar emoções a partir de uma nova realidade em que aumentou a sobrecarga do trabalho produtivo e doméstico, mas também lidando sozinhas com o ensino remoto dos filhos. Antecipamos que a intensidade desse impacto foi diferente a depender da situação “pré-pandemia”, em relação à questão socioeconômica, ao trabalho e aos cuidados com os filhos. É nesse contexto que o estudo das trajetórias das chefes de família monoparentais se justifica, haja vista que permite o conhecimento das vivências “pré-monoparentalidade”, “pós-monoparentalidade” que se situa também no contexto “pré-pandemia” e, após, conhecer as vivências, “pós-pandemia”.

Claro, a pandemia ainda não terminou. Contudo, já não vivemos um período de restrições como aquele período de 2020/2021. Nesse período ocorreram os maiores impactos por conta do lockdown, afetando as relações sociais de diversas maneiras. Assim, analisando dentro do escopo proposto neste estudo, analisaremos como essas desigualdades se encontram dentro das famílias monoparentais femininas dentro do método qualitativo. Sem uma política pública eficaz, mães solas estão tendo que buscar soluções individualmente em uma sociedade em crise econômica e sanitária.

3. O PAPEL DO ESTADO NA GESTÃO DA CRISE OCACIONADA PELA COVID-19

3.1. As políticas sociais de enfrentamento à Covid-19

Antes do período da pandemia, já era perceptível no Brasil a desigualdade advinda com algumas medidas. Com a Covid-19, a crise sanitária agravou o cenário econômico e social, deixando ainda mais evidente as discrepâncias entre concentração de renda entre as classes. Por exemplo, entre 2020 e 2021, houve um salto de 50% no número de pessoas vivendo em situação de miséria no país, conforme dados do IBGE. (O GLOBO,2021) Em contrapartida, conforme o relatório do Banco Credit Suisse, o Brasil “ganhou 59 mil milionários em 2021”, em meio à maior crise sanitária do século XXI. (O GLOBO, 2021)

O governo brasileiro, desde o início da pandemia, promoveu ações e omissões governamentais em que se estabelecia uma falsa dicotomia entre economia *versus* vida. O distanciamento social, de fato, implicou diversos impactos econômicos e sociais, em especial para aqueles trabalhadores que atuam sem o mínimo de garantias sociais. Uma parcela da população, condicionada a certos privilégios, poderia aderir à campanha “Fique em casa”, sem haver grandes modificações no padrão de vida. Já outros, principalmente aqueles que vivem o universo da informalidade e/ou pequena empresa, estavam constantemente pressionados pelo retorno das atividades econômicas por questões que envolviam sobrevivência familiar, tendo em vista que não tinham garantias e privilégios que os possibilitassem usufruir do isolamento social. Dessa forma, o incentivo às pessoas a praticarem o *lockdown* e permanecerem em casa durante a pandemia não era suficiente quando não se podiam realizar trabalho remoto e precisavam ir às ruas e aos seus trabalhos para manterem fluxos mínimos de renda. Conforme aponta Haesbaert (*apud* BACCHIEGGA, 2020):

Paradoxalmente, quem diria, a grande desigualdade que move o sistema econômico revela-se agora com toda a sua crueza entre aqueles que podem ficar isolados, hipoteticamente ‘imunizados’ nos territórios-abrigo de suas casas, com condições econômicas para se manter aí, e aqueles que, sem a garantia de seus territórios-recurso, são obrigados a atravessar a cidade para assegurar a alimentação, a saúde, a limpeza ou a segurança para toda a população

Essa necessidade pela busca de recursos é reflexo da ausência de política de proteção social eficaz. Esther Solano (UNISINOS, 2020) afirma que a estratégia do governo em estimular as

peças a saírem de casa para a economia não ser afetada era vista como irresponsável por muitos, ao mesmo tempo era vista de forma positiva por pessoas que precisavam da geração de renda. Havia um dilema de quem estava entre arrumar sustento para a família e enfrentar os riscos do coronavírus.

Desta forma, em um contexto em que esteja presente um cenário de extrema vulnerabilidade e desproteção social, como exigir dos trabalhadores que deixem de trabalhar para fazer isolamento social e que se recusem a trabalhar? Antunes afirma que "(...) a letalidade da pandemia do capital se estampa em sua aguda tragicidade em relação ao trabalho: se forem laborar, contaminam-se; se ficarem em isolamento, não terão recursos mínimos" para a sobrevivência (ANTUNES, 2020, p. 184)

A falta de uma política na qual assegurasse a proteção social de todos, suscitou uma pressão pela flexibilização do isolamento social. Essa flexibilização expôs, principalmente, os trabalhadores informais, aqueles em contratos precários, sem renda fixa e os pequenos comerciantes, invalidando qualquer outra solução que não fosse a individual. Werner e Rocha (2020) afirmam que essa solução individual corrobora a ideia de que o Estado seja ineficiente, moroso, sem recursos, em conformidade com o padrão ideológico do processo de neoliberalização e consolidam-se o senso comum e a pedagogia neoliberal.

Em um cenário em que esteja presente um grande contingente de pessoas em estado de vulnerabilidade social, torna-se importante adotar medidas de manutenção de emprego e renda através das políticas públicas. A seguir serão mostradas algumas medidas adotadas pelo governo com objetivo de apaziguar os efeitos da pandemia no âmbito econômico e social.

A Lei nº13.979 promulgada em 6 de fevereiro de 2020 reconheceu a pandemia como uma questão de saúde pública de relevância internacional e estabeleceu a possibilidade de adoção de medidas para o enfrentamento do coronavírus como o isolamento social e a quarentena.

Já em 18 de março de 2020, o Congresso Nacional estabeleceu o Decreto nº 6, o qual reconheceu o estado de calamidade pública no Brasil para cumprir o protocolo estabelecido pela Lei Complementar nº101, de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal e, assim, tornaria possível a flexibilização das regras fiscais com o intuito de estabelecer medidas para o enfrentamento da pandemia.

O governo federal adotou medidas que atingiam dois grupos: (I) trabalhadores formais; (II) trabalhadores informais, Microempreendedores Individuais (MEI), desocupados e beneficiários do Programa Bolsa Família.

3.2. Programa de proteção do emprego e da renda

Os trabalhadores formais foram contemplados pela Medida Provisória nº 936/2020 o qual instituiu o “Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda” e dispôs sobre medidas trabalhistas em decorrência do coronavírus. Após algum tempo, foi convertida em lei, tornando-se a Lei nº 14.020/2020, permitindo a redução proporcional da jornada e do salário dos trabalhadores formais, bem como a suspensão temporária do contrato de trabalho, através do “Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda” (BEm). Esta lei foi promulgada com um prazo de validade: o programa duraria enquanto o Brasil estivesse em estado de calamidade pública. Contudo, em 27 de abril de 2021 o Governo Federal publicou a MP nº 1.045/2021, fazendo alteração no programa, inclusive o prazo de validade da lei, o prazo passou a ser de 120 dias.

A medida adotada pelo governo visava abrandar as demissões em massa e, da mesma forma, iria garantir parte da renda dos trabalhadores empregados. Em compensação, beneficiaria as empresas, pois o Estado assumiria parte do ônus do empregador a fim de preservar a manutenção dos empregos formais. Empregadores e trabalhadores poderiam acordar dois tipos de alteração no contrato de trabalho para aderir ao BEm: redução de jornada, com redução proporcional do salário, ou suspensão temporária do contrato.

A redução de jornada poderia ser feita em três modalidades:

- Redução de 25%, pela qual o empregado recebe 75% do seu salário e 25% da parcela do BEm.
- Redução de 50%, pela qual o empregado recebe 50% do seu salário e 50% da parcela do BEm.
- Redução de 70%, pela qual o empregado recebe 30% do seu salário e 70% da parcela do BEm.

Outra característica relevante do programa foi instituir a garantia no emprego para os trabalhadores afetados. A garantia teria de ter o mesmo prazo de validade que o acordo. Por

exemplo, o trabalhador que aderiu ao BEm por 90 dias (seja na modalidade redução de jornada ou suspensão do contrato), este não poderia ser demitido por um período de 90 dias após o fim do acordo.

3.3. Auxílio Emergencial

O Auxílio Emergencial foi uma das medidas principais que o Governo Federal aprovou para enfrentar a crise gerada pela Covid-19. A renda emergencial não era apenas uma questão de ética humanitária em contexto de pandemia, como também favorável à recuperação econômica (WERNER; ROCHA, 2020); pois garantiu o consumo de bens de primeira necessidade às famílias, que aumentaram os gastos com alimentação, os chamados bens não duráveis. (O GLOBO,2021)

É uma lógica semelhante ao Programa do Bolsa Família, uma lógica de inserção dos sujeitos no mercado tanto como produtores, como consumidores. Tal fato favorece a transformação da assistência enquanto mercadoria, fazendo o social como criador de novos nichos de mercado. (GEORGES; RIZEK; CEBALLOS, 2014).

Em março de 2020, através da Medida Provisória Lei 13.982/2020, o Governo anunciou criar o auxílio emergencial no valor, inicialmente, de R\$200,00 por três meses. Após pressão sobre o Governo, o Congresso Nacional aprovou o Auxílio Emergencial com três parcelas de R\$600,00 destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados.

Em relação, especificamente, à mulher chefe de família sem cônjuge ou companheiro, responsável por família com pelo menos uma pessoa menor de 18 anos, e estivesse dentro dos demais critérios, recebeu o valor do auxílio emergencial em dobro, ou seja, R\$1.200,00 por mês, mesmo que estivesse outro trabalhador elegível na família. Vale enfatizar que os trabalhadores formais não tiveram direito ao benefício, nem os aposentados, os que estavam em gozo do auxílio-doença, e quaisquer outros benefícios do governo, salvo os beneficiários do Programa Bolsa Família.

Entre a aprovação da medida e a liberação do benefício, houve diversos impasses provocados pelo governo federal. O então Ministro da Economia Paulo Guedes alegava que a aprovação levaria o governo a uma insegurança jurídica ao autorizar o gasto, por conta da falta de fontes orçamentárias, ferindo o que estabelecia a Lei de Responsabilidade Fiscal e da EC 95. No

entanto, os grupos de oposição ao governo afirmavam que a flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal, autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), seria suficiente para o pagamento do auxílio. Enquanto isso, milhões de brasileiros aguardavam uma resolução para garantir a sobrevivência do mês. (O GLOBO, 2022)

Segundo o Ministério da Cidadania, o total de beneficiários chegou a 68,3 milhões de pessoas que receberam pelo menos uma das parcelas do Auxílio Emergencial, alcançando 55,7% da população, se considerar a contagem de pessoas elegíveis e seus membros familiares. Ainda com base nas estatísticas do Ministério da Cidadania, o programa abarcou 37,8 milhões de mulheres e 30,4 milhões de homens. Em Juiz de Fora, com uma população estimada em 577.532 pessoas, 144.330 pessoas foram elegíveis ao Auxílio Emergencial.

As mulheres chefes de famílias que fizeram o cadastro e atenderam todas as exigências até o prazo, começaram a receber no mês de abril de 2020. O pagamento ficou definido da seguinte forma:

- 1º parcela no mês de abril: a beneficiária terá direito a 9 parcelas (cinco de R\$1200,00 e quatro de R\$600);
- 1º parcela no mês de maio: a beneficiária terá direito a 8 parcelas (cinco de R\$1200,00 e três de R\$600);
- 1º parcela no mês de junho: a beneficiária terá direito a 7 parcelas (cinco de R\$1200,00 e duas de R\$600);
- 1º parcela no mês de julho: a beneficiária terá direito a 6 parcelas (cinco de R\$1200,00 e uma de R\$600);

Desde que atendidas às regras do Auxílio, as famílias que já estavam cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico), ou recebiam o benefício Bolsa Família, receberam o benefício automaticamente, sem precisar se cadastrar. Já quem não possuía o cadastro, mas se encaixava nos quesitos de recebimento, poderia solicitar o auxílio através do site do Governo Federal ou através de um aplicativo pelo celular, algo que não era tão simples para algumas pessoas que não tinham acesso à internet.

Para as pessoas que recebiam o valor do Bolsa Família, o auxílio emergencial foi concedido automaticamente em três parcelas, se o valor do auxílio fosse mais vantajoso para o beneficiário. Após o recebimento das três parcelas, a família voltava a receber normalmente o valor anterior. Os trabalhadores inscritos no Cadastro Único poderiam receber o Auxílio Emergencial mesmo que estivessem com o cadastro desatualizado.

Os beneficiários do auxílio, exceto os que recebiam o Programa Bolsa Família (pois recebiam através do cartão Bolsa Família ou Cartão Cidadão), receberam os pagamentos em suas contas bancárias. Para quem não tinha conta bancária, a Caixa Econômica Federal abriu contas digitais gratuitas. Essas contas permitiam que os beneficiários fizessem pagamentos de contas de consumo e transferências gratuitamente. Para fazer essas operações, o trabalhador deveria acessar o aplicativo CAIXA TEM.

Para os trabalhadores inscritos no Cadastro Único e sem o cadastro no Programa Bolsa Família, o auxílio foi pago em conta corrente ou poupança da CAIXA que estivesse em nome do trabalhador. Caso o trabalhador não possuísse uma conta corrente ou poupança em seu nome, ou tivesse uma conta negativada ou sem movimentação nos últimos 90 dias, era aberta automaticamente pela Caixa a conta poupança social (Caixa TEM).

Finalizados os cinco meses do Auxílio Emergencial, o governo federal publicou a Medida Provisória 1.000/2020, em que estabeleceu algumas mudanças em relação ao Auxílio Emergencial, com alguns critérios de elegibilidade e mecanismos de cruzamentos de dados para verificação do direito à extensão do auxílio ampliado. O valor do benefício passou a ser de R\$300,00 ou de R\$600,00 para os casos de famílias chefiadas por mulheres.

A partir de então, o beneficiário receberia até quatro parcelas mensais; contudo, não havia uma obrigatoriedade para o recebimento de todas as parcelas, a depender da situação de cada beneficiário. O recebimento poderia ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

A existência do auxílio durante esse período evitou o aumento do índice da pobreza via acesso à renda. Segundo um estudo promovido pelo IPEA, após considerar o Auxílio Emergencial, a renda domiciliar ultrapassou em 1% (em média) a que seria caso houvesse recebido rendimentos dos trabalhos habituais. Tal impacto fica ainda mais evidente nos domicílios de baixa renda, em que os rendimentos, em julho de 2020, atingiram 124% do que seriam as rendas habituais. (CARVALHO, 2020) Percebe-se, que muitas famílias tiveram a oportunidade de ter uma renda superior em relação ao período anterior à pandemia. A pesquisa mostrou também

que muitos domicílios tiveram como única fonte de renda o auxílio, não possuindo qualquer outro tipo de rendimento, perfazendo, em média, 6,5% dos lares brasileiros (4,4 milhões). Ao reduzir o valor do auxílio pela metade e extingui-lo no final de 2020, impactou milhares de famílias brasileiras em meio a uma crise sanitária. Cabe destacar que nesse período não havia ainda acesso à vacina, a única alternativa que possibilitaria às pessoas estabelecer uma rotina como no período pré-pandemia.

Após quatro meses sem Auxílio Emergencial, o governo publicou a Medida Provisória 1039/2147, estabelecendo novas regras e valores para o pagamento do auxílio em 2021. Dentre as principais alterações, determinou a limitação a uma pessoa por família. Especificamente em relação à mulher chefe de família monoparental, esta passou a ter direito a receber R\$375,00. Cabe ressaltar que nenhuma pessoa poderia solicitar o Auxílio Emergencial em 2021, somente haveria uma reavaliação das pessoas aptas em dezembro de 2020. A última parcela do Auxílio Emergencial aconteceu em novembro de 2021, mesma época em que houve a extinção do Bolsa Família e a criação do Auxílio Brasil.

4. METODOLOGIA

4.1. O “relato de vida” como método

O crescente número de famílias monoparentais femininas e, em especial, aquelas que estão em estado de vulnerabilidade agravado pela atual pandemia, instigou a necessidade de pesquisar e traçar um paralelo entre a trajetória familiar e o efeito da pandemia na vida das mulheres chefes de família sem cônjuge que são a base para o sustento da família. A pesquisa pretende determinar o espaço dessas mulheres na sociedade em que as pessoas se particularizam de diversas formas, conforme o gênero, renda, grau de instrução, trabalho e outros fatores.

As considerações feitas anteriormente norteiam a investigação da presente pesquisa a qual parte da seguinte pergunta: quais os impactos da pandemia da COVID-19 na vida de mulheres chefes de família monoparental?

Dessa forma, partindo da pergunta de pesquisa acima, a metodologia do estudo irá recorrer ao método qualitativo de relato de vida proposto por Daniel Bertaux (1997). Este método “Nas ciências Sociais, a história de vida é resultado de uma forma peculiar de entrevista, a entrevista narrativa, na qual um pesquisador pede a uma pessoa chamada ‘sujeito’, que conte toda a parte da experiência de vida” (p.9).

Parte-se da concepção que os contextos sociais, econômicos e emocionais vivenciados por essas mulheres refletiram durante o período de pandemia. Isto posto, mostra-se importante compreender as narrativas de história de mulheres que se constituem como chefes de família e o atravessamento sobre a maior crise sanitária do século XXI, bem como analisar de que forma sua vivência e condição social enquanto mulher e chefe de família sem cônjuge afetam esse processo.

Bertaux (1997) denomina seu método de etnosociológica, ou seja, uma junção de uma parte etnográfica com outra sociológica. O objetivo da abordagem difundida por Bertaux é estudar uma parte ou um segmento particular da realidade sócio-histórica – um objeto social – e descobrir como ele funciona e se transforma.

hooks (2021) afirma que as histórias encantam e seduzem por causa da sua “mágica multidimensionalidade”. Ao trabalhar com relatos de vida, pode-se dizer que de certa forma, é

abdicar de toda teoria e se comprometer em aprender sempre com cada nova história compartilhada. Dentre as construções de memórias, os relatos de vida, segundo Bertaux (1997):

Ésa es la intención del recurso a los relatos de vida em uma perspectiva etnosociológica: ir de lo particular a lo geneal gracias a la comparación y cotejo de casos particulares, de lo contienen de datos fácticos situados em su orden diacrónico, de indícios descriptivos o explicativos propuestos por los sujetos, gracias al descubrimiento de recurrencias de um itinerário biográfico a outro y a la elaboración de conceptos e hipóteses a partir de esas recurrencias. Bajo este punto de vista, la función de los datos no es comprobar las hipótesis establecidas de antemano, sino facilitar la construcción de um cuerpo de hipótesis. (p.26)

Assim, é importante que se compreenda a estrutura contextual por detrás dos objetos de pesquisa. A utilização de entrevistas para obter um relato de uma experiência vivida é uma metodologia utilizada para a obtenção de dados sobre a vida das entrevistadas no que tange às questões profissionais e familiares. Deste modo, torna-se possível analisar os sentidos desses relatos, e, seguindo a metodologia de Bertaux, transformar as descobertas em casos pontuais para um âmbito mais geral regidos pelas mesmas lógicas de funcionamento e as mesmas dinâmicas de reprodução e transformação.

Através das entrevistas, pretende-se investigar como essas famílias se formaram, analisando a compreensão das vivências, bem como os percursos sociais, econômicos e culturais das mães chefes de família. A consecução dos dados visa também traçar um paralelo com os impactos que a pandemia promoveu na vida de mulheres chefes de família sem cônjuge em relação aos cuidados com os filhos; como essas mulheres lidaram emocionalmente com esse momento; como ficou a relação de trabalho; a questão das políticas públicas específicas do período pandêmico e sua efetividade na vida dessas famílias. E, assim, estabelecer um ponto em que essas famílias já estavam imersas nas desigualdades e até que ponto a pandemia regrediu a qualidade de vida no âmbito social e econômico.

O lugar escolhido para desenvolver parte da pesquisa foi o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), pois o CRAS executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais. O objetivo principal do Centro de Referência é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social nos territórios por meio do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além da ampliação e garantia do acesso aos direitos de cidadania. Também apresenta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à

família (PAIF)³, programa pelo qual permitiu ter acesso à maioria das mulheres participantes da pesquisa por justamente atender famílias em estado de vulnerabilidade. No caso específico, foram as famílias monoparentais chefiadas por mulheres que buscam de alguma forma restabelecer a autonomia familiar através dos programas de assistência.

Neste trabalho foi usado "fenômeno de saturação", conforme apontado por Bertaux (1997). Este fenômeno se apresenta quando se tem um certo número de entrevistas e o investigador tem a percepção que nada novo irá se apresentar. Assim, este ponto de saturação apontado por Bertaux assegura a validade das conclusões e embasa toda a investigação da pesquisa. Cabe destacar que os sujeitos do estudo foram 12 mulheres, sendo que 5 foram indicadas através do método bola de neve e 7 foram entrevistadas diretamente no CRAS. Cabe ressaltar que os nomes são fictícios a fim de preservar a privacidade das famílias.

O roteiro de entrevista foi dividido nas seguintes partes: dados de classificação, família e formação, relacionamentos, condição de mãe chefe de família, condição de chefe de família na pandemia, trabalho, conciliação trabalho-família, saúde, políticas públicas e outros mecanismos de ajuda e demandas.

Ao iniciar o trabalho de campo, estava na expectativa de adquirir conhecimento prático e conhecer os contextos sociais vividos pelas mulheres chefes de família sem cônjuge. Segundo Beartaux, "El investigador se presenta sobre el terreno consciente de su ignorância y, como haría cualquier etnólogo, se dirige a las personas que ejercen su actividad en él y que viven en él, para saber <cómo funciona eso> (...) se pone no en la interioridade de los sujetos, sino en lo exterior a ellos: los contextos sociales de los que ellos han adquirido por experiencia un conocimiento práctico" (BEAUD, 1996 *apud* BERTAUX, 1997 p.21)

Dessa maneira, o objetivo foi construir uma análise sociológica sobre os relatos de vida, os quais irão dizer muito sobre a formação da família e, bem como, quais os papéis das mulheres chefes de família nesta instituição. Os relatos dessas mulheres têm a capacidade de nos revelar uma realidade cotidiana que parece invisível para muitos e/ou capaz de reconhecer que para

³ O conceito de família neste programa é formado por um grupo de pessoas unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade, ou seja, não restringindo à família tradicional composta por mãe, pai e filhos. Priorizam famílias que: (I) Não têm acesso aos direitos básicos, como educação e saúde; (II) Não possuem núcleo familiar e comunitário local; (III) Estão em moradia precária ou são retiradas de seu território original; (IV) São indígenas, quilombolas, ciganos, entre outros; (V) Estão sofrendo discriminação racial, cultural, de gênero, entre outros; (VI) Vivem em áreas de extrema violência; (VII) Estão com dificuldade em prover o sustento dos membros familiares; (VIII) Têm crianças ou adolescentes que ficam sozinhos em casa ou na rua; (IX) Entregaram criança ou adolescente para adoção; (X) Têm familiar que possui problemas de saúde e demanda cuidados especiais.

elas as dificuldades se acumulam por diversos fatores: ser mulher, pobre, algumas negras, a maioria com baixa escolaridade, sem emprego ou com subempregos ou empregos informais.

Nesse método “el verbo <contar> (narrar) es aquí esencial: significa que la producción discursiva del sujeto há adoptado uma forma narrativa.” (BERTAUX, 1997, p.36). Foi seguido o modelo de entrevista narrativa de Bertaux (1997), sendo que nesse momento foi demonstrado um grande interesse por tudo que foi dito e solicitando ao sujeito da pesquisa que desenvolvesse pontos que possibilitassem desenrolar o guia de entrevista. O roteiro se encontra no anexo.

Foram realizadas algumas perguntas, antes do início do relato de vida propriamente dito, com o intuito de tentar caracterizar mais objetivamente, tais como: idade, escolaridade, renda pessoal e familiar e número de filhos.

Após, foi assegurado a elas discorrer livremente, determinando o curso da entrevista, utilizando algumas perguntas norteadoras: “conte sobre sua vida amorosa”, “sobre sua trajetória de trabalho”, “fale sobre sua infância e adolescência”. Foi importante permanecer atenta a cada relato e a cada detalhe gestual/feições das entrevistadas, pois eles também são uma forma de linguagem para o entrevistador interpretar. Foi feito o necessário para deixá-las o mais confortável possível, estabelecendo uma relação de confiança. Foi utilizada uma linguagem mais informal, até mesmo gírias para se introduzir na rede de sociabilidade delas. Contudo, não foi feita qualquer intervenção ou julgamento por parte da entrevistadora.

Dessa forma, no que concerne à trajetória familiar, foi incentivado que a entrevistada contasse sobre as origens, se a família era ou não oriunda de Juiz de Fora e, caso não fosse, como ocorreu e o porquê de migrar. Também foram incentivadas a falar sobre a dinâmica da infância e da adolescência, como era a relação com a família.

Especificamente sobre os relacionamentos amorosos, as entrevistadas contaram como foi a trajetória de relacionamentos durante a vida; relataram se houve algum contexto episódio de abuso ou violência, e se uma eventual separação se deu devido a esse tipo de comportamento.

Sobre o quesito maternidade, elas responderam sobre a idade e o contexto em que tiveram os (as) filhos (as), se a maternidade foi a causa de abandonar os estudos ou se sentiram maiores dificuldades de se inserir no mercado de trabalho. Relataram sobre a relação dos pais com os filhos, se há alguma relação afetiva e se ajudam financeiramente na criação deles.

Na etapa seguinte, as perguntas foram direcionadas especificamente ao período pandêmico. As mães foram incentivadas a narrar sobre como viveram o período de lockdown; se foram contaminadas pelo vírus e como foi o período de recuperação; foram questionadas sobre a vacinação; como ficou a situação laboral, se houve a possibilidade de trabalho remoto ou se, caso seguiu trabalhando presencialmente, houve distanciamento social e fornecimento de máscara e álcool gel pelo empregador; temas relacionados às tarefas domésticas e cuidado com a família; sobre a situação do ensino remoto dos filhos, se houve uma infraestrutura básica para acompanhar o ano letivo; a necessidade de cuidar de outro alguém e as maiores dificuldades em cuidar.

A etapa final da entrevista foi dedicada a políticas públicas e outros mecanismos de ajuda, bem como demandas. Houve uma ênfase principalmente sobre o período do auxílio emergencial e sua importância na manutenção da subsistência do lar. Foram questionadas acerca de redes de apoio, como Igrejas e/ou de associações de bairro; falaram sobre receber algum apoio profissional psicológico e, caso não recebesse, se sentiam vontade de ter algum acompanhamento. E, por fim, expressaram sobre as expectativas de políticas públicas capazes de ajudá-las a estabelecer uma maior autonomia.

As conversas foram marcadas atendendo à disponibilidade das mulheres, com duração média de uma hora por entrevista. Foi respeitado o horário de atendimento do CRAS (8h às 17h) e, a maioria das mulheres entrevistadas, estavam indo em busca da cesta básica ou do vale gás. Grande parte foi entrevistada no horário da manhã e no horário do almoço, pois deixavam os filhos na creche/escola e aproveitavam o trajeto para ir até o CRAS.

As outras mães chefes de família também foram atendidas a partir de suas disponibilidades, fui ao encontro na casa/trabalho como uma forma de poder encontrar um ambiente que lhes trouxessem melhor conforto na medida que era aceito por elas. Com algumas foi difícil agendar horário, pois essas pegavam “bicos” também aos finais de semana, sendo possível entrevistá-las no horário de almoço. Em alguns momentos, as entrevistas tiveram de ser interrompidas para atender as necessidades dos filhos ou alguma demanda do trabalho.

Muitas mulheres, ao final da conversa, disseram estar mais aliviadas pelo fato de “somente” conversar com alguém. Outras também ficaram emocionadas e agradecidas por tê-las ouvido. Grande parte delas acabam vivendo de forma mecânica a rotina e não têm com quem conversar, desabafar, não podendo viver certas emoções.

Bertaux (1997) afirma que na investigação etnosociológica a análise inicia e se desenvolve já nas primeiras entrevistas. Destaca que desde as primeiras entrevistas, propõe que o pesquisador ouça, leia, releia e realize o procedimento de análise, reler as notas feitas durante o trabalho de campo. Ao agir dessa forma, o pesquisador avança na sua “formación para la recogida misma de entrevistas: el investigador, al escucharse, caerá em la cuenta de sus errores. Pero se trata también de formación como desarrollo progressivo, em la mente del investigador, de lo << que realmente sucede realmente>> dentro del objeto social que se está estudiando” (BERTAUX, 1997, p. 53). Isto posto, nas primeiras entrevistas foram feitas as transcrições manuais o que possibilitou acertar alguns pontos, bem como ter uma prévia de análise para alinhar as outras entrevistas.

Após o término do trabalho de campo, foram feitas as revisões das transcrições, seguindo a estruturação das trajetórias de vidas para estabelecer a análise de dados. Importante sinalizar que, na análise de dados, foram recortadas algumas falas das participantes. No entanto, para evitar o inconveniente de modificar o sentido do relato, foram descritos o seu contexto, para que não perca o seu sentido dentro da narrativa, uma vez que o depoimento só pode ser compreendido inserido dentro da história do sujeito dessa forma de análise, conforme propõe Bertaux (1997).

E, por fim, este estudo se orienta pela interseccionalidade, presente durante todo o desenvolvimento da pesquisa. Segundo Rodrigues (2013), a interseccionalidade é uma ferramenta teórico-metodológica “fundamental para ativistas e teóricas feministas comprometidas com análises que desvelam os processos de interação entre relações de poder e categorias como classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais” (p.7). Assim, é essencial analisar e refletir sobre as diferenças ocorridas no cotidiano de mulheres, pobres, trabalhadoras, negras, mães que criam sozinhas os (as) filhos (as). Mostram-se como expressões importantes que condicionam a vida dessas mulheres.

4.2. Apresentação do campo

O presente trabalho contou com a colaboração de todos os membros do CRAS, que foram os responsáveis por me direcionar às sete mulheres com quem conversei. Estive no local pela primeira vez em 7 de fevereiro de 2022, fui recebida por toda equipe com um frutífero bate-papo sobre toda a existência do CRAS e seu funcionamento com atendimento em mais outros nove bairros daquela região da cidade. Eles mostraram-se preocupados com os cortes de verbas

que os Centros vêm sofrendo há alguns anos no âmbito federal e estadual. Disse que na cidade de Juiz Fora, a Prefeitura é a grande responsável pela continuidade dos serviços oferecidos pelo CRAS.

O funcionamento do CRAS conta com a colaboração de dez servidores. O coordenador, aliás, é bastante conhecido e demandado por todos, possuindo um assistente para ajudá-lo no trabalho. Três servidores que fazem o atendimento primário dos assistidos, orientando conforme a complexidade da demanda. Um psicólogo, uma pedagoga e duas assistentes sociais que fazem o atendimento direto com os assistidos. Uma servidora que fica responsável pela limpeza do local e pela manutenção da cozinha. Observei que muitos já conhecem os assistidos, sabendo de cabeça o nome, endereço e telefone. Por exemplo, ao serem questionados pelo coordenador se havia um número razoável de mães que poderiam ser entrevistadas, eles já responderam o nome de algumas mulheres e a região em que residiam.

É um local com infraestrutura adequada para atender toda a população. A arquitetura do imóvel é semelhante a uma Unidade Básica de Saúde (UBS), o que faz com que algumas pessoas confundam o propósito do Centro, conforme narrado pelos funcionários. Os servidores relataram que muitas pessoas começaram a conhecer as atividades do Centro durante o período de pandemia, por ser um local onde pessoas iam se informar sobre o auxílio emergencial e esclarecer dúvidas burocráticas. Por exemplo, narraram o caso de um senhor que possuía um carro de alto valor, porém ele queria saber como poderia legalizar o fim de sua microempresa. Disse que ainda estava com aquele carro por ser a única fonte de trabalho, no caso, trabalhar como motorista de aplicativo.

Assim, os servidores exemplificaram como o CRAS pode prestar serviços para além daqueles que são vistos como “caridade”, lugar que presta serviços de doação. Segundo o Coordenador, vem tentando tirar a ideia do grande público que o Centro é um lugar de doação e, assim, dedica-se a construir a verdadeira narrativa na qual ali é um lugar onde as pessoas podem fortalecer seus vínculos e podem buscar a autonomia familiar. Também não deixaram de enfatizar o aumento da procura por comida e roupa nos últimos tempos.

A ideia inicial era acompanhar os atendimentos dos assistentes sociais até o domicílio das mulheres; contudo, por conta das restrições da pandemia, os atendimentos domiciliares estavam temporariamente suspensos e sem previsão de retorno. Dessa forma, o Coordenador apresentou

a alternativa de ir durante os dias de entrega da cesta básica e do vale gás, pois eram ocasiões que facilitariam encontrar com as mulheres foco da pesquisa.

Na entrada do CRAS havia álcool em gel para que todos pudessem higienizar as mãos, havia cadeiras na área externa para que as pessoas pudessem esperar algum servidor vir conversar previamente para não causar aglomeração dentro da recepção. Ainda nessa área externa, havia a possibilidade de servir um “cafezinho” com alguns “biscoitinhos”, uma hospitalidade bem conhecida no interior mineiro.

Na área interna do CRAS, a divisão era a seguinte: (1) cômodo amplo em que coordenador compartilhava com seu assistente o espaço; (1) cozinha pequena onde os funcionários podem compartilhar as refeições; (2) banheiros, um destinado ao público em geral e outro exclusivo para servidores; (1) sala média destinada a recepção do grande público, onde três servidores compartilham o espaço para fazer atendimento; (3) salas destinada às assistentes sociais e à pedagoga; (1) sala ampla utilizada para depósito, como, por exemplo, das cestas básicas que seriam distribuídas naquela semana. A sala também é usada para fazer as reuniões e utilizada pelo psicólogo por não haver mais salas disponíveis.

A primeira entrevista ocorreu em 17 fevereiro de 2022 e a última ocorreu em 16 de março de 2022. Foram aproximadamente duas semanas, pois houve uma semana de recesso por causa do Carnaval. O coordenador achou mais produtivo minha ida na semana de entrega da cesta básica e do vale gás, já que provavelmente haveria uma procura significativa por parte de mães chefes de família sem cônjuge. Fiquei à espera da chegada espontânea delas, já que me garantiram que essas mulheres iriam naquela semana, pois era algo comum.

Todos os servidores demonstravam atenção e disponibilidade para atender o público. Falaram da dificuldade de não incorporar os problemas enfrentados pelas famílias, que, muitas vezes, é difícil separar o trabalho com a vida pessoal. Estabeleceram a regra de não passar o número do celular pessoal para não se envolver tanto com o trabalho. Principalmente após a pandemia, as demandas de famílias que necessitavam de apoio alimentar aumentaram, sendo difícil para os funcionários do CRAS lidar psicologicamente com essas situações.

Uma servidora específica me chamou mais atenção. Apesar de compreender que o CRAS não tem o papel de servir à caridade, ela tentava sempre fazer contato com os amigos da Igreja para poder ajudar as famílias mais necessitadas com roupas e comida. Por exemplo, acolheu

Elisângela (será apresentada mais à frente) não apenas no ambiente institucional do CRAS, como também forneceu ajuda psicológica e material, pondo-se no papel de uma grande amiga.

Ao final, percebi a importância de fazer essa visita prévia para conhecer o local, bem como conhecer todas as pessoas que trabalhavam ali ativamente para atingir os objetivos do CRAS de forma eficiente. Pude conhecer ainda mais o CRAS, seu funcionamento cotidiano e sua importância de transformar e concretizar as políticas públicas não apenas em serviços públicos, mas também busca compreender a complexidade envolta na vida de cada assistido.

5. A CONSTRUÇÃO DO CONTEXTO ANTERIOR À PANDEMIA DA COVID-19

5.1. Trajetórias

A primeiro momento, importante fazer uma pequena apresentação das histórias relatadas com o intuito de proporcionar uma melhor contextualização e compreensão de cada mulher entrevistada. Dessa maneira, a seguir será demonstrado um breve resumo das narrativas assimétricas com as informações mais pertinentes para a pesquisa de forma a singularizar e apontar o contexto social, econômico e afetivo. A tabela abaixo apresenta as características gerais das chefes de família entrevistadas.

Quadro 1. Características gerais das chefes de família entrevistadas

NOME	RAÇA/ETNIA	IDADE	Nº DE FILHOS	NATURALIDADE
APARECIDA	Parda	46	1	Canavieiras/BA
DIANA	Branca	46	1	Rio de Janeiro/RJ
PAULA	Parda	42	3	Paiva/MG
ELIETE	Parda	41	4	Muriaé/MG
NILDA	Parda	38	4	Juiz de Fora/MG
SILVANA	Parda	36	1	Novo Cruzeiro/MG
JULIANA	Branca	33	1	Juiz de Fora/MG
ALICE	Parda	32	3	Juiz de Fora/MG
ELISÂGELA	Negra	29	3	Juiz de Fora/MG
MARIANA	Negra	28	3	Juiz de Fora/MG
VANESSA	Branca	28	1	Juiz de Fora/MG
RAFAELA	Parda	23	2	Juiz de Fora/MG

Aparecida

Aparecida é uma baiana que migrou para Juiz fora há mais de 20 anos em busca de melhores condições de vida, já que em Canavieiras-BA havia poucas oportunidades de emprego. Ela tem 46 anos, parda e católica, e durante toda a conversa foi perceptível sua fé. Há cerca de quatro anos parou sua profissão de cabeleireira e manicure para cuidar integralmente do filho, o qual

descobriu a esquizofrenia aos 24 anos. Disse que até então o filho era saudável, havia concluído o ensino médio e trabalhava de carteira assinada. Depois do primeiro surto do filho em 2018, ela teve que abrir mão de tudo para encarar a nova realidade. “(...) Pensa eu mãe, você tem um filho que não tem nada, é saudável ... eu fiquei doida, desesperada porque eu não sabia o que que estava acontecendo que ele nunca tinha tido nada (...)” (APARECIDA, 46 anos)

Chegou ao CRAS em busca do vale gás. Disse que atualmente vive do Auxílio Brasil⁴ para comprar comida e o remédio do filho. No mais, os vizinhos fazem doações para ajudá-la. Relatou que em 2020 perdeu os móveis de sua casa por conta de uma enchente que aconteceu em seu bairro. Narrou que mora na casa há mais de dezessete anos e que por isso o proprietário da casa não está cobrando temporariamente o aluguel. Disse que pediu a um advogado para dar entrada no LOAS (BPC)⁵ do filho, contudo até agora está sem resposta.

Relatou que sua infância foi simples e com dificuldade. A mãe trabalhava em casa de família e o pai era pedreiro, mas se tornou feirante quando conseguiu adquirir um pedaço de terra e começou a plantar verduras para vender. Relembrou que a mãe deixava de almoçar no serviço para poder levar a marmita para casa e dividir a comida entre todos. O pai ainda mora na Bahia, vindo uma vez por ano a Juiz de Fora, mas está sem vê-lo por três anos por conta da pandemia.

Seu primeiro relacionamento foi com o pai de seu filho aos 16 anos, vindo a engravidar rápido. Disse que chegou a morar junto com o parceiro, mas não deu muito certo. Então, decidiu vir para Juiz de Fora em busca de propiciar uma vida melhor para o filho. Primeiramente veio sozinha para ficar na casa de uma amiga e conseguir um emprego, logo após o primeiro ano trouxe o filho. Contou com muito orgulho quando, já estabelecida aqui, pôde mandar algum dinheiro para a mãe comprar um jogo de sofá e uma TV, um conforto dado quando ela ainda era viva.

Durante o tempo da conversa, estava preocupada com o filho que estava do lado de fora do CRAS esperando-a. Repetiu várias vezes “só eu e meu filho” para destacar sua luta diária de cuidar sozinha do rapaz. Falou que o filho é dependente dela e resumiu “(..) eu nesses três anos

⁴ O Auxílio Brasil é um programa social de transferência direta e indireta de renda destinado às famílias que se encontram em situação de pobreza e de extrema pobreza no país. O objetivo é garantir uma renda básica a essas famílias, buscando simplificar a cesta de benefícios, bem como estimular a emancipação como forma de alcançar a autonomia e superar situações de vulnerabilidade social.

⁵ O BPC-LOAS é um benefício sócio-assistencial pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no valor de 01 (um) salário mínimo mensal. Este benefício é concedido ao cidadão que comprove ter uma deficiência de longo prazo que o impeça de trabalhar e manter a si mesmo e à sua família. Também é concedido à família não possui renda suficiente para a manutenção do mínimo existencial.

eu abri mão de muita coisa pra me dedicar ao meu filho, tá? De um bom emprego, de se relacionar com alguém, tudo isso ...” (APARECIDA, 46 anos)

Diana

Tive a oportunidade de entrevistar Diana quando ela ficou hospedada em minha casa para que a filha de 16 anos pudesse realizar as provas de um processo seletivo misto. Ela estava muito nervosa, pois era a primeira prova da filha e seu sonho é que a menina siga o caminho dos estudos, já que ela só teve a oportunidade de estudar até a oitava série. Não apenas pelos fatos relatados durante a conversa, mas como todo o tempo que ficou hospedada, é ainda nítido seu sofrimento e da filha pelos anos de violências diversas provocadas pelo marido. O estopim para o fim da relação foi quando o marido a violentou enquanto dava banho na filha, à época, com apenas 4 anos.

Diana nasceu no Rio de Janeiro, declara-se branca, segue a religião católica e possui 46 anos. Sua família migrou para Ubá/MG por causa da violência do Rio de Janeiro. Começou a se relacionar com o pai de sua filha com apenas 16 anos, foi seu primeiro parceiro sexual. Por isso, relevava os atos de violência ainda no namoro “(...) se eu tive relação com ele, eu tinha que casar com ele, né? Porque eu não podia mais terminar aquele namoro, então eu me sujeitava a muita coisa, sabe? (...) eu não ia arrumar mais um namorado porque eu não era mais virgem né?” (Diana, 46 anos). Ela ainda relatou que na época se sentia muito iludida pelo parceiro, sendo ele o grande incentivador para que não prosseguisse os estudos, já que ele trabalhava e tinha uma moto. Ele também prometia abrir um negócio e Diana seria sua funcionária. Segundo ela, seus pais não tinham muita instrução, então não fazia diferença se prosseguisse ou não os estudos.

Atualmente, Diana trabalha como autônoma vendendo produtos personalizados; contudo, está à procura de um emprego fixo para melhor bem-estar social e econômico, já que costuma virar a noite para dar conta das encomendas. No dia, estava feliz que fechou um pedido que garantiria o pagamento do aluguel da casa em que vive com a filha. Ao mesmo tempo, mostrava-se preocupada que ainda não sabia como conseguiria o dinheiro para pagar o uniforme da filha.

Paula

Paula é parda, 42 anos, uma pessoa de muita fé que segue o catolicismo. Possui três filhos: uma menina de oito anos, um rapaz de 23 anos e uma moça de 26 anos de idade, apesar de não ter

muita certeza em relação a idade desta última. Os filhos mais velhos já são casados, sendo que a mais velha já possui uma filha ainda bebê. Parte da conversa com Paula foi sobre a descoberta do Lúpus e como lida diariamente com a doença. “Aí lá não tinha um tostão também pra mim poder vim fazer o tratamento no HU (...) Fazia tratamento ali na época, fazia pulsoterapia. Aí tomava a infusão que é o remédio, chegava lá seis horas da manhã, saía só sete da noite, que eu tomava esse remédio e depois vinha com soro lavando a veia também. Por nós não ter o dinheiro também, eu saía ali do Morro da Glória ia tudo a pé até no Furtado. (...) Aí foi anos e anos assim, todo mês era assim. Aí a mãe falou assim: “Vamo mudar pra mais perto?” Já ficava mais fácil da gente ir fazer o tratamento (...) porque não dava mais pra poder (...) ir de ônibus porque eu passava muito mal, muito mal mesmo (...) eu tentei fugir do hospital porque eu já não aguentava mais tomar esse remédio. (...) Aí comecei fazer o tratamento depois de novo com a doutora que vivia lá no outro HU (...) E estou indo até hoje fazer esse tratamento.” (PAULA, 42 anos)

Atualmente, vive com a renda oriunda do Auxílio Brasil e das faxinas que aparecem ocasionalmente. Diz que os vizinhos também a ajudam e pôde contar com a cesta básica que o CRAS estava fornecendo. Sua casa é fruto do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, mas está sem condições de pagar as prestações.

Paula mostrou-se bastante confusa em relação a datas, não sabendo precisamente dizer quanto tempo vive em Juiz de Fora. Segundo ela, por volta de 2005, sua família decidiu sair de Paiva/MG por não ter muitas oportunidades de emprego e para poder ter melhor acesso ao tratamento do Lúpus. Relatou que sua infância e adolescência foram boas, apesar de ter passado dificuldades. Considera sua família como unida e harmoniosa e que seus pais sempre deram o melhor para todos. Aliás, a entrevista foi atrasada porque teve que esperar o irmão chegar para poder ficar no seu lugar cuidando da mãe, acamada por conta de complicações da diabetes.

Os dois filhos mais velhos são frutos de seu primeiro relacionamento. Já a caçula de oito anos é fruto de um outro relacionamento, sendo a única filha que mora com a mãe. Seu casamento foi aos 16 anos e a relação durou cerca de quinze anos, mas ela não apresentou muita certeza ao afirmar esse tempo. Relatou que a separação foi muito complicada, pois descobriu a traição por parte do parceiro e, nesse processo, ainda teve que lidar com todas as mudanças trazidas pela descoberta da sua doença. Diz sentir-se culpada até hoje por causa da separação e ainda procura achar seu erro.

Após todo esse processo lidando com a separação e a doença, conseguiu reerguer-se, voltando a trabalhar. Passou por outros relacionamentos. Conheceu o pai da sua filha caçula, mas não prosseguiu com o relacionamento. Ainda tem que lidar com o sofrimento da filha possui pelo fato de o pai rejeitá-la, diz que seus familiares insistem que ela faça o DNA e assuma o pagamento da pensão alimentícia, mas “Ele usa do método falando que ele não é que ela não é filha dele (...), ao tempo que também afirma “(...) Eu não vou fazer porque ele no fundo, no fundo ele sabe que é dele. Ele sabe que é dele e eu não vou fazer porque eu não quero que ele tenha contato com ela.” (PAULA, 42 anos)

Paula concluiu o ensino médio, porém não prosseguiu no ensino superior em razão de não ter condições de pagar um curso de Enfermagem. Colocou como um sonho ainda a ser conquistado.

Eliete

Eliete se considera “morena”, tem 41 anos e mãe de quatro filhos: uma menina de 21 anos casada e mãe, outra menina de 12 anos, um garoto de 11 anos e outro de 4 anos. Atualmente encontra-se desempregada e a única renda fixa é o Auxílio Brasil. Eliete se vale também da ajuda do pai para pagar pelo menos um gás. Também mencionou que conta com a pensão do pai dos filhos do meio, mas ele não paga o valor há mais de três meses.

Sua história é marcada por abusos sexuais quando tinha apenas 13/14 anos por um homem que morava em sua casa junto com sua família. Ela disse que não era uma coisa muito “direta”, que só teve consciência que sofreu abusos quando estava mais velha e as pessoas contaram que não era algo “normal”. Disse que na época não tinha amizade para conversar sobre isso e não tinha intimidade para falar sobre esses assuntos com a mãe, a qual considera ser uma pessoa fechada.

Sua família é natural de Muriaé. Migrou para Juiz de Fora quando tinha 17 anos em busca de melhores condições de emprego, já que moravam na roça e estavam passando por muitas dificuldades financeiras. Relatou que na roça não tinha água e nem luz, a alimentação também não era muito boa e não sabia o que era uma TV. Lembrou que o pai plantava arroz, milho e que, junto com os irmãos, faziam a colheita. Apesar de plantarem o próprio alimento, ainda assim passavam muita dificuldade financeira.

Quando chegou em Juiz de Fora trabalhou como babá e passou a conhecer outras pessoas. Engravidou pela primeira vez aos 20 anos, em seu primeiro relacionamento, disse que não chegou a morar junto com o pai de sua filha e que cada um seguiu caminhos diferentes. Relatou

ainda que parou de estudar na oitava série por conta dessa primeira gravidez, pois as coisas foram ficando complicadas.

Seu segundo relacionamento, apesar de ter chegado ao fim, ainda é marcado por bastante turbulência. A separação aconteceu quando o ex-marido expôs o órgão genital para a filha mais velha. Eliete disse que não prestou boletim de ocorrência porque a mãe dele pediu “pelo amor de Deus” para não fazer a denúncia e considerava que não iria para frente tal fato, deixando ficar esse episódio guardado só para ela mesmo. Também falou que o padrasto desse ex-parceiro chegou a assediar a filha do meio. Eliete já tem uma medida protetiva contra o ex-marido e que, quando estavam juntos, ele a agredia verbalmente e fisicamente. Por conta desses conflitos, tem dificuldade de passar carinho para os filhos fruto dessa relação.

Há seis anos tem um relacionamento com o pai do filho mais novo, mas é cada um na sua casa e que aos finais de semana passam juntos, porque “sempre juntos” tem muita confusão. Disse que ele ajuda com os custos do filho mais novo, comprando a medicação que o menino precisa por conta da bronquite, e também algumas outras coisas necessárias.

Eliete tem vontade de voltar ao mercado de trabalho, já que agora fica mais fácil porque o filho mais novo está indo para a creche.

Nilda

Nilda possui 38 anos, é parda e não tem religião, apenas um dos seus filhos que é evangélico. Ela possui quatro filhos: todos rapazes de 19, 13, 11 e 10 anos. Sua renda fixa é oriunda do Auxílio Brasil no valor de R\$400,00 e faz alguns bicos como faxineira. Foi ao CRAS em busca da cesta básica para ajudar no sustento da família.

Quando estava com apenas 12 anos teve que cuidar da mãe a qual adoeceu por conta de um câncer, enquanto os irmãos mais velhos trabalhavam para sustentar a casa, que tinha como complemento de renda a aposentadoria da mãe. Após o falecimento da genitora, começou a trabalhar com faxina e continuou cuidando dos irmãos.

O primeiro relacionamento foi com o pai do filho mais velho. Disse que eles se conheceram, ela acabou engravidando aos 17/18 anos e ele foi embora. Foi bem sucinta ao relatar este relacionamento. Anos depois que o filho decidiu entrar em contato com o pai, porém ele nunca chegou a ajudar. A figura paterna reconhecida pelo menino é o ex-marido, pai dos outros filhos de Nilda.

O segundo relacionamento foi com o pai dos três filhos mais novos, foi uma relação que durou cerca de 6/7 anos. Ela disse que o maior problema da relação era o excesso de bebida do parceiro e “(...) antes de se separar dele, ele chegou em casa alterado, quebrando as coisas tudo, aí eu chamei a polícia, aí foi Maria da Penha. Ele quebrou as coisas dentro de casa, quebrou televisão, quebrou tudo” (NILDA, 38 anos). Para ela, a separação foi melhor para ela e para as crianças, pois já não choram por presenciarem tantas brigas.

Nilda estudou até o quinto ano do ensino fundamental. Ela abriu mão dos estudos em razão da doença da mãe “(...) ela não andava, ela não comia, tinha que tomar conta 24h, tinha que levar no médico.” (NILDA, 38 anos) e, após, criou uma rotina em prol do cuidado da família. Ela mostrou grande desejo de voltar aos estudos para melhorar a qualidade de vida de sua família.

Silvana

Conheci Silvana há alguns anos no trabalho da minha mãe. Sempre se mostrou uma pessoa reservada e, ao mesmo tempo, muito simpática. Ela tem 36 anos, parda, católica e oriunda do norte de Minas Gerais, especificamente da cidade de Itaipé, pertencente à cidade de Novo Cruzeiro. É mãe de um menino de 10 anos. Atualmente trabalha para uma empresa terceirizada que presta serviços para uma Instituição Federal como “auxiliar de serviços gerais” e faz “bicos” de faxina aos finais de semana para complementar a renda familiar. Enfatizou que não são todos os domingos que aceita trabalhar, pois o filho sente muita falta dela e prioriza os momentos de lazer com ele.

Sua família morava na roça, o que era um obstáculo grande para conseguir estudar já que tinha que andar uma distância de cerca de 6 quilômetros. Porém, narrou que foi uma infância e adolescência tranquila e divertida apesar das dificuldades para conseguir estudar. Sempre ajudou a mãe a cuidar de seus sete irmãos, carregando uma grande carga de responsabilidade desde nova.

O motivo de não ter prosseguido com os estudos após o término do ensino médio foi por conta do casamento aos 20 anos. Após, se dedicou aos cuidados do filho, postergando o sonho de iniciar o ensino superior em administração por encontrar dificuldade em conciliar trabalho/maternidade/estudos.

Migrou para Juiz de Fora quando tinha aproximadamente 28 anos, cerca de seis meses após a separação. Sua decisão foi tomada após descobrir uma nova traição por parte do parceiro,

quando já havia perdoado uma primeira. Já estabelecida na nova cidade, foi morar junto com sua irmã, levando seu filho. Mais tarde, a irmã mais nova também veio morar com ela em busca de melhores oportunidades de estudo. Atualmente, mora somente com o filho e a irmã mais nova, que a vê como uma segunda mãe e a ajuda nos serviços domésticos, bem como no cuidado com o filho.

Silvana se mostrou tranquila em relação a sua vida, disse ter outra cabeça quando o assunto é relacionamento e que, apesar do filho sentir falta de uma presença masculina, não abriria mão da sua estabilidade para correr o risco de se desestruturar novamente.

Juliana

Antes de iniciar a conversa com a Juliana, tive que apresentar o projeto de pesquisa e mostrar que sou aluna vinculada à UFMG. Para ela, eu poderia ser uma “espiã” que o ex-marido contratou para conseguir a guarda de sua única filha de 4 anos. Fui ao seu encontro no trabalho onde ela exerce o cargo de assistente administrativa numa pequena empresa de atividades esportivas.

Ela possui 33 anos, é branca e não tem uma religião fixa a qual siga, mas diz ter uma tendência maior a ser evangélica. Narrou que sua infância e adolescência foram simples, sua mãe era do lar e o pai se tornou deficiente visual aos 30 anos, mas isso não o impediu de continuar trabalhando como vendedor. Contou que o pai tem uma história de vida muito bonita, pois enfrentou todos os obstáculos da deficiência e constituiu uma família com três filhos.

Ela conheceu o pai de sua filha aos 21 anos, com seis meses de namoro começaram a morar juntos no quintal da casa da mãe dela. Disse que quando estavam com mais ou menos sete anos de relacionamento, resolveram planejar sua gravidez e o combinado foi que ela ficaria afastada dois anos do mercado de trabalho para poder passar tranquilamente pelo período de amamentação e participar mais ativamente do crescimento da filha.

Em 2018, ele recebeu uma proposta de emprego na sua área de conhecimento (Tecnologia da Informação) com a percepção de um bom salário numa cidade perto de Juiz de Fora. Ao aceitar o emprego e mudar com toda a família para outra cidade, colocou como intuito sanar as dívidas do casal nos primeiros meses de trabalho, o que foi alcançado. Na visão de Juliana, a relação acabou pela falta de maturidade do casal em encarar os problemas cotidianos do casamento.

Disse que na nova cidade tinha uma rotina mais solitária junto à filha, bem como começou a se desentender com o marido sobre os cuidados da menina.

Após separação do marido em 2020, um pouco antes de começar o isolamento social, voltou para Juiz de Fora, morou um tempo com a mãe até conseguir dinheiro para construir sua casa no mesmo terreno que o dela. Relatou que o planejamento era ficar apenas dois anos afastada do mercado de trabalho. Contudo, por conta da pandemia, esse afastamento acabou sendo de quase quatro anos, prejudicando sua ascensão na carreira. Nesse tempo que ficou desempregada, trabalhou como cuidadora no hospital e fez algumas faxinas para ajudar na renda.

Juliana possui ensino superior em Recursos Humanos, mas pretende fazer um curso de paisagismo ou massoterapia. Para ela, se tiver mais qualificação aumentam as chances de conseguir outros trabalhos.

Alice

Alice, 32 anos, nascida e criada em Juiz de Fora, possui três filhos: um de 13 anos, outro com aproximadamente 10 anos e uma filha de 4 anos. Os dois filhos mais velhos moram com a família paterna: um mora com o pai e outro mora com a avó, após o falecimento do pai. Ela se declara parda e não segue nenhuma religião, mas se fosse para escolher, seguiria o catolicismo.

Alice possui uma paralisia acometida ainda na infância que afetou sua fala e todo o lado direito do corpo. Relatou que seus pais moravam na roça e, por conta da falta de estrutura, houve uma demora para a busca do tratamento adequado. Em sua narrativa, enfatizou que sua infância foi muito ruim, pois a mãe bebia muito e ela tinha que ficar na casa dos vizinhos, assim como seus outros quatro irmãos. Seu pai faleceu quando tinha apenas 9 anos de idade, era um homem com muitos problemas de saúde e andava de cadeira de rodas; contudo, possui lembranças de muito apego ao pai. Sua irmã mais velha foi sua tutora, época em que fez tratamento para tentar reverter os danos causados pela paralisia, chegando a fazer cirurgia, fisioterapia, porém não obteve o efeito desejado.

Ela conheceu o pai do seu filho mais velho com 17 anos, mas relatou que pediu ajuda à sua irmã para que contasse ao parceiro sobre a gravidez. Chegou até a morar na casa da sogra durante a gravidez, mas o relacionamento não foi para frente por ciúmes de sua parte. Já em seu segundo relacionamento, Alice relatou que não foi muito bom por conta da violência física

que sofria e o envolvimento do parceiro com as drogas. Não soube dizer quanto tempo durou a relação. Já o terceiro relacionamento ainda é uma relação turbulenta com o ex parceiro para que ele assuma as responsabilidades paternas. Ele nem ao menos registrou a menina, mas relatou que esporadicamente oferece alguma ajuda.

Em seu relato, Alice se mostrou confusa com muitos acontecimentos e datas, por exemplo, não se lembra exatamente com quantos anos engravidou de cada filho, bem como não soube dizer especificamente o que causou sua paralisia. Ela disse que tem muita dificuldade em administrar sua vida, pois é analfabeta, estudou apenas até a segunda série. Narrou episódios aos quais sempre necessita de ajuda de terceiros para contar o dinheiro do aluguel e do supermercado.

No dia da entrevista, era também o dia de entrega de cesta básica no CRAS e quando viu que seria difícil de carregar sozinha o fardo de alimentos, pediu a um desconhecido que trabalhava por perto para que a ajudasse a carregar o pacote até sua casa. Alice mostrou-se uma pessoa que precisa de cuidado, enfrentando obstáculos diários por conta da deficiência e por ser analfabeta.

Elisângela

Elisângela foi uma das mães que foram ao CRAS em busca do vale gás. Atualmente tem sobrevivido apenas de doações, principalmente da Igreja. Também fez questão de relatar a ajuda da servidora do CRAS, citando-a com muito afeto. Ela tem 29 anos, é negra, evangélica e possui três filhos: uma menina de 11 anos e os gêmeos de 1 ano.

Narrou que sua infância foi no bairro São Judas, zona norte da cidade, com seus pais e seus irmãos. Por residirem numa área de risco, a Prefeitura os transferiu para o Parque das Torres, bairro em que mora até hoje. Relembrou que a infância era um pouco complicada, porque o pai era carroceiro e a mãe do lar.

Ela ficou muito emocionada ao lembrar seu passado, principalmente quando relembrou seu primeiro relacionamento. Narrou que se envolveu com o pai de sua filha com apenas 14 anos, pois “eu achava que por eu não ter um apoio dentro de casa ele era tudo que eu tinha. Fantasiei aquilo na minha mente.” (ELISÂNGELA, 29 ANOS) Relatou que o parceiro tinha problemas em relação ao vício com drogas, gerando muito sofrimento. Ele chegou a ficar um tempo preso e a relação chegou ao final quando o ex-companheiro a abandonou após o nascimento da filha. Hoje, o ex-parceiro rejeita a menina, gerando muito sofrimento para a criança.

Já o seu segundo relacionamento foi com o pai de seus filhos gêmeos. Refere-se a ele como uma pessoa boa, presente na vida dos filhos e que não tem raiva, nem ódio. A razão de não ter prosseguido com a relação foi por conta da instabilidade dele de se fixar num emprego.

Elisângela cursou até a sétima série do ensino fundamental, até tentou retomar os estudos, mas não conseguiu, já que tinha que cuidar da filha sozinha após o abandono do companheiro. Relatou seu desejo de poder fazer um curso, segundo ela “sair da zona de conforto e ir atrás de mais coisa melhor” (ELISÂNGELA, 29 anos)

Mariana

Mariana é uma jovem de 28 anos, negra e possui três meninos de 13, 6 e 1 ano. Atualmente mora na casa que a mãe lhe deu, encontra-se desempregada, sem renda e conta com a ajuda do irmão para o sustento da casa e nos cuidados cotidianos dos filhos, já que ele mora no mesmo terreno.

Ela teve uma infância passando muitas necessidades com seus 10 irmãos, morando numa casa de apenas dois cômodos onde todos tinham que dormir juntos, com rato e barata passando entre eles. Relatou que, algumas vezes, sua refeição era pão com açúcar, pois não tinham o que comer. A mãe fazia bico como faxineira para poder sustentar a casa. Ela era usuária de drogas, o que fez com que Mariana fosse criada pela vizinha Selma.

A grande mudança de vida veio na sua adolescência quando a mãe conheceu seu padrasto, pessoa que ela reconhece como pai. Ele era policial civil, incentivou que a mãe se convertesse para a Igreja evangélica e ajudou a criar todos os irmãos. Disse que hoje todos da sua família são evangélicos.

Mariana começou a se relacionar com o pai de seu primeiro filho com apenas 13 anos, tendo seu primeiro filho aos 14 anos. O relacionamento durou cerca de dez anos, contudo foi marcado por diversos eventos violentos. Narrou que o parceiro chegou a bater nela diversas vezes e que chegou a desmaiar quando ele bateu em sua cabeça com uma faca na frente do filho ainda bebê. O marido era usuário de drogas, razão que o fazia ser uma pessoa muito agressiva. Não mencionou exatamente quando a relação terminou, apenas enfatizou o quanto era conturbada. Hoje sua relação com ele é tranquila, pois ele conseguiu tratar o vício e constituiu outra família.

Seu segundo relacionamento terminou durante a pandemia em 2020. Disse que o ex-parceiro não a agredia fisicamente, mas em palavras. Era um relacionamento marcado por abusos,

fazendo com que sofra as consequências até hoje. Disse que chegou a perder um apartamento porque deixou de pagar as prestações para satisfazer as vontades do parceiro. Também afirmou que ele está na posse de seu carro, não devolvendo e também não pagando as prestações. Afirmou que a compra do carro era seu sonho, chegou a sair do trabalho para poder adquirir o carro com o dinheiro de seu acerto. Ela ainda narrou que fazia as compras de mercado para a casa dele, disse que era uma pessoa totalmente “mansa e folgada”, sendo uma mãe e não uma mulher para ele. Hoje ela tenta manter um relacionamento amigável com ele para preservar o filho de apenas um ano.

Mariana estudou até o primeiro ano do ensino médio, mas não conseguiu se formar porque se viu cansada e sobrecarregada por conciliar trabalho/estudo/cuidado com o filho.

Vanessa

Vanessa foi a única com quem conversei em sua casa. Ela possui 28 anos, considera-se branca e atualmente é doutoranda em Ciência da Religião na Universidade Federal de Juiz de Fora; porém, por conta dos cortes sofridos na pesquisa, encontra-se sem bolsa.

Conversar com Vanessa foi como estar num grupo de estudos sobre maternidade, cuidado e feminismo. Ela é uma estudiosa sobre o assunto e falou de seus planos para começar um debate com mães pós-graduandas na UFJF com o intuito de sugerir ações que possam ajudar a fortalecer uma rede de apoio.

Durante toda sua vida teve acesso à educação de qualidade, estudou num colégio federal até o ensino médio, graduou-se em história, época em que conseguiu uma bolsa de estudos para estudar em Portugal e fez mestrado na área de gênero. Ela recentemente fez um curso de doulagem, ingressando nesta profissão aos poucos, tendo feito seu primeiro acompanhamento como doula uma semana anterior à entrevista. Uma das fontes de renda vem do seu trabalho como artesã, aliás, um dos encantos de sua casa onde vive somente com seu filho é a sala decorada com seus próprios trabalhos.

Relacionou-se com o pai de seu filho durante quatro anos e meio, sendo que durante dois anos viveram juntos. Engravidou quando estava com 24 anos, havia acabado de ingressar no mestrado e estava ganhando bolsa na época. Falou que a razão da separação foi por conta da não divisão de tarefas dentro de casa e o não acolhimento sobre as questões da maternidade, para ela “a gente como mãe fica totalmente atravessada pelo cuidado e sem individualidade e o

pai pode ainda sair, tem o mundo do trabalho, tem o tempo pra ele.” (VANESSA, 28 anos). Assim, cotidianamente havia discussões que acabavam virando uma bola de neve. Obteve ajuda financeira dos pais, já que tinha encerrado o mestrado dois meses antes e, assim, já não recebia mais bolsa. Para ela, mesmo sabendo que “ia ficar sem nada” e perder certa autonomia, a melhor decisão foi se separar em Março de 2020. Resumiu, ao final, que “materialmente foi complexo, mas também teve esse apoio que me possibilitou continuar estudando” (VANESSA, 28 anos).

Diz ainda sentir esse processo de separação “(...) emocionalmente dói muito porque mistura muito ainda as coisas ... assim ... da maternidade com relacionamento que acabou e aí, por mais que você não sinta mais nada no sentido amoroso, é as dores da maternidade ... elas continuam (...) e da ausência da paternidade compromissada (...)” (VANESSA ,28 anos)

Durante toda a conversa, Vanessa mostrou-se bastante ansiosa com sua instabilidade profissional e culpada por conta da cobrança da maternidade. Conforme ela mesma diz “(...)eu sempre fui muito uma mente investigativa e questionadora. Por isso que eu aprendi a naturalizar nada e isso me faz sofrer muito” (VANESSA, 28 ANOS).

Rafaela

Rafaela é uma jovem de 23 anos, parda, possui dois filhos: um de sete anos e outro de 2 anos. Narrou sobre sua infância e adolescência enfatizando que via sua mãe só à noite, pois ela trabalhava em período integral. Até mais ou menos seus oito anos, teve contato com o pai apenas algumas vezes, crê que tenha sido cerca de três vezes, passando a vê-lo um pouco mais quando sua mãe entrou na justiça para regularizar a pensão alimentícia.

Rafaela começou a se relacionar com 13 anos, apesar do medo que tinha da reação de sua mãe, a qual caracteriza ser muito severa. Engravidou do pai do seu primeiro filho com apenas um mês de relacionamento quando tinha 15 anos. Esse fato fez com que ficasse muito assustada, “(...) porque na minha cabeça eu namorei dois anos com uma pessoa e nunca tive um filho. Então, por que que eu estava com ele e de repente, do nada, eu engravidei? Então, assim ... e eu como não tinha que conversar com a minha mãe, eu não tinha contado pra minha mãe que eu não era mais virgem.” (RAFAELA, 23 ANOS). Com o tempo, conseguiu conversar com o pai de seu filho, chegaram a morar juntos; contudo, afirmou que por conta da imaturidade dos dois, o relacionamento não seguiu em frente. Na época da separação, voltou para a casa da mãe e chegou a tomar uma cartela de remédio com bebida alcoólica devido ao fato de não saber lidar com toda aquela situação.

Já o relacionamento com o pai de seu segundo filho foi marcado por idas e vindas, ele era seu refúgio desde os 13 anos quando não estava namorando. Quando decidiram fazer com que o relacionamento ficasse mais sério, não deu certo. O término mais marcante foi em 2019, quando ainda estava grávida do filho caçula, fazendo com que prosseguisse com a gestação sozinha. Quando o filho estava com um ano, chegaram a morar juntos cerca de 20 dias, mas ela o mandou embora de casa por descobrir traições por parte dele. Atualmente, ela tem uma boa relação com o ex parceiro, mas, principalmente com a mãe dele, pois a acolhe como uma filha.

Os estudos foram interrompidos quando estava no primeiro ano do ensino médio por conta da primeira gravidez. Relatou que passava muito mal durante a gestação e quando voltou a frequentar as aulas, foi reprovada por infrequência. Após essa fase, conseguiu terminar o ensino médio e ingressou na faculdade de Recursos Humanos, a qual acabou de se formar.

Rafaela encontra-se procurando um emprego como manicure em um salão, mas também diz estar aberta para qualquer emprego formal. Está se preparando para prestar concursos públicos e poder fornecer uma vida mais estável aos filhos.

5.2. Estudo e Trabalho

Neste tópico, o objetivo será analisar o grau de escolaridade e a trajetória de trabalho das chefes de família sem cônjuge entrevistadas nesse estudo, buscando identificar as condições de trabalho, suas principais fontes de renda e as estratégias de sobrevivência que essas mulheres utilizam para garantir o sustento do núcleo familiar. Os dados estão resumidos no Quadro 2.

Quadro 2. Escolaridade e trajetória de trabalho das entrevistadas

NOME	ESCOLARIDADE	TRAJETÓRIA TRABALHO
APARECIDA	Sétimo ano do Ensino Fundamental	Nunca trabalhou de carteira assinada. Na maior parte da sua vida trabalhou como cabeleireira e manicure.
ALICE	Segunda Série do Ensino Fundamental	Nunca trabalhou de carteira assinada. Por conta de uma paralisia (não soube especificar) que prejudica os movimentos de seus membros do lado direito, conseguiu ser beneficiária do BPC.
DIANA	Ensino Médio Completo	Trabalhou de carteira assinada desde os 16 anos. Durante um período dedicou ao lar. Atualmente é autônoma, trabalhando com artesanato.
ELIETE	Oitava Série incompleta	Apenas teve dois empregos de carteira assinada. Já trabalhou como vendedora autônoma e já fez alguns bicos de faxina e como babá.
ESLISÂNGELA	Sétima série do Ensino Fundamental	Durante grande parte da vida possuiu trabalho formal: babá; Empresa de reciclagem; Emprego doméstico e como caixa supermercado
JULIANA	Superior completo (Recursos Humanos)	Sempre trabalhou formalmente como jovem aprendiz no comércio e assistente administrativo. Em um certo período da vida dedicou-se à maternidade e ao lar. Atualmente possui um trabalho formal.
MARIANA	Primeiro ano do Ensino Médio	A maior parte dos trabalhos foi formal, mas atualmente faz alguns bicos de faxina e como babá.
NILDA	Quinto ano do Ensino Fundamental	Trabalhou apenas uma vez de carteira assinada em uma fábrica, foi um período curto de tempo. Sempre foi dona de casa e faz bicos de faxina.
PAULA	Ensino Médio Completo	Sempre trabalhou formalmente, houve um período que recebeu auxílio-doença. Atualmente está desempregada e faz alguns bicos de faxina.

RAFAELA	Cursando o Ensino Superior (Gestão de RH)	Já trabalhou formalmente como jovem aprendiz, no comércio e atendente em empresa de telemarketing. Também trabalhou informalmente em serviços de panfletagem, promoção de eventos e como manicure. Atualmente trabalha como autônoma como manicure e faz bicos trabalhando em eventos.
SILVANA	Ensino Médio Completo	Trabalhou formalmente como doméstica e atualmente na área de limpeza.
VANESSA	Cursando Doutorado (Ciências da Religião)	Nunca trabalhou de carteira assinada, pois dedicou-se a área acadêmica. Atualmente faz trabalho de artesanato e serviços de doulagem.

A mulher ainda ocupa um espaço na sociedade em que suas funções estão ligadas a papéis primordialmente tradicionais seguindo os preceitos da divisão sexual do trabalho. Nesta divisão, o homem atua na esfera pública e a mulher na esfera privada (HIRATA; KERGOAT, 2007). Todavia, a mulher contemporânea busca conciliar sua profissão com a função familiar, causando uma dupla jornada no trabalho e em casa.

Importante destacar a relação das mulheres chefes de família com o trabalho, pois foi um tópico recorrente nas falas das mulheres. Observa-se que o trabalho se constitui como algo central na vida dessas famílias, pois é uma garantia primária para a sobrevivência do grupo familiar. Além disso, mostra-se como símbolo da luta cotidiana para conseguir uma melhor qualidade de vida tanto para elas e, principalmente, para poder dar mais conforto aos filhos.

Observa-se que são mulheres que possuem baixa escolaridade, bem como pouca ou nenhuma qualificação profissional, ficam restritas a empregos de baixa qualificação, intermitentes e, algumas, sempre viveram na informalidade, sem garantias sociais. Entretanto, não é apenas o nível de escolaridade que faz com que as mulheres tenham empregos mais precários. Segundo Hirata (2009), a própria lógica da divisão sexual (homem atua na esfera pública e a mulher na esfera privada) do trabalho teria empurrado para as mulheres empregos precários, trabalho de tempo parcial e horários flexíveis, acentuando as desigualdades nas condições de trabalho, emprego e saúde entre os sexos, em nome de uma suposta conciliação da vida familiar com a vida profissional das mulheres. É nesse contexto que o estudo das experiências de trabalho produtivo e reprodutivo entre as mulheres pobres se justifica, tendo em vista que nos permite analisar quais são as condições materiais que decorrem da pobreza e quais implicam sua perpetuação.

Observamos que a maioria dos relatos mostraram que, durante a vida, o estudo não foi prioridade na vida dessas mulheres por diversos motivos. Algumas tiveram que abraçar a responsabilidade do trabalho do cuidado com a família, transformando o estudo em um universo longínquo de ser alcançado, outras tentaram conciliar com a rotina, mas a sobrecarga fez com que abandonassem os estudos pela necessidade de atender a jornada de trabalho para o sustento da família e priorizar o cuidado com os filhos.

A gravidez e a maternidade na adolescência, em contexto de rede de apoio ausente ou fragilizada, podem gerar limitações na vida das adolescentes, como a dificuldade de conciliar a nova condição com o processo de escolarização. Nesse período, a criança fica em primeiro

lugar e as outras coisas passam a ter papel secundário (MENEZES; DE OLIVEIRA LEITE; BARBOSA; ADRIÃO, 2012, p.21)

As autoras apontam que é uma realidade contrária à realidade das adolescentes de classe média. Elas destacam que muitas jovens de escolas particulares não tinham o projeto de vida interrompido pela gravidez. Muitos pais davam suporte para que as filhas continuassem estudando e terminassem sua escolarização. Isso se mostra pela capacidade da classe média poder projetar o futuro de uma forma mais acessível, economicamente falando, em relação às jovens da classe mais popular.

Podemos ter essa percepção a partir dos relatos coletados. Dentre as mães solas entrevistadas, muitas abriram mão de prosseguir os estudos em prol do cuidado. Mesmo aquelas mães que tinham a rede de apoio da família, mostraram-se frágil diante da capacidade econômica necessária para que elas continuassem os estudos. Em muitos relatos, elas mostraram que tentaram resistir a tripla jornada, conciliando estudo *versus* trabalho *versus* maternidade, contudo, a sobrecarga ficou inviável por não poder delegar a tarefa de cuidado e a rotina acabou ficando extremamente cansativa.

“cansada e sobrecarregada (...) muito serviço, ia pra lá e aí chegar em casa pra cuidar das crianças. Chegava muito tarde. Eu não estava vendo nem meus filhos direito. Saía, eles dormindo e voltava e estavam dormindo.” (MARIANA, 28 anos)

“(...)Fiquei só no serviço mesmo. Entendeu? Até porque na época eu estava com meu ex-marido que é o pai das crianças mais velha. Então, ele ficou desempregado eu tive que ficar trabalhando. Então, eu larguei os estudos.” (MARIANA, 28 anos)

“Então, o fato de eu ficar sem estudar foi por necessidade de eu colocar as coisas nos meus filhos, na boca dos meus filhos.” (MARIANA, 28 anos)

“(...) saí um mês antes de fazer dezoito, (...) porque ...como eu saía pra escola seis horas da manhã e eu chegava em casa do serviço por volta das nove horas da noite, o Júlio começou a falar que não me queria, aí eu comecei a ter muita crise de ansiedade e comecei a desenvolver uma depressão e eu preferi sair do serviço. Aí eu comecei a trabalhar com panfletagem, então eu não trabalhava todos os dias, então tinha dia que eu ficava com ele.” (RAFAELA, 23 anos)

Eliete (41 anos), por exemplo, não chegou a completar o ensino fundamental. E, ao ser questionada sobre os motivos de não prosseguir os estudos, disse: "Então, porque eu tive minha filha, né? Aí as coisas foi ficando mais complicada, aí eu parei ..." (ELIETE, 41 anos).

No caso de Elisângela (29 anos), interrompeu os estudos na sétima série do ensino fundamental. Disse que tentou retomar, contudo não deu continuidade. Falou que um dos motivos de não ter prosseguido foi em razão da gravidez aos 17 anos, quando foi abandonada pelo parceiro e teve que cuidar sozinha da filha.

Aparecida (46 anos) também relatou que não conseguiu terminar o ensino fundamental, estudou até o sétimo ano. Segundo ela, não prosseguiu os estudos porque "... na Bahia tudo era difícil..." (APARECIDA, 46 anos) e depois engravidou do filho ainda na adolescência. Narrou que começou a trabalhar aos onze anos de idade fazendo unha e cabelo. Aos quinze anos de idade começou a trabalhar como manicure em salão de beleza e foi sua profissão até o adoecimento do filho, também pegava alguns bicos para complementar renda, como trabalhos em lanchonetes e faxina em casa de família.

Temos também o relato de Nilda (36 anos), esta abdicou dos estudos para cuidar da mãe doente e dos irmãos mais velhos, estudando até o quinto ano do Ensino Fundamental. Depois centralizou seu trabalho nos cuidados dos filhos e do marido. Contudo, carrega o sonho de poder terminar os estudos, que poderá ser realizado já que seu filho mais velho pode cuidar dos irmãos mais novos.

"(...)Agora que eles estão bem grandinhos tem um de dez e um de dezenove que fica dentro de casa, ele me ajuda a tomar conta deles. Agora, que nem eu falei com ele "olha eu vou voltar a estudar". Ele falou "mãe, como eu já completei você pode, entendeu? Você pode estudar que eu olho eles." (NILDA, 36 anos)

Seu principal objetivo em conseguir concluir o ensino médio é para poder se qualificar mais e poder conseguir um emprego formal, tendo em vista "(...) Que aí é uma renda que eu posso contar, né? Que se eu quiser (...) comprar um guarda-roupa, eu posso ..." (NILDA, 36 anos)

Esse desejo/expectativa de terminar os estudos também foi compartilhado por outras mulheres, entretanto, a questão do cuidado com o filho gera um conflito de disponibilidade de tempo para dedicar aos estudos. Podemos observar esse mesmo objetivo no relato de Silvana (36 anos). Ela enfrentava a dificuldade da distância geográfica para chegar à escola de aproximadamente 6 km e todo trajeto era feito a pé por não possuir transporte escolar. Também ajudava a mãe a

cuidar dos irmãos mais velhos e, após concluir o ensino médio, dedicou-se aos cuidados do marido e do filho. Assim, espera que o filho complete pelo menos 14 anos para continuar os estudos.

“tipo... eu gosto de estudar também, igual a gente tinha conversado. Não tem como. Com quem que eu vou deixar? Agora ele só tem dez anos. Não tem como eu deixar ele sozinho, entendeu?” (SILVANA, 36 anos)

(...)eu penso, assim, quando o meu filho for um pouco maior, sei lá, tiver uns quatorze quinze anos, voltar a estudar. Eu quero muito voltar a estudar, eu acho que eu vou voltar. Vamos ver, né? Mas eu tenho essa vontade sim, esse é um dos meus planos vamos ver se vai concretizar. (SILVANA, 36 anos)

Todos esses fatores também refletiram na inserção delas no mercado de trabalho, pois ocupam postos com baixo rendimento, trabalhos informais para adaptar a rotina materna. Também devemos destacar que para além da questão de gênero, devemos observar as diferenças sociais, já que “ao analisar a relação entre a vida profissional, maternidade, encargos domésticos e bem-estar, é necessário lembrar que existem situações diferenciadas segundo a classe social” (SANTOS, 2008, p.100). As mulheres com rendas mais baixas apresentam menor qualificação e nível educacional e, em geral, são as que, diante da maternidade, acabam reduzindo sua jornada de trabalho ou até abandonam, por algum tempo ou definitivamente, o campo profissional para atender às diversas demandas da família.

Silva e Mariano (2013) realizou um estudo com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na cidade de Londrina, no Paraná. Segundo as autoras, a escolaridade é uma variável que interfere nas condições de inserção no mercado de trabalho. Quando são comparadas às mulheres beneficiárias e as mulheres não-beneficiárias do Bolsa Família que não realizam trabalho remunerado, identificaram que, a grande maioria, havia completado apenas até a 8ª série. Entre as entrevistadas com escolaridade acima de 8 anos de estudo, as beneficiárias são minoria. Ainda segundo as autoras, “as mulheres são tomadas como guardiãs da escolarização das crianças e adolescentes, porém inexitem ações de incentivo à ampliação de sua escolarização” (SILVA, MARIANO, 2013, p.7)

Podemos perceber que algumas mães abriram mão do trabalho para poder exercer integralmente o trabalho de cuidado com os filhos.

Temos o relato de Aparecida (46 anos), que no ano de 2018, teve que interromper o trabalho por conta do diagnóstico de esquizofrenia do filho. A rotina intensa de vigilância e cuidados, bem como não poder contar com nenhuma rede de apoio, nem ao menos da família em razão da distância geográfica, fez com que abdicasse até mesmo do cuidado de si para focar na saúde do filho.

“O que que acontece? Eu sou manicure, manicure e cabeleireira, só que hoje não dá pra mim entrar num salão pra trabalhar deixando em casa sozinho. Então eu tenho que cuidar dele, ainda não consegui nada dele. eu estou tentando pelo LOAS...” (APARECIDA, 46 anos)

“(...)não peguei mais bico não, fiquei por conta dele. Por conta dele porque eu não tenho ninguém pra me deixar. (...)Um vizinho olha uma vez ou outra quando está bem. Mas quem tem que olhar sou eu, entendeu?” (APARECIDA,46 anos)

Relatou o episódio em que tentou voltar ao mercado de trabalho mesmo após o diagnóstico do menino, porém não se sentiu segura de deixá-lo sozinha em razão do filho não apresentar um controle da doença. Assim, decidiu que não poderia voltar ao trabalho com o filho ainda apresentando recaídas e colocando a vida em risco.

“(...) um dia eu fui, arrumei um serviço no salão pra mim trabalhar, deixei ele em casa. Aí falei “Marcos, não mexe no fogão, não mexe em nada” (..) ele inventou de fritar uma batata, pegou uma batata, ela picou, botou no fogo (...) A vizinha me ligou “ Aparecida, vem embora. Sua casa está pegando fogo.” Eu saí doida do salão que eu estava trabalhando. Vim embora e sabe o que que ele fez? Ele botou no fogo e esqueceu ...” (APARECIDA, 46 anos)

No caso de Juliana (33 anos), esta chegou a concluir o ensino superior, na área de Recursos Humanos. No ano de 2017, quando estava grávida pediu demissão do trabalho. Em comum acordo com o parceiro, resolveu dar uma pausa no mercado de trabalho para poder dedicar-se inteiramente à maternidade durante os dois primeiros anos da filha. Na sua visão, era mais fácil para ela abrir mão do emprego do que o marido. Hoje, analisa que todo esse processo a prejudicou para conseguir um emprego melhor.

“Porque (...) nós formamos juntos né? Eu em RH e ele é analista de sistema, só que como eu engravidei, tive filho ... era mais fácil pra mim largar o trabalho, né? (...)a gente queria amamentação exclusiva, aquela coisa toda, então, eu larguei, eu abri mão pra poder... não arrependo não ... participei de momentos maravilhosos da vida dela, mas abri mão e agora estou tendo que voltar tudo de novo (...) porque na época, quando

eu larguei, eu estava com a cabeça fresca, eu tinha várias coisas na cabeça e depois ... agora que eu fui voltar, que eu fui fazer entrevista, eu não consegui o bom desempenho, porque eu não lembrava mais ... porque por conta de ser mãe, dona de casa então deu ... (...) Porque eu vivia, né? Naquele projeto ali de nós três, aí não deu, aí agora eu tenho que caminhar sozinha.” (JULIANA, 33 anos)

Após quatro anos longe do mercado de trabalho, conseguiu um emprego de recepcionista, porém pensa em fazer outros cursos e descobrir novas áreas de trabalho. Mencionou a dificuldade de a mulher estar no mercado de trabalho quando se tem filho.

“O filho é uma coisa que atrapalha muito a mulher voltar no mercado de trabalho. Inclusive quando eu fiz a entrevista pra (...) aqui, pra vir pra cá, eu falei “Ó, eu tenho uma filha de quatro anos”, aí eles... as pessoas.... já “assim” ... medo, porque fica muito doente, essas coisas... mas aí eu disse que eu tinha minha mãe e consegui (...)” (JULIANA, 33 anos)

Vanessa (28 anos) foi a entrevistada que possui o maior nível de escolaridade. Mesmo com o ensino superior, Vanessa (28 anos) ainda não conseguiu sua independência financeira, a profissão que deseja seguir como professora de história ainda exige uma maior qualificação. Para poder conquistar essa qualificação, atualmente faz doutorado em Ciência da Religião na universidade pública de Juiz de Fora, porém sem o auxílio de bolsa. Disse que nunca trabalhou de carteira assinada, pois dedicou-se integralmente à área acadêmica. No entanto, apesar de parecer um privilégio, ela disse e enfatiza "(...)É sempre uma insegurança” (VANESSA, 28 anos). Os pais a apoiam continuar estudando, contudo, ainda se mostra insuficiente para a sobrevivência dela e do filho, tendo que trabalhar com outras atividades como produção de bijuterias artesanais e começou a trabalhar como doula. A continuação dos estudos é a expectativa de encontrar um emprego de professora na sua área, já que é graduada em História e também pretende investir no curso de doulagem.

Percebemos que diante das exigências de maior qualificação do mercado de trabalho, torna-se um desafio para os jovens, atualmente, a conquista da independência financeira, o que não impede, no entanto, que a autonomia seja uma aspiração cada vez mais frequente. (BRANDÃO; HEILBORN, 2006).

De um modo mais geral, percebemos que a maioria das mulheres exerceram o trabalho na informalidade, sem qualquer proteção trabalhista e previdenciária, com rendimentos insuficientes para o sustento da família. A situação de trabalho se caracteriza por trabalhos

informais, como: serviços domésticos, cuidadora de crianças, vendas de lingerie e artesanato. Exceto Silvana (36 anos) e Alice (32 anos), todas as outras em alguma parte da trajetória exerceram de alguma forma o trabalho informal.

Eliete (41 anos) disse que sempre trabalhou na roça para ajudar o pai. Quando chegou a Juiz Fora, fez alguns bicos como babá. Na maior parte da vida, trabalhou fazendo bicos de faxineira, também trabalhou como autônoma vendendo roupa, lingerie, sapato, bijuteria, porém decidiu parar em razão da falta de compromisso de pagamento dos clientes. Quando ficou grávida do filho mais novo, estava trabalhando formalmente como faxineira na Igreja que sua tia frequentava. Porém, ela decidiu parar de trabalhar porque havia necessidade de pagar alguém que cuidasse do filho mais novo. Como o menino começou a frequentar a creche, disse que está procurando um trabalho formal.

Sobre sua trajetória de trabalho, Elisângela (29 anos) relatou que aos oito anos começou a trabalhar informalmente como babá perto da casa onde a mãe trabalhava. Todo o dinheiro que recebia repassava para a mãe para poder ajudá-la com as despesas. Esse trabalho durou alguns anos, logo após, começou a trabalhar numa fábrica de reciclagem por cerca de um ano, pois “(...) o cara passou a perna na gente. Aí depois ele teve que ser obrigado a assinar (...)” (ELISÂNGELA, 29 anos)

Diana (46 anos) hoje trabalha apenas com o artesanato e está à procura de um trabalho formal para que tenha uma rotina mais estável. Mariana (28 anos) relatou que seu último trabalho foi “faz tudo” em casa de família e também pegava alguns bicos como babá.

Já Nilda (36 anos) mencionou apenas um tempo de trabalho formal numa empresa de produtos químicos, mas foi durante um período curto de tempo, voltando a dedicar-se ao trabalho não remunerado. Também sempre trabalhou fazendo bicos de faxina, sendo sua principal fonte de renda após o divórcio.

Dessa maneira, é perceptível que as mulheres estão em um número expressivo ocupando posições informais, sem proteção dos direitos trabalhistas, com rendimentos mensais baixos e jornadas parciais de trabalho. As jornadas inferiores é uma estratégia comum entre as mães para poder conciliar trabalho remunerado e trabalho não remunerado (SORJ; FONTES; MACHADO, 2007).

Observamos que, mesmo aquelas que conseguiram um emprego formal, o salário não era capaz de suprir a subsistência da família. Um fator que impacta é a negligência dos genitores em relação à pensão alimentícia, um tópico que será abordado mais à frente.

Silvana (36 anos) foi uma das mães que teve na maior parte da sua trajetória um emprego formal. Narrou que começou a trabalhar como doméstica quando o filho tinha 1 ano e 9 meses, ela tinha por volta dos 27 anos. Ficou nesse emprego durante seis meses na cidade do norte de Minas Gerais. Após a separação, veio para Juiz de fora, onde trabalha como auxiliar de limpeza terceirizada numa instituição de ensino desde 2014. No entanto, relatou que faz alguns bicos de faxina para complementar renda. Ela diz que abre mão de trabalhar alguns domingos, pois é o único dia que pode ter um momento de lazer com o filho.

Percebemos também que a dificuldade de achar um emprego formal estava presente nos relatos. Rafaela (23 anos) está à procura de emprego formal, mas disse que é um pouco difícil quando menciona que tem dois filhos.

“(…)Eu tinha passado numa entrevista de emprego, mas chegou na hora quando eu falei que eu tinha os dois meninos, aí na hora eles falaram que iam ver e até hoje não entraram em contato comigo. Então, agora como eu devo voltar pro salão, eu vou ter que abrir o meu MEI pra mim poder voltar a pagar, porque ... se acontecer qualquer coisa até mesmo, Deus me livre guarde, não peguei Covid, mas se eu pegar Covid eu vou ficar esse tempo sem trabalhar, então eu preciso de ter da onde tirar algum dinheiro, senão fico sem nada, totalmente sem nada...” (RAFAELA, 23 anos)

Percebemos algo semelhante dito por Mariana (28 anos) e Juliana (33 anos). Rafaela (23 anos) mencionou sua preocupação de acontecer alguma coisa e não ter nenhuma seguridade para seu sustento e dos filhos.

Após, veio o nascimento do filho, período que recebeu licença maternidade. Atualmente, encontra-se à procura de um emprego formal. Disse que é difícil achar um emprego de carteira assinada ainda mais para a mulher que tem filho.

“(…)eu não fico parada, eu faço minha parte de entregar currículo, só que está com falta muito de serviço aqui em Juiz de Fora. Então, assim, eles não dão oportunidade ainda mais quando a gente fala que tem filho, eles é muito difícil pra dar oportunidade pra gente, aí sabe que a gente fica à mercê mesmo das necessidades, entendeu?” (MARIANA, 28 anos)

Um estudo promovido pela FGV IBRE mostra que a taxa de desemprego atualmente por nível educacional é discrepante. Em 2012, para as mulheres que têm o ensino médio completo, o número era de 10,97% e, dos homens, 6,34%. Já em 2021, esses números saltaram para 19,04% e 11,63, respectivamente. Dessa maneira, as dificuldades encontradas pelas mulheres para se inserirem no mercado de trabalho se tangenciam nos fatores de desigualdades de gênero.

Cabe refletir esses dados entre as mães chefes de família sem cônjuge da pesquisa, em que muitas não possuem um trabalho com garantias mínimas para a sobrevivência das famílias. É importante pontuar que a questão da continuidade do estudo não foi viável, porque muitas tiveram que abandoná-lo por pertencerem a uma família em que as condições de classe inviabilizavam o suporte para que as mães pudessem conciliar estudos, maternidade e trabalho.

Apesar de algumas receberem apoio de alguns familiares, ainda se mostra insuficiente para garantir a renda familiar. Também não devemos deixar de ressaltar o desejo dessas mães em conquistar a independência financeira, de alcançar voos mais altos através dos estudos. Para elas, mostra-se um desejo pessoal em ter suas próprias conquistas, querem experimentar a sensação de empoderamento. No entanto, para que isso seja viável, é necessário pensar acerca de políticas públicas específicas para esse nicho social.

O estudo presente conclui que há uma dificuldade explícita das chefes de família sem cônjuge em iniciar ou retomar os estudos por conta do cuidado com os filhos, este se mostrando o principal obstáculo. Além disso, a baixa escolaridade afeta o posto ocupado no mercado de trabalho, já que muitas vezes, a falta de qualificação as impede de trabalhar em melhores ocupações. Da mesma forma, o trabalho é outro fator que dificulta o acesso das mulheres à educação, devido aos horários e turnos incompatíveis, já que devem conciliar com as demandas maternas.

Infelizmente, no Brasil, ainda há pouco investimento do Estado em políticas públicas que equilibre a carga cotidiana de trabalho doméstico e de cuidados entre os sexos e, portanto, a sobrecarga da mulher no tocante ao trabalho doméstico não remunerado ainda é uma questão a se questionar na realidade brasileira (BARRETO, 2020)

As políticas públicas se mostram como as mais eficazes para reverter o atual quadro em que as mulheres estão imersas, ou seja, um quadro desigual em que a sociedade delimitou os terrenos de atuação da mulher, bem como delimitou a atuação masculina na sociedade (SAFFIOTI,

2001). Assim, às mulheres foram impostas as responsabilidades do trabalho não remunerado, sobrecarregando-as de tal modo a marcar suas trajetórias de vida.

5.3. Relacionamentos e vida conjugal

O presente tópico objetiva analisar os relacionamentos e vida conjugal das mães chefes de família sem cônjuge. O quadro 5 abaixo foi colocado para uma melhor compreensão sobre os relatos acerca dos relacionamentos.

A maioria dos relacionamentos iniciaram ainda na adolescência, conforme verificamos na tabela. Era um momento que estavam expostas a certas vulnerabilidades, ainda não tinham maturidade emocional e nem independência econômica para ter certa autonomia de vida.

Heilborn e a Equipe Gravad (2005) afirmam que, em geral, as moças se unem aos parceiros com quem iniciaram a vida sexual. Segundo os autores, a gravidez na adolescência aponta como um horizonte social em que a constituição do casal é uma das alternativas em um universo de possibilidades restritas. Heilborn (1999) destaca em suas pesquisas a presença de elementos típicos de um ideário de mundo relacional. Essa presença é marcada por valores morais em torno do casamento, da maternidade e da família como eixos estruturadores da pessoa e na permanência de uma lógica assimétrica de gênero.

A autora afirma que gravidez na adolescência significa um projeto de negociação, bem-sucedido ou não, que permitiria realizar a transição para um outro status, seja conjugal, seja o de maioridade social. Esta hipótese contempla a ideia de uma possível aquisição de autonomia pessoal no domicílio parental ou novos arranjos residenciais. (HEILBORN, 1999) Sarti (1994) afirma que o filho confere um estatuto de maioridade, pois implica assumir a responsabilidade pelos seus cuidados e se emancipar da família de origem, criando sua própria família.

Nota-se que, em alguns casos, as mulheres ainda estavam imaturas para lidar com toda a mudança psicológica necessária para encarar toda a mudança advinda do casamento e da maternidade. Ainda estavam limitadas economicamente, muitas ainda dependiam de alguém para se manter. Percebemos que, ao assumir a maternidade ainda muito jovens, as mulheres entrevistadas assumiram as responsabilidades do modo de vida adulto, como, por exemplo, trabalhar, casar e ter filhos, criando sua própria família.

Quadro 3. Relacionamentos e perfil dos parceiros

NOME	RELACIONAMENTOS	RAÇA/ETNIA, IDADE E ESCOLARIDADE DOS PARCEIROS À ÉPOCA DO RELACIONAMENTO
APARECIDA	Relatou apenas o relacionamento com o pai de seu filho aos 15/16 anos. Não se casou.	Negro; 19 anos; ensino médio completo.
ALICE	Relatou o relacionamento com o pai dos seus filhos.	Parceiro I: branco, vinte e poucos; Parceiro II: branco, trinta e poucos; Parceiro III: branco, 38 anos.
DIANA	Relatou apenas o relacionamento com o pai de sua filha. Começou a se relacionar aos 16 anos e separou aos 34 anos.	Branco; 21 anos; ensino fundamental incompleto.
ELIETE	Relatou o relacionamento com o pai da filha mais velha aos 20 anos; com o pai dos filhos do meio aos 20 e poucos e com o pai do filho mais novo aos 37 anos.	Parceiro (I): branco; ensino médio; Parceiro (II): branco; 17 anos; ensino médio. Parceiro (II): negro; 31 anos; ensino médio.
ESLISÂNGELA	Relatou o relacionamento com o pai da filha mais velha aos 14 anos e com o pai dos filhos gêmeos aos 22 anos.	Parceiro (I): negro; 15 anos; fundamental incompleto. Parceiro (II): disse que era “claro”; 17 anos; disse que chegou a “estudar direitinho”.
JULIANA	Relatou apenas o relacionamento com o pai de sua filha aos 21 anos.	Branco, 24 anos; ensino superior completo.
MARIANA	Relatou o relacionamento com o pai dos filhos mais velhos aos 13 anos e com o pai do filho mais novo aos 25/26 anos.	Parceiro (I): branco; 24 anos; ensino fundamental incompleto. Parceiro (II): negro; 30 anos; ensino fundamental incompleto.
NILDA	Relatou o relacionamento com o pai de seu filho mais velho aos 15 anos e com o pai dos outros três filhos aos 23 anos.	Parceiro (I): negro; 22 anos; não soube informar escolaridade. Parceiro (II): pardo; 43 anos; ensino fundamental completo
PAULA	Relatou o relacionamento com o pai dos filhos mais velhos aos 15 anos; e com o pai da filha caçula aos 34 anos.	Parceiro (I): pardo; 19 anos; ensino médio; Parceiro (II): pardo; não soube informar idade e escolaridade.

RAFAELA	Relatou o relacionamento com o pai do filho mais velho aos 15 anos; e com o mais do filho novo aos 20/21 anos.	Parceiro (I): branco; 15 anos; ensino fundamental incompleto. Parceiro (II): branco; 26 anos; ensino superior.
SILVANA	Relatou apenas o relacionamento com o pai do filho aos 18 anos.	Branco; 19 anos; ensino fundamental completo.
VANESSA	Relatou alguns namoros sem muito compromisso e o mais sério foi com o pai de seu filho aos 24 anos;	Negro; 27 anos, ensino superior incompleto.

Assumir a gravidez e o casamento foi o destino natural dessas mães. Mariana (28 anos) foi a pessoa que começou a se relacionar mais jovem, aos 13 anos relacionou com o pai de seu filho mais velho. Engravidou aos 14 anos. A partir do momento que assumiu o relacionamento e a maternidade, teve que assumir responsabilidades ainda adolescente, conciliando maternidade, cuidado doméstico, trabalho e estudos.

Aparecida (46 anos) relatou um único relacionamento com o pai de seu filho. Eles ficaram juntos cerca de um ano e meio, disse que a razão do rompimento foi por causa de excesso de ciúme por parte dela, alegou que era muito nova e imatura. Também relatou que após a separação teve coragem de seguir novas experiências, pois a necessidade de dar uma vida melhor ao filho e aos pais, fez com saísse da Bahia e viesse para Juiz de Fora tentar uma vida melhor.

“(…)o pai do meu menino eu perdi minha virgindade com ele com dezesseis anos, eu engravidei logo aí não deu muito certo (…) a gente tentou morar junto, não deu certo, aí eu peguei minha roupa vim embora pra cá, entendeu? Porque eu falei: com filho eu tenho que tentar dar uma vida melhor pro meu filho. Lá na cidade que a gente mora é cidade de praia. Mas não tem muita possibilidade de trabalho. (…) outra coisa, minha mãe, eu tenho tanto orgulho disso, porque eu fui para o mundo muito nova, cheguei em Juiz de Fora sem conhecer ninguém. Eu tinha só uma amiga aqui que eu fiquei na casa dela pra arrumar serviço e eu pude dar pra minha mãe, sabe? Um jogo de sofá novo, televisão, que eu mandava dinheiro pra ela comprar, sabe? Então eu pude proporcionar pra minha mãe isso quando ela em vida, sabe?”
(APARECIDA, 46 anos)

Já Rafaela (23 anos) conheceu o pai do seu filho mais velho aos quinze anos, tendo engravidado com menos de um mês de namoro. Rafaela não acreditou e, por um momento, não aceitou que teria que viver a situação de uma gravidez precoce. Narrou que sentiu muita raiva do parceiro “(…) porque na minha cabeça eu namorei dois anos com uma pessoa e nunca tive um filho. Então, por que eu estava com ele e de repente do nada eu engravidei?” (RAFAELA, 23 anos). Dessa forma, passou por um período de negação diante das mudanças em sua vida em um curto espaço de tempo.

Após conseguir assimilar a nova realidade, Rafaela decidiu tentar prosseguir com o relacionamento. Relatou que até chegaram a viver juntos, porém perceberam durante a vida cotidiana que ainda eram muito imaturos como um casal e preferiram cada um seguir caminhos

distintos após um ano e meio de relacionamento. Disse que a imaturidade e a desilusão em relação ao parceiro fizeram com que tentasse suicídio ainda adolescente.

“(…) dopar de remédio e tomar álcool por cima. Chegou um dia dele me achar desmaiada no sofá e eu ter que ir pra UPA limpar estômago. Então não adianta. (...) Eu tinha dezesseis pra dezessete anos. Então eu tinha começado a tomar um antidepressivo ... estava no terceiro comprimido da cartela e ele tirou um dia de serviço e a gente tinha brigado e ele tinha falado que a gente ia terminar e eu tinha descoberto que tinha me traído aí eu fui tomei a cartela toda e ele tinha uma garrafa de uísque e eu tomei uísque por cima aí quando ele chegou de manhã no serviço eu estava lá apagadona (...)” (RAFAELA, 23 anos)

Também podemos observar sobre a idealização que as mulheres fazem quanto ao futuro companheiro. Todas elas buscavam alguém que as compreendesse e atendessem às suas necessidades, trazendo felicidade e companhia. Elas pareciam acreditar no conto da “pessoa certa”.

Zanello (2018) afirma que o amor é identitário para as mulheres brasileiras, e ser “escolhida” é sinônimo de ser bem-sucedida. Muitas vezes, o homem é visto como “salva-dor”, sendo um amparo das dores emocionais e materiais.

Tudo isso fica muito perceptível no relato de Elisângela (29 anos). Ela também engravidou ainda adolescente, aos 14 anos, enquanto seu parceiro também era um jovem de apenas 15 anos. O relato de Elisângela (29 anos) faz perceber sua vontade de emancipar da sua família de origem, bem como sua idealização sobre relacionamento amoroso. Para ela, o relacionamento era uma forma de suprir a falta do amor que sentia em relação aos pais, por isso se envolveu numa relação amorosa tão precocemente.

“(…)a gente, quando tem uma família com muito filho, mãe, pai que não dá muito ... o fato de ser muita gente, não dá aquele ... a gente envolve com pessoas, porque a gente acha que a gente não tem aquilo em casa (...)eu achava que por eu não ter um apoio dentro de casa ele era tudo que eu tinha. Fantasiei aquilo na minha mente.” (ELISÂNGELA, 29 anos)

Podemos perceber uma idealização do relacionamento também por parte de Diana (46 anos). Apesar de não ter engravidado na adolescência, havia canalizado as suas expectativas no relacionamento, o que a fez suportar muitas coisas que hoje jamais aceitaria, como, por exemplo, a agressão.

“(...) Porque eu já naquela época com dezoito anos que eu namorava com ele... já tinha tido com ele relação sexual. E na minha cabeça se eu tive essa relação com ele eu tinha que casar com ele, né? Que eu não podia mais terminar aquele namoro, então eu me sujeitava a muita coisa, sabe? Muita coisa achando que se eu terminasse aquele namoro que eu ia ficar falada né? Que eu não ia arrumar mais um namorado que eu não era mais virgem né? Então eu pensava dessa forma.” (DIANA, 46 anos)

“(...) Estava cega uma série de amor, era o meu primeiro namorado, era o meu primeiro homem, eu não eu não conhecia nada, então era Deus no céu e ele na terra, né? Então assim, eu não eu não eu não me via (...) sem ele” (DIANA, 46 anos)

O sentimento de culpa pela relação mal sucedida também esteve presente nos relatos. O que chamou mais atenção do relato de Paula (42 anos) é que durante muito tempo chamou para si a responsabilidade do casamento mal sucedido. Um relacionamento que começou quando ela tinha apenas 15 anos, tornando-se mãe aos 16 anos.

“casei com dezesseis. (...) Ah essa filha mais velha que eu tenho é eu tive ela com dezesseis, quinze pra dezesseis. Aí durante uns três anos foi bem. Aí depois não sei o que que eu errei, eu não sei se foi eu que errei, mas meus amigos falam não que o erro não foi eu.” (PAULA, 42 anos)

“Aí eu coloquei a culpa em mim. Até hoje. (...) Não, agora depois que esse amigo meu falou comigo que eu não tenho culpa... Eu vivia perguntando, sabe? O que que eu estava fazendo de errado, o que eu não fazia. Aí eu conversando com ele, esse era é amigo mesmo, sabe? Aí eu conversando com ele, ele me falou assim: “você não tem culpa de nada. Você não é culpada”. (...) Aí foi que agora, hoje eu estou mais tranquila, o que eu fico mais sentida mesmo é por causa dessa de oito anos.” (PAULA, 42 anos)

Aliás, a culpa pelo relacionamento mal-sucedido também foi relatada por outras mulheres. Em algum momento, é como se as atitudes do homem com quem dividiam a vida fossem de sua responsabilidade por não ter cumprido um papel que a sociedade impõe como dever da esposa.

“Às vezes ... sei lá, o que ele fez comigo. Então ele faz, assim, eu me sentir culpada. Ele... não sei como que ele fez em mim porque eu consegui me sentir culpada de ter separado entendeu?” (MARIANA, 28 anos)

“mesmo eu tendo certeza, eu tendo razão, ele invertia toda a história que eu saia como culpada depois. Ele que tinha que pedir desculpa e eu

que acabava pedindo desculpa ele virava toda a história que eu me sentia culpada sabe?” (DIANA, 46 anos)

Nos relatos, os relacionamentos aparecem, em sua maioria, sendo conflituosos, marcados por violência físicas e psicológicas, traições, alcoolismo, envolvimento com drogas e abandono. Algumas tiveram mais de um relacionamento marcado por violências, geralmente por causa da dependência química. Essas violências ocorreram no ambiente intrafamiliar, causando consequências para toda família. Bandeira (2017) aponta que é necessário reconhecer que a violência contra a mulher como uma força social herdada da ordem patriarcal e dotada de capacidade estruturante da realidade social.

No que se refere em relação às drogas, alcoolismo e violência, o presente estudo encontrou que esses fatores foram preponderantes para que ocorresse o fim do relacionamento amoroso. O uso abusivo de drogas e álcool foi algo recorrente na vida dos parceiros.

Benardino e Silva (2017) destacam que o uso de bebidas e drogas é um fator que agrava o risco de violência de gênero. No entanto, não é o fundamento das agressões, tendo em vista que a principal causa é o machismo. Os autores afirmam que a violência de gênero não é um fenômeno bio-psicológico individual, porém um comportamento social construído historicamente, em que programa os homens desde crianças a provarem sua masculinidade através da força e da agressividade, colocando-os como proprietários das mulheres. Em contrapartida, as mulheres são construídas através de um olhar sexista, devendo ser submissas, obedientes, cuidar da casa, dos filhos e realizar as vontades do marido.

Vejamos o relato de Elisângela (29 anos). Ela se emocionou muito ao lembrar como foi sua relação com o seu primeiro parceiro e como foi lidar com a dependência química dele. Em várias ocasiões, tinha que ir à procura dele nas ruas após sumir por dias, sempre ia atrás dele para poder ajudá-lo a lidar com a situação.

“(…) Eu ajudava ele muito pelo fato dele não ter ninguém, tinha só os avós. Só que ele era viciado, entendeu? E isso pesava muito pra ele. Na sociedade. Então, as pessoas trata gente com vício como se essa pessoa fosse bicho, não tivesse sentimento. E eu acolhi porque na hora que eu precisei, como é que eu vou explicar? Que eu achei, assim, que eu não tinha ninguém, eu o encontrei. E, tipo assim, aquilo que faltava em mim que era atenção de conversar, ele tinha um carinho comigo. Só que eu estava tão (...) como é que eu posso explicar? Eu me iludi, achei que ele era o príncipe (...) (ELISÂNGELA, 29 anos)

Aliás, a separação aconteceu quando ele resolveu sair de casa sem ao menos lhe dar qualquer satisfação e nunca mais voltou. Elisângela falou sobre como foi doloroso, sentindo-se “(...) Arrasada ... Abandonada (...) Sentindo nossa... Fiquei muito ódio nele” (ELISÂNGELA, 29 anos), pois foram anos tentando ajudá-lo na esperança que o relacionamento desse certo.

Mariana (28 anos) também foi uma das mulheres que iniciou seu primeiro relacionamento ainda na adolescência e presenciou a violência devido ao uso excessivo de drogas do parceiro. Relatou que “além dele usar droga ele depois que eu casei com ele começou a ficar muito agressivo” (MARIANA, 28 anos).

“(...)o Alef não me respeitava não, porque batia (...) eu tinha que ficar com ele sentada na mesa assim ó ... enquanto ele me batia. (...)Ele chegava eu tava orando, às vezes ele me batia quando estava orando.” (MARIANA, 28 anos).

“(...) uma vez que ele pegou no serviço a força, me levou num lugar com a faca grandona me deu muita facada na cabeça... me desmaiou ... eu com meu menininho pequenininho (...) ele sabia que eu não ia entrar no carro, então ele colocou o menino pequenininho e foi a última vez, aí foi quando eu denunciei ele ... foi o pego em flagrante” (MARIANA, 28 anos).

No relato de Nilda (36 anos) também houve a presença de violência por causa do alcoolismo do companheiro. Falou que o ex-marido ficava muito alterado e acabava gerando brigas entre eles, afetando o emocional das crianças. Falou que os filhos sentiam muito medo quando o pai chegava bêbado em casa gritando e proferindo xingamentos a todos. Assim, os meninos ficavam trancados dentro do quarto chorando enquanto ouviam o descontrole do pai.

Aliás, o fim do casamento ocorreu após o seguinte episódio: “(...) antes de separar dele, ele chegou em casa alterado, quebrando as coisas tudo, aí eu chamei a polícia, aí foi Maria da Penha. Ele quebrou as coisas dentro de casa, quebrou televisão, quebrou tudo.” (NILDA, 36 anos). Após este último ato de violência, decidiu denunciá-lo e até hoje tenta receber a indenização que o marido pagou após o julgamento do processo.

A presença de violência foi comum também na trajetória de Alice (32 anos). Ela definiu sua segunda relação como uma relação como “ruim”, pois sofreu muito com violência física e pelo vício de drogas do parceiro durante anos. Ficaram juntos num período de tempo de mais ou menos quatro anos.

Já seu terceiro relacionamento foi com o pai da filha caçula, relatou que foi uma relação de “vai e volta”. Falou sobre as agressões que ela cometia por conta de ciúmes, chegando até rasgar algumas roupas dele e que ele revidava com uns “tapas”. Outro episódio que narra foi quando foi agredida pelo ex-parceiro e pela então namorada dele quando estava grávida.

“na época que separou de mim eu tava grávida, aí apanhei da outra mulher, estava grávida, os vizinhos enchendo a cabeça dele, falava que a menina não era dele, era de outro, cheguei a apanhar dos dois, cheguei ir na delegacia da mulher, dei queixa dos dois, aí depois mais frente, as pessoas foi conversando com ele, os vizinhos aí ele chegou voltar pra mim, arrumou essa mulher chegou a largar ela, aí chegou a ficar comigo pra criar essa menina, chegou a ficar uns dias comigo (...)” (ALICE, 32 anos)

É perceptível em seu relato a dependência emocional em relação ao parceiro. Falou que seu sonho é ainda viver de forma harmoniosa ao lado dele.

Paula (42 anos) disse que, apesar de não acreditar que o parceiro fosse tomar uma atitude violenta, relatou sobre a forma como saiu de casa: “se eu não saísse da casa, ele ia pôr fogo na casa comigo dentro” (PAULA, 42 anos).

Infelizmente, o fim das relações relatadas não aconteceu de imediato, diante do primeiro ato de violência, tornando algo corriqueiro antes do ponto final. Souza e Ros (2006 *apud* PEDROSA; ZANELLO, 2017) realizaram um estudo no Brasil para avaliar os motivos pelos quais as mulheres permanecem nos relacionamentos, e destacam a dependência financeira, a falta de apoio social, a dependência emocional e a criação dos filhos. Isto condiz com os relatos analisados em que observamos um vínculo de dependência financeira, emocional e falta de uma rede de apoio para que as acolhesse junto com os filhos.

Dentre os relatos, as mulheres carregavam consigo a expectativa do afeto e, a partir disso, criaram toda uma estrutura em torno dos cuidados da família. É perceptível o quanto foi difícil para elas vislumbrar uma vida fora do relacionamento. É a questão financeira, a questão do sentimento de “fracasso” por não ter dado certo, por se sentir a responsável pelo bem-estar do homem em relação ao relacionamento. E a manipulação feita por muitos homens atrapalhou o modo que elas deviam ver a relação, bem como a dependência fez com que adiassem finalizar o ciclo.

Diana (36 anos) foi a entrevistada que mais ficou emocionada ao começar relembrar o relacionamento abusivo que viveu. Por trazer certos gatilhos emocionais, a entrevista teve que

ser pausada por algum tempo até se recuperar emocionalmente. Foi perceptível o trauma deixado pelo ex-marido, uma ferida ainda exposta que constantemente precisa de cuidados para não afetar ainda mais sua vida. Falou sobre a sensação de nunca conseguir superar, mas pela filha consegue dar continuidade ao tratamento para ser uma pessoa melhor.

Narrou sobre a manipulação psicológica que o ex-parceiro constantemente fazia sobre sua vida, disse que sempre acabava pedindo desculpas por um fato que não era sua culpa.

“na época que eu namorava ele chegou a me agredir. Dentro do carro ele deu um tapa no meu rosto (...) Ah, devia ter uns dezoito anos. (...) Ah porque eu estava com ciúme de alguma coisa (...) agora eu não recordo de que ... ele ficou muito nervoso e de repente do nada ele soltou a mão e me deu um tapa depois. Depois fiquei calada, com medo e eu gostava muito dele, né? Estava cega (...) ele estava nervoso, inclusive, ele pediu depois mil desculpas ... que nunca mais ia fazer aquilo... que foi sem querer ... que ele estava muito nervoso ... que ele não sabia o que o que que ele estava fazendo, né? E ele estava bêbado também, bebia muito já na época que eu namorava.” (DIANA, 46 anos)

“(...)mesmo eu tendo certeza, eu tendo razão, ele invertia toda a história que eu saia como culpada depois (...) Ele invertia entendeu? Que você tipo assim... que “você é doida que que não sei que tem”, “Você está tirando isso de onde, sabe?” (...)que às vezes eu ficava sabendo coisas de traição. Então ele fazia de uma forma com que eu depois tinha que pedir até desculpa pra ele. Eu sempre saia como vilã, entendeu?” (DIANA, 46 anos)

“Logo no primeiro mês de casamento o meu primeiro salário já tive um problema muito sério porque logo que eu casei ele falou que o meu dinheiro eu tinha que passar pra ele. Ele não admitia que eu trabalhasse e tivesse o meu o meu dinheiro (...) eu tinha que passar esse dinheiro pra ele. (...) Eu, a minha mãe e a minha irmã, então nós tínhamos aquela despesa certa todo mês e eu tinha acabado de casar, ficou aquele desfalque né? (...) ele quase quebrou a casa toda. Aí eu assustei. Assustei porque eu não imaginava que ele fosse daquela forma. (...) ele pegou a faca e falando que se eu não fizesse isso ele ia morrer. Aí eu fui pra cima dele pra tomar a faca dele, entendeu? Ele já tinha bebido bastante, sabe? Aí quando eu fui pra tomar uma faca dele, eu peguei na parte da lâmina. Cortou a minha mão toda, sabe?(...) minha mãe viu que eu estava com a minha mão enfaixada, eu falei que eu fui pra limpar um frango e tinha cortado a minha mão ali. E eu passei a dar o meu salário pra ele.” (DIANA, 46 anos)

Além disso, também relatou as relações sexuais que ele a obrigava mesmo quando ela estava passando mal. Na época, não tinha o conhecimento que essa “obrigação” era um estupro. Disse

que o estopim para o divórcio acontecer foi quando o ex-parceiro bateu nela na frente da filha quando elas estavam tomando banho.

“(...) ele já me deu um soco nas costas, foi onde eu já caí de joelho no chão, ele pegou pelo meu cabelo, começou a me arrastar pelo cabelo, eu agarrei a Laís né? A Laís pelada no box que eu estava dando banho nela. (...) ficamos horas ali ó, horas ali. Ele ficou quietinho ali e eu quietinha lá com medo esperando o tempo passar porque ele não queria que eu que eu saísse, porque ele sabia que eu ia pedir socorro. Aí quando passou um tempo ele começou a me pedir perdão. (...) Pedir perdão que ele estava nervoso, que ele nunca mais ia fazer aquilo. Eu falei “deixa eu ir embora. Eu quero ir embora, eu quero ir embora, eu quero ir embora”. E eu com muito medo dele, porque antes disso, as ameaças que ele fazia é que se eu separasse dele, ele ia tirar Laís de mim.” (DIANA, 46 anos)

Relatou que demorou a ter coragem de sair do relacionamento e denunciar o ex-marido. Disse que “(...) Antes da minha separação procurei o mercado de trabalho de novo, pensava “preciso trabalhar, eu preciso ter um uma renda, preciso juntar um dinheiro que eu tenho certeza que ele não vai me dar nada. Então, eu vou sair de casa sem um sem um real.” (...) E é eu já tinha a intenção de separar. Aí eu consegui esse trabalho (...)” (DIANA, 46 anos)

Dessa forma, percebemos que a falta de recursos financeiros é um fator importante na tomada de decisão e a garantia destes é uma forma eficaz de empoderamento.

A separação de Eliete também foi marcada por violência sexual, mas foi entre o segundo marido contra a filha mais velha. Disse que “Mas aí eu separei, falei que eu não queria mais, se tivesse acontecido de fato eu ia cortar o pescoço dele fora. Mas de fato graças a Deus não aconteceu nada que ela me ligou na hora que que ele fez né? Que ele tirou órgão genital foi o que ela me falou e mostrou pra ela.” (ELIETE, 41 anos) Ela não fez uma denúncia formal, pois a sogra pediu que não fizesse e achou que o processo não iria dar em nada.

Após a separação, muitas mostraram nos fatos narrados, certo alívio de poder construir um caminho de forma mais livre, como se fosse um alívio desprezando algo que impedia de seguir novas experiências.

Juliana (33 anos) foi a chefe de família em que foi mais perceptível a mudança de seu padrão de vida afetado após o fim do casamento. Afirma que saiu a mais prejudicada, tendo em vista que ficou fora do mercado de trabalho para dedicar-se à maternidade, necessitando de uma “reciclada” para poder entrar no mercado de trabalho novamente. Depois de todo um processo

de terapia, sente-se satisfeita com os novos rumos de sua vida e sua possibilidade de trilhar caminhos com mais independência.

“porque querendo ou não. quando você está com uma pessoa você acaba ficando na sombra dela. Eu vivi muito tempo assim na sombra dele, porque ele trabalhava, estudava não fazia muito... ficava esperando mais que ele fizesse por nós. (...) depois que que a gente se separou eu tive que fazer pra mim ...buscar pra mim ...e foi bom também né?” (JULIANA, 33 anos)

Vanessa (28 anos), ao ser questionada sobre abrir mão de algum projeto em razão de relacionamento, disse que algumas metas ficaram suspensas por colocar em prioridade questões que não envolviam seus sonhos. Hoje, busca priorizar suas realizações pessoais e, mesmo com toda sobrecarga, consegue se colocar em primeiro lugar.

(...)eu não sei se eu abri mão de algum projeto ou sonho exatamente agora ... eu acho que eu estou retomando-os... assim, eu acho que eles ficaram mais em suspenso, porque quando tinha um relacionamento era muito essa coisa de eu sentir que eu tinha que cuidar dele também. Então, assim, as minhas coisas, os meus sonhos, as minhas prioridades não eram prioridades. Ficavam em segundo lugar, ficavam sempre pra depois. Então assim, hoje mesmo que eu esteja com vários perrengues, questão de grana com toda sobrecarga eu consigo pôr as minhas coisas em primeiro lugar. (VANESSA, 28 anos)

Silvana (36 anos) disse que o divórcio foi o fator essencial que a fez tomar coragem e migrar para Juiz de Fora, cidade onde sua mãe morava. Diz que reflete muito sobre sua trajetória e, se pudesse voltar no tempo, faria outras escolhas, bem “eu acredito que se eu não tivesse casado, sei lá, talvez, pode ser que eu teria continuado a estudar, poderia se formar, dei alguma coisa melhor, né? Sei lá, pode ser, não sei. Fica a dúvida, né?” (SILVANA, 36 anos)

Na sua visão, é difícil arriscar um novo relacionamento após anos tentando reestruturar sua vida com seu filho em uma nova cidade. Assim, colocar isso em risco não está nos seus planos.

“Hoje eu tenho uma outra cabeça, hoje eu vou pensar, tipo, dez mil vezes antes, entendeu? (...)Então, muitas responsabilidades começar tudo de novo. Não dá não(...)eu não ia me desestruturar novamente, tenho certeza que não (...)talvez pode ser que até a gente perca algumas oportunidades, talvez, de conhecer pessoas boas (...) como é que fala? Nesse... nesse cuidado que a gente tem, por um por medo do que a gente já passou lá atrás entendeu? (...) mas eu prefiro não arriscar.” (SILVANA, 36 anos)

Elisângela (29 anos) disse que foi mais objetiva/madura em lidar com o segundo relacionamento. Percebe-se que ela não ficou alimentando a expectativa do conto de fadas. Relata que sente grande carinho pelo pai dos gêmeos, que ele é um bom pai, porém o fato de ficar unilateralmente responsável pelas finanças da casa, percebeu que não era confortável para ela continuar naquela relação. Assim, preferiu estabelecer “cada um no seu canto”. (ELISÂNGELA, 29 anos)

Por fim, observamos que os cuidados intrafamiliares foram assumidos, quase sempre, de modo exclusivo pelas mulheres entrevistadas, nenhuma relatou sobre o auxílio dos companheiros em relação aos cuidados da casa e dos filhos. Outro fato, dentre os parceiros, somente Juliana (33 anos) relatou sobre o parceiro ter ensino superior. A maioria, conforme relatado por elas, concluiu apenas o ensino fundamental. Dessa maneira, também refletiam em ocupações precárias e de baixo salário, não trazendo nenhuma mudança no padrão de vida já vivenciado pelas mulheres. Concluímos que o fim do relacionamento também não alterou este padrão. Ao contrário, percebemos que muitas sentiram mais livres e independentes após a separação, pois sentiram mais livres para fazerem escolhas próprias, sem conviver com traições e com as violências, muitas vezes, provocadas por excesso de bebidas e drogas.

5.4. Contato dos pais com filhos e a questão da pensão alimentícia

Segundo Sarti (2003), alguns arranjos jurídicos ajudaram a questionar sobre o conceito tradicional de família. A Constituição de 1988 e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trouxeram mudanças significativas sobre a concepção de família, estabelecendo direitos entre homens e mulheres dentro da relação conjugal. Esses institutos deram fim à diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, passando a considerar a convivência familiar como direito da criança e do adolescente, orientando juridicamente a vida familiar diante dos casamentos desfeitos.

Desconsiderando os relacionamentos não juridicamente formalizados, o número total de divórcios em 2020 chegou a 140.218 em números absolutos, segundo os dados do IBGE. Foram 80.315 (~57%) em que a guarda dos filhos ficou com as mulheres, 43.934 (~31%) casos em que a guarda foi dividida entre os dois cônjuges e 5.767 (~4%) em o pai ficou responsável.

Identificam-se altas taxas de guardas unilaterais concedidas às mães após o divórcio. Ridenti (1998 *apud* CRISTINE DE OLIVEIRA, 2010) utilizou a preponderância das mulheres na obtenção da guarda unilateral com o intuito de analisar a desigualdade de gênero. Para a autora,

há definições específicas no papel do homem e da mulher na questão do cuidado dos filhos. Também existem concepções sociais, por vezes compartilhadas pelo poder judiciário, que compreendem as mulheres como responsáveis "naturais" pelo cuidado educacional-afetivo dos filhos e, assim, estão mais preparadas para cuidar dos filhos que os pais.

A partir da legislação nº 13.058 de 2014, houve uma inovação ao instituto da guarda compartilhada, apontando este tipo de guarda como regra geral no território nacional. Assim, pais e mães passaram a ser iguais detentores da autoridade parental exercendo funções parentais e tomando suas decisões compartilhadas sobre a vida dos filhos.

Em relação às mulheres entrevistadas no presente estudo, as questões sobre paternidade e pensão alimentícia foram narradas de forma bastante objetiva. Conforme tabela 4, é possível verificar a relação entre as o pagamento de pensão alimentícia e a questão do contato paterno com os filhos.

Quadro 4. Pensão alimentícia e contato paterno com os filhos

Nome	Pagamento de pensão alimentícia e contato com os filhos
APARECIDA	Não tem contato e nunca pagou alimentos.
ALICE	O pai da filha mais nova não tem contato constante e paga alimentos esporadicamente.
DIANA	O pai da filha não tem contato; paga pensão alimentícia regularizada judicialmente.
ELIETE	O pai da filha mais velha sempre teve contato e pagava alimentos; o pai dos filhos do meio tem contato e paga alimentos (sempre atrasa); o pai do filho mais novo tem contato e ajuda nas despesas.
ESLISÂNGELA	O pai da filha mais velha não tem contato e não paga alimentos; pai dos filhos gêmeos tem contato e paga alimentos.
JULIANA	O pai tem contato constante e paga alimentos todo mês.
MARIANA	O pai dos filhos mais velho paga um valor “simbólico” todo mês e o pai do filho mais novo ajuda na fralda e no leite.
NILDA	O pai do filho mais velho não tem contato e nunca pagou alimentos; o pai dos filhos mais novos presta uma ajuda esporádica sem valor fixo.
PAULA	O pai dos filhos mais velhos possui contato e ajuda em algumas despesas; o pai da filha mais nova não tem contato e não paga alimentos.

RAFAELA	O filho mais velho tem pensão regularizada pela Justiça, mas sempre há atraso no pagamento. O pai do filho mais novo ajuda esporadicamente.
SILVANA	O pai não tem contato com o filho; ligações telefônicas e pensão alimentícia esporádicas
VANESSA	Tramitando processo judicial de regularização de guarda, visitas e alimentos.

Paula (42 anos) e Alice (32 anos) relataram que os filhos sequer têm o nome dos pais registrados na certidão de nascimento. Paula alega que possui resistência em fazer um teste de DNA, pois “Eu não vou fazer porque ele no fundo, no fundo ele sabe que é dele. Ele sabe que é dele e eu não vou fazer porque eu não quero que ele tenha contato com ela.” (PAULA, 42 anos) Já Alice não soube falar o porquê não procurou a Justiça para legalizar a paternidade da filha, mas disse que o pai oferta algum valor e faz algumas visitas esporádicas. O filho mais velho de Nilda (36 anos), teve como referência paterno o padrasto, pois o pai fugiu quando soube da gravidez e nunca entrou em contato.

Um fato comum encontrado nas famílias é a ausência do pai no processo de educação dos filhos. Elas não destacaram a necessidade de ter, no contexto do lar, a presença de um pai para compartilhar responsabilidades. A necessidade de compartilhamento de responsabilidades aparece no relato dessas mulheres apenas no ato de prover. Apenas Silvana que relatou a falta que a figura masculina faz na vida do filho para ajudar na criação.

“(…) eu penso assim, igual meus irmãos, eles são homens. Eles podia, tipo assim, ligar pra ele, pro meu filho, entendeu? Conversar, falar alguma, tipo assim, a gente conversa, liga, liga de chamada e tal, mas é ali cinco, dez minutinhos, a família toda. Mas não é aquela coisa de tipo...” Ah, eu vou ajudar, né? Na criação dele, vou ... vou dar conselho e tal.” Eu não tenho, é só eu mesmo.” (SILVANA, 36 anos)

“Então, tipo assim, nesse momento aí, eu observo realmente ele sente falta da figura masculina, ele sente falta. Não tem como não sentir também, né? Eu até entendo.” (SILVANA, 36 anos)

Nos fatos narrados, os relacionamentos aparecem, em sua maioria, sendo conflituosos, ocasionando o fim da relação e, conseqüentemente, afastamento da convivência com os filhos. A questão do cuidado ainda carece nas relações paternas, sendo algo muito mais perceptivo nas relações entre as mães e filhos.

bell hooks (2019) afirma que os homens são autorizados a conceber o papel de pai unicamente ao exercício da autoridade e do suporte financeiro. Aos homens é ensinado socialmente que seu papel na criação dos filhos é algo secundário, ao contrário das mulheres. Assim, os homens são sociabilizados para evitar assumir a responsabilidade pela educação das crianças.

De acordo com os relatos, alguns pais sequer tentaram estabelecer contato com o filho após a separação, como é o caso de Aparecida (46 anos). O pai só veio fazer uma rápida visita ao filho quando saiu da clínica onde estava internado para tratamento da esquizofrenia. Percebemos que os pais acabam se tornando um telespectador na educação dos filhos e as mães acabam assumindo de forma primária e naturalizam como se fosse parte dos papéis sociais que deram ao feminino *versus* masculino.

Apenas Juliana (33 anos) relatou uma rotina de guarda compartilhada com o parceiro, participando ativamente nas decisões da vida da filha. Algumas, relatam a “visitação” como algo sempre combinado previamente, mas não é algo com data certa e os pais não têm muita participação ativa na rotina dos filhos. Outros não têm contato algum, abandonando a parceira sem qualquer tipo de apoio.

Dentre as dificuldades vinculadas às responsabilidades das mulheres chefes de família, a escassez de recursos financeiros foi ressaltada como uma dificuldade permanente. Tal escassez atribuída a fatores econômicos e sociais acabam ocasionando até mesmo em privação de necessidades básicas como, por exemplo, as mães que foram entrevistadas no CRAS e estavam em busca da cesta básica do mês. No entanto, um ponto verificado é a resistência de algumas mães em acionar a justiça para legalizar a oferta de alimentos e poder compartilhar com o genitor a responsabilidade financeira dos gastos dos filhos.

Por exemplo, Nilda (36 anos) e Silvana (36 anos) alegaram que preferem receber esporadicamente a regularizar os alimentos na Justiça, pois a ação judicial também iria regularizar a visitação. Dessa forma, os filhos teriam que ter um contato constante com os pais o que torna algo desagradável na percepção delas. Parece ser uma circunstância para evitar a exposição dos filhos a um clima familiar que não seja seguro e confortável para as crianças. No caso de Silvana, o filho teve contato esporádico (em torno de apenas cinco encontros) após o divórcio a dez anos atrás. Nilda afirma que prefere evitar que os filhos viajem para ver o pai, pois a parceira do genitor das crianças não gosta de conviver com seus filhos

“(...)agora ele tá lá com outra mulher e a outra não aceita meus filhos lá, prefiro que não dá nada e não leva. Pelo menos não tem como desfazer deles, entendeu? Não por ele, mas por ela.” (NILDA, 36 anos)

“pra mim manter longe dele eu acho suficiente, entendeu? para não ter aquela desculpa ‘ah, eu dou dinheiro, então eu tenho direito de querer tomar conta da minha vida’, eu prefiro que ele não dá e ele se vire.” (NILDA, 36 anos)

Já Mariana (28 anos), Elisângela (29 anos), Rafaela (23 anos) e Vanessa (28 anos) alegaram dificuldade de acesso à Justiça. Devido à pandemia, o atendimento da Defensoria Pública estava sendo feito de forma remota e estava sendo lento o processo de ação de alimentos. Mariana relatou a dificuldade em lidar com toda a burocracia do atendimento.

“Eu sou doida pra fazer isso, mas é tanta burocracia que você desanima, que você fala: “tem que arrumar testemunha”, aí arruma as pessoas, aí, igual agora, é tudo online, eu não sei fazer. Igual, tem um negócio de carta de não sei o quê que eles estão pedindo, não sei fazer. Eu queria. Nossa! Legalizar isso, queria divorciar do Alef, queria. Sabe? Eu fico querendo e fico um pouco agarrada, porque eu tô girando em torno da vida deles também.”(MARIANA, 28 ANOS)

Elisângela (29 anos) disse que “(...)procurei uma vez e desanimei. Porque eles pediram pra mim o endereço dele”. (ELISÂNGELA, 29 anos) Contudo, hoje a Justiça disponibiliza meios que o endereço incerto não é mais um obstáculo para a propositura da ação de alimentos. Dessa forma, a desinformação faz com que Elisângela não busque os direitos garantidos a sua filha. Já Rafaela (23 anos) alegou que estava esperando resposta no atendimento via “Whatsapp” e Vanessa (28 anos) já estava com o processo em andamento, mas de forma lenta.

Outro ponto a ser destacado nos relatos é que a pobreza está presente também na vida dos parceiros. Apenas Diana (46 anos) relatou que o ex-marido oculta bens para não pagar um valor proporcional aos seus ganhos à filha. Juliana (33 anos) disse que o pai de sua filha paga um valor justo de pensão alimentícia. Ambos foram descritos como pessoas que possuem uma renda de classe média.

Silvana (36 anos) relatou que o parceiro tem um emprego fixo e deve ganhar razoavelmente bem. Contudo, não colabora de forma contínua no pagamento de pensão alimentícia. Durante a pandemia ele diminuiu o valor por conta própria alegando que a pandemia o prejudicou. Silvana diz não saber a verdade, pois ele trabalha como motorista numa grande empresa no Centro Oeste do país e não parou de trabalhar durante o período de lockdown. Dessa forma, por

não ter legalizado a pensão alimentícia, imagina que ele poderia pagar um valor maior que os R\$300,00 pagos atualmente. Em relação às outras entrevistas, não houve a percepção de alimentos de forma contínua por parte dos pais. Mesmo aquelas que buscaram regularizar por meio da Justiça, o valor dos alimentos não é algo certo.

Sarti (1994) afirma que a pobreza atinge diretamente o homem, pois esse tem sua “masculinidade” sustentada pelo papel do provedor da família, o que os tornam sensíveis à recessão e à recuperação econômica. O modelo tradicional de masculinidade e de paternidade é caracterizado por um homem que arca com as despesas financeiras e é a referência moral da família, algo enraizado pelo patriarcado e de difícil manutenção (CRISTINE DE OLIVEIRA, 2010). Devido a toda instabilidade socioeconômica presente no país nos últimos anos, os homens cada vez mais têm dificuldade de executar o pleno papel de provedor. Em seu estudo, Cristine de Oliveira (2010) percebeu que a pensão alimentícia se apresenta como um passaporte para o convívio entre pais e filhos no contexto de ruptura conjugal e pobreza, algo característico no modelo tradicional de paternidade.

A autora inferiu que a vivência da paternidade é fortemente abalada pela separação. Os pais entrevistados relataram dificuldade em repensar novas posturas e práticas parentais que favoreçam o convívio paterno para além do pagamento da pensão alimentícia. Assim, o exercício da paternidade mostra-se um desafio doloroso diante do fim da relação conjugal.

Oliveira (2010) analisa que não há na literatura uma articulação entre paternidade e conjugalidade nos contextos de pobreza, o que revela a importância de investigar como se dá a relação entre pai e filho, quando estes não convivem diariamente na mesma casa, e se a pobreza colabora para um maior afastamento do homem com relação ao filho, devido à impossibilidade de arcar com o papel de provedor. Segundo a autora, surge esta necessidade, pois houve uma mudança no cenário social no qual o papel definido e estabelecido para um homem no contexto social foi estremecido com a entrada da mulher no mercado de trabalho e o alto índice de desemprego dos homens, que coloca em questão o lugar do homem e da mulher na família e na sociedade.

De fato, pelos relatos das mães, percebemos que muitos genitores se encontram desempregados, na informalidade e não apresentam um nível de escolaridade alto. Assim, é difícil inferir o quanto de fato a pobreza afeta a relação dos pais com os filhos, bem como a pensão alimentícia condiciona a relação com afeto. No entanto, é constatado que a negligência dos pais na questão

da pensão alimentícia afeta as mães solo, pois estas têm que cobrir sozinhas as despesas dos filhos, algo que é responsabilidade de ambos os pais.

Verificamos que são pesos diferentes. Se o pai está na informalidade ou desempregado, não tem a mesma consequência se a mãe estiver passando pela mesma situação. As chefes de família sem cônjuge acabam suportando sozinhas a omissão paterna em relação ao pagamento de alimentos, mesmo que também estejam desempregadas ou na informalidade. Elas acabam tendo que buscar outros meios para que o filho não sofra as consequências dessa negligência, sendo uma questão primária na vida dela, algo que não é posto pelo mesmo modo pelos pais. Não se trata apenas da desobrigação dos homens em assumir essa posição do cuidador principal dos filhos, mas da percepção das próprias mulheres de que esse deve ser o seu papel quando as separações ocorrem. (BIROLI, 2018)

“Nem que eu tenha que catar latinha na rua, meus filhos não vão passar necessidade porque eu sei o que que é isso (...)” (ELIETE, 41 anos)

“O pai dele dava alguma coisa quando queria, entendeu? Então eu que arqueei mesmo. Se ele estudou foi eu, se ele é como hoje foi eu. Meu filho depende de cortar um cabelo, uma roupa, um sapato, tudo é eu (...) Ele dava quando ele queria ... que ele dava uma mixaria (...) Na época, minha mãe falava assim: “não ... deixa que de vez em quando ele manda”, aí o tempo ia passando, eu fui pro mundo pra trabalhar pra cuidar dele e eu virei e creio sozinha.” (APARECIDA, 46 anos)

aí compra fralda, lenço umedecido, leite. Às vezes que precisa, manda farinha, mas muito pouco, acaba muito rápido. Mas igual ... ele manda uma vez no mês. É, porque eles só mandam uma vez no mês, porque eu que peço uma vez no meio, entendeu? Porque eu não gosto de ficar enchendo o saco. Aí eu prefiro, me viro do meu jeito. (...) (MARIANA, 28 anos)

Algumas mulheres narraram o problema dos genitores com alcoolismo e drogas, conforme visto em outro tópico de análise. Elisângela (29 anos), Nilda (36 anos), Alice (32 anos), Mariana (28 anos), Diana (46 anos) relataram uma relação conflituosa por conta dos problemas de dependência química dos parceiros, o que acabou afetando na relação com os filhos.

Observamos que as mães assumiram a maternidade solo, enfrentando diversas dificuldades financeiras, psicológicas e sociais. Biroli (2018) afirma que a maternidade tem sido historicamente definida pela divisão sexual do trabalho, sobrecarregando as mulheres e restringindo sua participação em outras esferas da vida.

Diana (46 anos) narrou que a ausência afetiva do genitor da filha é por conta da violência psicológica que o pai fez na filha durante anos por não aceitar a separação conjugal.

“Ela usava outras roupas lá na casa dele (...) Só que no momento que a Laís ia pra minha casa, aquela roupa dela era arrancada a força. E ela queria ficar às vezes com aquela roupa (...) porque as roupas que ela usava em casa era roupa mais simples e ela com quatro/cinco anos ... então ela queria aquelas roupinhas e aquela roupa era arrancada a força do corpo dela ... ela não podia ir pra minha casa com aquela roupa que ela estava (...) não só a roupa, qualquer brinquedo, qualquer objeto que ela ganhasse lá de tio, de vó, ela não poderia levar pra dentro da minha casa.” (DIANA, 46 ANOS)

Disse que até hoje o pai tenta prejudicar a filha mesmo que indiretamente, por exemplo, demorando uns três dias para entregar os remédios controlados da filha, ficando o fornecimento deles sob sua responsabilidade no acordo de divórcio.

As tensões entre maternidade e trabalho remunerado não são vivenciadas da mesma forma pelos homens que são pais, pois deles se espera menos ou muito pouco no cotidiano da prole, ainda que a divisão convencional implique a atribuição do papel de provedor. (BIROLI, 2018). A autora observa que mesmo quando os casais se divorciam e a guarda permanece com as mulheres, esse contexto pode ser visualizado com a continuidade da divisão do trabalho no casamento, resultando na naturalização dos laços entre mulher, maternidade e cuidado com os filhos.

Percebemos pelos relatos que as mães assumem o papel “natural” de cuidadora. E os genitores também assumem o papel mais tradicional, de provedor e mais passivo na tomada de decisões na vida dos filhos. A partir dos relatos, percebemos que alguns genitores se encontram totalmente anulados na vida dos filhos por uma questão de escolha, como narrado por Paula (42 anos), Aparecida (46 anos), Elisângela (29 anos).

Dessa maneira, percebemos que, enquanto para os homens a participação na criação dos filhos é uma faculdade/desobrigação, para as mulheres o cuidado é visto como uma imposição/obrigação (ZANELLO, 2018). As mães solas, ao final, acabam não compartilhando as responsabilidades da educação dos filhos com os pais. Apesar de ser a regra no Brasil, ainda percebemos que, ao final, muitas mulheres também suportam as responsabilidades que deveriam ser paternas.

6. AS CHEFES DE FAMÍLIA MONOPARENTAL SOB O CONTEXTO DA COVID-19

6.1. Dados sobre contaminação e vacinação

A pandemia da COVID-19 ainda está sem data determinada para terminar, porém dentre todas as fases da crise sanitária, a vacinação foi o início de momentos menos conturbados para a população. Apesar de todos os entraves, já discutidos em um capítulo prévio, a vacinação trouxe uma maior segurança, alívio e esperança para voltar à normalidade, permitindo ao povo socializar com mais tranquilidade.

Segundo dados do Ministério da Saúde, em março de 2021, as mulheres representavam o dobro dos homens entre os imunizados. (UOL, 2021) Dalia Romero, coordenadora do grupo de estudos sobre envelhecimento da Fiocruz, afirma que esses números têm muita relação de vincular a mulher ao cuidado e os homens, muitas vezes, não têm a cultura de cuidar de si, ao contrário das mulheres. (UOL, 2021)

Conforme os relatos, todas as mulheres tomaram a vacina da COVID-19. Também relataram o quanto se sentiram mais aliviadas após tomarem o imunizante e estão determinadas a tomarem quantas doses forem necessárias. Por exemplo, quando questionada sobre se sentir mais segura após a vacina, Aparecida disse que “Claro, lógico ... pode vir dez que eu vou tomar também. Eu estou esperando na porta já.” (APARECIDA, 46 anos).

Infelizmente, durante esse período, era uma preocupação a cobertura vacinal e o quanto o povo iria aderir ao imunizante. O negacionismo e as teorias da conspiração rondaram as redes sociais e os aplicativos de mensagens instantâneas. Essas notícias falsas (*fake news*) conseguiam atingir um grande número de público em questão de segundos. Dessa maneira, muitos especialistas ficaram receosos acerca do alcance dessas notícias e o impacto que iria gerar na campanha de vacinação. (AGÊNCIA SENADO, 2021)

E, também, havia um discurso por parte do então Presidente Jair Bolsonaro em que questionava a eficácia da vacina, manipulando a realidade e estimulando o descompromisso com a vida. Apesar de todos esses fatores, percebemos que não houve nenhum relato das mulheres em que especulasse sobre a eficácia da vacina ou relatasse alguma desconfiança, ao contrário, mostraram dispostas a seguir qualquer protocolo que prevenisse contra a Covid-19.

No entanto, apenas Paula (42 anos) relatou uma certa insegurança. Porém, a questão não foi a eficácia da vacina em si, mas apenas o imunizante não a deixava segura em relação à gravidade da doença e não sentia à vontade em abrandar o isolamento social, até porque ela tem comorbidade (lúpus sistêmico), podendo ter uma reação mais grave em relação ao vírus.

“(…) Não. Eu vou te falar o porquê. Porque com a vacina ou não, eu já tomava os cuidados e até hoje eu tomo. Porque a vacina, eu não sei, pode ser ignorância minha, a vacina não vai resolver, gente. Porque o que está resolvendo é os cuidados que a gente está tendo. É isso que está acontecendo e as pessoas, mesmo tomando vacina, estão saindo. E as que estão saindo, estão adoecendo. Estão morrendo.” (PAULA, 42 anos)

Algumas mães ainda relataram medo e insegurança em relação aos filhos que ainda não tinham a idade mínima permitida (5 anos) para tomar a vacina⁶, como podemos perceber em algumas passagens:

“Então, assim, está sendo assim muito cuidado mesmo, porque tem a questão que o Gabriel não tomou vacina. Então, muita coisa. Às vezes, deixar de aglomerar em aglomeração. Igual, eu vou muito na igreja, lá é tudo separadinho as cadeiras. Então, é muito cuidado que eu tenho, muito medo, moça.” (MARIANA, 28 ANOS)

“De ter que ficar é o excesso de cuidado toda hora, de máscara, incomoda, não respira direito, embaça o óculos e o medo, né? De pegar. Porque minha filha não é vacinada, eu fico muito medo. Mas, assim, eu tive que voltar.” (JULIANA, 33 anos)

Dentre as entrevistadas, três afirmaram que contraíram Covid-19 e duas suspeitam que pegaram a doença, mas não foram testadas. Os relatos mostraram que não houve ninguém que se contaminou e avançou para um estágio mais grave da doença.

É importante pontuar que o Brasil não estabeleceu nenhum programa de testagem em massa. (BBC, 2020) Em alguns momentos, apenas eram testadas pessoas que tinham alguma comorbidade e, caso não houvesse nenhuma e apresentasse sintomas, deveria somente se isolar em casa. Algumas mulheres, como Eliete (41 anos) e Silvana (36 anos) não souberam responder se contraíram o vírus por não terem feito o teste, apesar de apresentarem os sintomas. Já Vanessa (28 anos) e o filho fizeram o teste porque seus pais pagaram.

⁶ Até a data da entrevista, a Anvisa ainda não havia liberado a vacinação da COVID-19 ao público infantil menor de 5 anos.

Por exemplo, Aparecida (46 anos) foi testada por ser hipertensa e Mariana (28 anos) conseguiu fazer o teste por estar grávida na época. Já o filho de Aparecida não conseguiu ser testado por não apresentar nenhuma comorbidade em relação à doença, mas apresentou todos os sintomas juntamente com a mãe.

Outra percepção identificada é que a rotina de cuidados e prevenção ainda se fazia presente na vida das famílias:

“Ah álcool em gel, máscara, água sanitária, quando vai limpar o chão (...) limpo, limpo a compra todinha que chega do mercado com álcool setenta está lá em casa. Só se Deus permitir mesmo porque meus cuidados são nota dez. (SILVANA, 36 anos)

“(...) sempre lavando as mãos, sabe? Sempre com máscara. Sei lá, sempre passando álcool em gel, cuidando do ambiente da casa, o ambiente que a gente fica, sabe? Igual, eu não tinha esse cuidado de ficar lavando muita roupa de cama, eu tenho esse cuidado de ficar lavando roupa de cama agora, ficar limpando o banheiro, de ficar higienizando as vasilhas, entendeu? Lá em casa igual agora, cada um, a gente está tentando agora fazer esse negócio de separar garfo, colher, essas coisas que a gente não tinha.” (MARIANA, 28 anos)

“(...) Máscara, álcool dentro da bolsa ... aí quando chega de dentro de casa tira o chinelo (...) entra ... lavo a mão (...) lava a máscara pega outra se tiver saindo, sai com outra. É desse jeito. A roupa também tira a roupa (...) não permanece com a roupa.” (PAULA, 42 anos)

“Tem um pano que a gente fica jogando o tempo todo o álcool com a misturinha de álcool com água sanitária e você limpa o pé, entra (...) álcool pra tudo quanto é lado” (RAFAELA, 23 anos)

Dessa maneira, podemos concluir que todas as mulheres do estudo respeitaram as diretrizes de prevenção da COVID-19, com a vacinação em dia, utilizaram máscara, álcool em gel e cumpriram o isolamento social. Apesar do discurso do então Presidente Jair Bolsonaro ter ido, muitas vezes, de encontro ao estabelecido pelos cientistas, não houve impacto de seus discursos entre as famílias da pesquisa.

6.2. A questão do trabalho após o início da pandemia da Covid-19

Uma das primeiras percepções dos relatos em relação ao trabalho, foi que a maioria das mulheres estavam desempregadas e exercendo o trabalho informal (quadro 5). Mesmo entre as mulheres que tinham ensino superior, o desemprego e a informalidade estavam presentes. Dessa

maneira, veio o seguinte questionamento: até que ponto a pandemia foi a responsável pelo alto desemprego entre as mães chefes de família? O que ocorre quando trabalhadoras na informalidade não têm garantia de que receberão o necessário para sobreviver nos meses de isolamento?

Quadro 5. Trabalho durante a pandemia da Covid-19

Nome	Trabalho durante a pandemia da Covid-19 (a partir de 2020)
APARECIDA	Não estava inserida no mercado de trabalho antes de 2020.
ALICE	Aposentada.
DIANA	Demitida. Atualmente está à procura de emprego.
ELIETE	Não estava inserida no mercado de trabalho antes de 2020.
ELISÂNGELA	Demitida. Está à procura de emprego.
JULIANA	Não estava inserida no mercado de trabalho antes de 2020.
MARIANA	Pediu demissão.
NILDA	Não estava inserida no mercado de trabalho formal antes de 2020.
PAULA	Demitida. Atualmente está à procura de emprego.
RAFAELA	Demitida. Atualmente trabalha como manicure em casa, mas a procura de emprego formal.
SILVANA	Continuou empregada.
VANESSA	Não estava inserida no mercado de trabalho antes de 2020.

Impulsionada pela crise na economia causada pela pandemia de Covid-19, a taxa de desemprego entre as mulheres em 2021 bateu recorde e registrou o mais elevado patamar desde 2012. Segundo um estudo promovido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), “Panorama das mulheres no mercado de trabalho – Período 2012-2021”, demonstrou que a taxa de desemprego entre mulheres ficou em 16,45% em 2021, ante 16,25% um ano antes. A pandemia obrigou sete milhões de mulheres a sair do mercado de trabalho ainda em março de 2020, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

A mesma pesquisa informa que com o advento da pandemia em 2020 agravou-se as disparidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho – em detrimento às mulheres. A pesquisadora Janaína Feijó, coordenadora da pesquisa, destacou que muitas mulheres saíram

da força de trabalho a partir de 2020 durante a crise na economia causada pela pandemia. Contudo, as mulheres não estão conseguindo retornar à população ocupada, mesmo com a regularização da atividade econômica ao longo dos anos de 2020/2021.

A crise sanitária provocada pela Covid-19 gerou um retrocesso de mais de uma década em avanços na participação feminina no mercado de trabalho na América Latina e no Caribe, segundo estudo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Dentre os relatos do presente estudo, quatro mulheres foram demitidas do emprego formal nesse período. Uma pediu demissão para resguardar a saúde da mãe que estava em estágio terminal e uma sentiu dificuldade de voltar ao mercado de trabalho após uma pausa para dedicar aos cuidados da filha, mas não conseguiu dar continuidade ao trabalho como faxineira em razão das restrições necessárias à época. Todos esses dados estão sumarizados no quadro 5.

Na visão de Denise Bonifácio (JORNAL USP, 2021), historicamente, as crises pelas quais os países passaram sempre afetaram mais as mulheres do que os homens, quando o tema é emprego. Isso se dá pelo fato que a responsabilidade da mulher pelo cuidado da casa e dos filhos e o impacto maior em setores que empregam majoritariamente mão de obra feminina, auxiliando assim a explicar o maior número de mulheres desempregadas. Destaca-se ainda que as creches e escolas foram as primeiras a fecharem e as mulheres foram acionadas a assumir, ainda mais, o papel de responsáveis em cuidar dessas crianças e adolescentes.

De acordo com os relatos de Mariana, observamos que ela teve que abrir mão do emprego para resguardar a saúde da mãe e cuidar dela e dos filhos durante o período de lockdown. Disse que sua mãe faleceu ainda no ano de 2020 e, quando era possível voltar ao mercado de trabalho, estava grávida do filho mais novo.

“Eu trabalhei na pandemia. Minha mãe pediu pra mim sair do serviço pra cuidar das crianças. Que ela estava muito preocupada no começo da pandemia e todo mundo ficou doido (...) eu ia pra lá fazer limpar a casa, fazer as coisas pra ela.” (MARIANA, 28 anos)

Diana (46 anos) também precisou sair do emprego para começar a cuidar integralmente da mãe, pois esta necessitava de cuidados a todo tempo. Apesar de ela já ter a expectativa de ser demitida, ela também foi mais um caso em que abdicou do trabalho estável para dedicar aos cuidados da família. Durante o ano de 2020 se dedicou exclusivamente aos cuidados de sua mãe, a irmã, impossibilitada de cuidar da mãe por conta de um infarto, começou a lhe pagar o

valor de um salário mínimo. Com o tempo, sua mãe foi morar numa casa de repouso, e não podendo mais contar com a aposentadoria da mãe para ajudar nas despesas e nem com o salário que lhe era oferecido pela irmã, começou a trabalhar com artesanato.

A rotina como autônoma é bem desgastante e cansativa, por isso está em busca de um emprego formal para que tenha uma rotina mais estável e direitos mais garantidos. Contudo, afirmou que já mandou currículo para vários lugares, porém até aquele momento não tinha nenhum retorno.

“(…) eu não sei nem te falar quanto tempo porque eu costumo trabalhar vinte e quatro horas, começo a levantar seis hora da manhã e muitas vezes ir até cinco, seis horas do outro dia, de virar. Já virei muitas noites trabalhando. (...) já está muito pesado pra mim. Eu já estou muito cansada. Mas aí quando eu penso nesse dinheiro aqui vai garantir é metade do meu aluguel do mês que vem. Tenho que ter força pra trabalhar e eu tenho que pegar o seu serviço e dar conta de entregar.”
(DIANA, 46 anos)

Segundo ela, a pandemia prejudicou a todos, assim, alega que um dos motivos de estar difícil de achar um novo emprego é a crise gerada pela Covid-19.

Essa dificuldade de voltar ao mercado de trabalho também foi compartilhada por Elisângela (29 anos). Ela foi uma das mulheres que perdeu o emprego durante esse período, especificamente em fevereiro de 2021. Ela trabalhava numa rede de supermercado. Afirma que foi demitida após voltar de licença maternidade quando não aceitou a proposta de troca de filial, em razão do horário que dificultava sua rotina. Assim, usou o dinheiro do seu “acerto” para manter a casa, pois não conseguiu dar entrada no Seguro Desemprego devido à sobrecarga do sistema da previdência.

Paula (42 anos) foi demitida em fevereiro de 2021 também devido à crise instalada pela COVID-19, ela trabalhava na portaria de um condomínio residencial. Seu trabalho era 12h/36h, saía de casa às 5:30h da manhã para pegar o ônibus e começar a trabalhar às 7h. Saía do trabalho às 19h e chegava em casa por volta de 21:30h. Relatou que sentia medo de ir trabalhar “tava muita gente morrendo, muita gente e eu morro de medo de morrer. Eu falo, só Deus, eu não quero saber morrer não” (PAULA,42 anos). No entanto quando foi demitida do emprego sentiu também medo, pois:

“(…) Lá tinha a gente tinha ticket de alimentação, a gente podia comer uma fruta, uma verdura, né? Um mantimento, é o gás, essas coisas assim tudo uma carne, né? Assim, não precisa ter direto, porque eu

não ligo se não tiver carne, eu não ligo. Mas assim, ao menos uma vez na semana, né? A gente tem que ter essa proteína da carne ...” (PAULA, 42 anos)

Mesmo com a tensão vivida naquele momento, seu salário era a única fonte de renda para o sustento dela e de sua filha. Após a demissão, não conseguiu encontrar outro emprego e está vivendo com a ajuda da família e de doação de outras pessoas. Aliás, ela estava presente neste dia no CRAS para poder pegar a cesta básica que estava sendo doada pela Prefeitura. Também não está conseguindo pagar as prestações da sua casa, fruto do Programa do governo federal “Minha casa, minha vida”. Atualmente, está pegando alguns bicos de faxina para ter certa renda e, adicionado a isso, permanentemente encontra-se em tratamento dos lúpus.

Rafaela (23 anos) trabalhava como manicure num salão, mas com o início da pandemia ela foi para a casa da mãe em Lima Duarte e conseguiu se sustentar alguns meses com o seguro-desemprego (o primeiro pagamento foi para o advogado fazer todo o processo de recebimento) e o valor das pensões. Quando o salão reabriu as escolas e creches ainda estavam fechadas e ela não tinha como levar os filhos para o salão. Assim, decidiu começar a atender em casa para poder conciliar trabalho e maternidade.

Disse que “Depois da pandemia, se eu consigo fazer duzentos reais numa semana com unha é muito. (...) final do ano teve muito movimento novembro, dezembro teve bastante movimento, mas janeiro já não recebi nem um terço do que eu tirei em novembro ou dezembro.” (RAFAELA, 23 anos). Antes da pandemia chegava a faturar em torno de R\$500,00 por semana. Também falou sobre as dificuldades de trazer seu local de trabalho para casa em meio a uma crise sanitária:

“(...) então eu cheguei a ficar com receio, eu cheguei a receber cliente que na semana seguinte me ligou e perguntou se a gente estava bem, porque ela não sabia e veio aqui com Covid e ela estava internada (...)mas eu já tive problema com o cliente que veio e (...) chegou sem máscara e eu falei que eu não ia atender porque ela estava sem máscara (...) Importa por ser aqui dentro de casa. Acho que se fosse até mesmo no salão, eu já ficaria tranquila, porque eles não estariam lá ...por ser um ambiente mais aberto, não ser dentro da minha casa, acho que seria mais tranquilo.” (RAFAELA, 23 anos)

Relatou sobre a carga horária de trabalho que oscila muito. Alguns dias faz unha até 00:00h, outros dias tem que começar 06:00h da manhã, bem como tem dias que ela só tem uma unha por dia e outros dias ela chega trabalhar o dia todo. Ela também começou a trabalhar em eventos

quando as restrições diminuíram, chegando a virar noite e, mesmo assim, trabalhou desde cedo como manicure até às 17:00h. Nos dias mais apertados, os pais ficam com os filhos para poder trabalhar e descansar.

Já Silvana (36 anos) continuou empregada após o início da pandemia, mas relatou que a todo momento sentia medo de ser demitida. Ela trabalha numa empresa terceirizada e nos primeiros três meses, ela ficou somente em casa e a empresa cortou o ticket alimentação e vale-transporte, tendo um corte na renda. Após esse período, começou a trabalhar alguns dias por semana até voltar normalmente, com álcool gel e máscara fornecidos pelo empregador. Apesar de não ter sido demitida:

“A gente sabe que empresa nenhuma quer ver funcionário em casa parado e ela te pagando salário. A gente tinha uma preocupação com certeza ... eu a todo tempo eu pensava “ai meu Deus será que vai suspender o contrato? O que que eu vou fazer?” A gente já logo pensa, ainda mais quem paga aluguel, igual no meu caso que sou mãe solo né? Nossa! Eu ficava desesperada, mas graças a Deus agora está voltando ao normal.” (SILVANA, 36 anos)

No caso de Nilda (36 anos), apesar de estar inserida no mercado de trabalho formal antes de 2020, ela também fazia alguns bicos de faxina para complementar a renda. Com as restrições geradas pela Covis-19, foi dispensada das duas casas em que trabalhava por serem pessoas idosas e serem do grupo de risco em relação à doença. Disse que começaram a aparecer novos trabalhos após a vacinação, durante o período anterior fez apenas dois trabalhos de faxina. Hoje se sente mais segura por estar vacinada. Além disso, por trabalhar em casa de pessoas idosas, ela sente a responsabilidade de tomar mais cuidados para não as contaminar. Também comentou de ficar mais prevenida de trabalhar após a vacinação, pois faz faxina na casa de uma senhora que não foi vacinada.

Para Nilda, a vacinação representa uma maior segurança para as pessoas para quem presta serviços e também para prevenir sua família – principalmente em relação ao filho mais novo que possui problemas de bronquite.

Dentre as mulheres apresentadas, a pandemia, de fato, prejudicou a manutenção do emprego, modificou o trabalho e, conseqüentemente, a renda familiar. Apenas Elisângela (29 anos) que não colocou a pandemia como causa da demissão. As mulheres que não foram analisadas neste capítulo não foram afetadas pela pandemia no âmbito laboral. Percebemos, de um modo geral, e conectando com o tópico “Estudo e Trabalho” do capítulo 5, que a pandemia agravou um

cenário que já era desigual para as mulheres antes de 2020, ou seja, antes do início da COVID-19.

A agenda neoliberal adotada pelo Brasil nos últimos anos, conforme mencionado no capítulo 1, inclui a mulher no mercado de trabalho, porém trata-se, sobretudo, de trabalhos precarizados e mal pagos. E, adicionado, a sobrecarga de trabalho doméstico imbuída às mulheres que, dentro de suas trajetórias, acabaram abrindo mão dos estudos e aceitaram empregos secundários para atender a demanda de cuidados da família.

Georges (2014) afirma que a virada neoliberal das políticas sociais “terceirizou” a responsabilidade do bem-estar para os indivíduos (homens e mulheres) em todas as áreas da vida social. Dessa maneira, coube às mulheres mobilizarem-se (e empoderarem-se) a fim de providenciar as formas de “transformação social” das condições de vida pessoal e familiar.

Rocha (2018) destaca a ideia do Estado mínimo em que levou à redução dos equipamentos sociais, como creches, e à precarização das políticas públicas na educação, saúde, habitação e saneamento no Brasil. Posto isso, argumenta que essa redução levou a um aumento da sobrecarga doméstica para as mulheres.

Além disso, o efeito da política neoliberal, trouxe um aumento do desemprego e a flexibilização no mundo do trabalho, com maior impacto para as mulheres. Segundo a autora, estas passaram a enfrentar a maior precarização do trabalho formal: menor índice de registro em carteira; menor índice de contribuição para a previdência e o menor índice de sindicalização. Em 2017, 51% das brasileiras que integram a População Economicamente Ativa (PEA) não possuíam renda mensal regular. A precarização das condições de vida favoreceu a desagregação do núcleo familiar, sobrecarregando ainda mais as mulheres, que em grande parte passaram a ser chefe de família.

“Se a luta pela sobrevivência empurra as mulheres para o mercado de trabalho e, se nas condições de crise do capitalismo e de aplicação de seu ideário neoliberal reduz a responsabilidade pública dos equipamentos sociais, essa realidade afeta a subjetividade feminina, produto de uma história de opressão, responsabilizada pelos afazeres domésticos e carregada de culpa pela impossibilidade de conciliar sua realização profissional e a perfeição dos papéis seculares que lhe foram atribuídos como “rainha do lar”.” (p.4)

Fazendo um paralelo com todas as trajetórias de vida analisadas nesta pesquisa, percebemos que há em comum a falta de uma política pública que visualize e aborde as necessidades das

mulheres para atingir sua autonomia seja pelos estudos, seja pela expansão (e não redução) dos direitos trabalhistas. Enquanto a mulher ainda for vista como a única responsável pelo trabalho não remunerado, será difícil avançar numa pauta mais progressista e modificar de fato a vida das mulheres de forma a conquistar mais autonomia.

6.3. Tarefas domésticas e a questão do cuidado

O cuidado é socialmente posto como uma responsabilidade individual das mulheres, que precisam se desdobrar nas diversas tarefas de seu cotidiano. Em muitas passagens, as narrativas das mães são o reflexo de uma sociedade que naturaliza as atividades do cuidado, sendo que muitas vezes atividades como arrumar a casa, criar os filhos, são “natural da mulher”, como se fosse feito por instinto. A pandemia centralizou a necessidade de falar sobre o cuidado. Apesar de a necessidade de cuidado acompanhar todo indivíduo no ciclo da vida, a pandemia condicionou todos a uma vulnerabilidade coletiva. Ou seja, todos estavam necessitados de cuidados, de autocuidado e necessitando de cuidado dos seus. Segundo Nadya Guimarães (2021):

Explicaria o que é cuidado recorrendo a esses três elementos: primeiro, o cuidado é um fenômeno social central às nossas vidas; segundo, e paradoxalmente, é algo que, conquanto tão central, tem se mantido duradouramente invisível; terceiro, não se trata de um fenômeno singular em sua manifestação concreta, ele é plural, ou seja, existe uma multiplicidade de relações, de formas pelas quais se estabelece a relação social de cuidado (p.14)

A autora menciona como exemplo o caso do trabalho doméstico de cuidado realizado pelas donas de casa como absolutamente invisível, não reconhecido como trabalho nem mesmo por elas. Tal fato fica bastante perceptível nos relatos das entrevistadas. À medida que elas relatavam sobre o cuidado com os filhos e sobre as tarefas domésticas durante o período da pandemia, vê-se que elas não enxergam como um trabalho, não se valorizam como mulheres que fazem o trabalho central da vida social.

Para analisar o presente tópico, deve-se refletir sobre os muitos fatores que influenciaram as respostas das mulheres. A idade dos filhos e o ensino remoto fizeram com que as atividades das crianças ficassem concentradas em casa, havendo um aumento da demanda de cuidado e tarefas domésticas. A necessidade de cuidar de outro alguém além do filho e a questão da concentração do trabalho em casa também foram fatores pelos quais tiveram bastante importância na análise dos relatos.

Outro ponto relevante, é que a maioria das mães chefes de família já não compartilhavam a atividade do cuidado e as tarefas domésticas com ninguém, no máximo, com algum filho na faixa etária de 10/12 anos.

Algumas entrevistadas, principalmente as mulheres que se dedicavam exclusivamente às atividades do lar e não contavam com nenhum apoio, relataram que a demanda do cuidado e tarefas domésticas não sofreu muita alteração. Guimarães (2021) aponta que é um contraponto em relação às famílias de classe média, em que muitas famílias delegam essas atividades para uma outra pessoa, como por exemplo, uma empregada doméstica ou uma diarista. E com a pandemia, essas atividades ficaram concentradas apenas entre os membros da família, coisa que já acontecia em muitas famílias das mulheres sujeitos deste estudo.

Há uma divisão intergeracional do trabalho que claramente está posta em questão nesse momento. O filho de classe média que não fazia nada em casa, para quem a empregada até forrava a cama e punha a escova de dente de volta no seu lugar, no banheiro, agora tem que fazer algo, pois não dá tempo de a mãe fazer tudo para todos e para si. Se você tomar o ponto de vista da experiência dessas mulheres, é muito interessante porque o confinamento obrigou a, de algum modo, repartir atividades. (GUIMARÃES, 2021, p.26)

Em alguns relatos, as mães relataram explicitamente que não sentiram o aumento das demandas das tarefas domésticas e o cuidado com os filhos.

Paula (42 anos) ao ser questionada sobre o aumento das tarefas domésticas, respondeu que “Não, não aumentou, porque a gente está ali né? E outra coisa só eu e ela não suja não.” (PAULA, 42 anos) e sobre o aumento das demandas maternas disse que “(...)Porque tive sempre ali presente, então continua a mesma coisa” (PAULA, 42 anos).

Essa mesma percepção também foi feita por Alice (32 anos), que não vê um aumento das tarefas domésticas. Também não respondeu especificamente sobre o aumento das demandas maternas após o período da pandemia. Apenas disse que cuidou mais da filha por conta de uma crise de bronquite.

Aparecida (46, anos) mudou toda sua vida para dedicar aos cuidados do filho desde 2018, quando descobriu o diagnóstico de esquizofrenia. Dessa forma, após o início da pandemia, disse que em sua rotina de tarefas domésticas nada mudou. De fato, quando analisada toda sua trajetória, ela já havia centralizado toda sua vida para atender os cuidados cotidianos do filho e

tarefas domésticas, em seu relato reforçou que "(...) a minha família hoje é só meu filho e meu pai que está vivo." (APARECIDA, 46 anos).

Percebe-se que o trabalho do cuidado está presente na vida das mulheres entrevistadas desde a infância. Muitas já auxiliavam a mãe no cuidado com os irmãos e nas tarefas do lar. Para muitas, a maternidade solo foi uma realidade ainda muito jovens. Mesmo quando estavam em algum relacionamento, a responsabilidade pelo cuidado dos filhos era algo exclusivo delas. Assim, é quase que inerente a elas viver em prol dos cuidados dos seus e do lar.

Zanello (2016) denomina como "dispositivo materno" o lugar de subjetivação no qual as mulheres são colocadas como naturalmente cuidadoras. Esse papel foi sendo compreendido como desdobramento da capacidade de procriação, sendo um dispositivo que faz com que o cuidado se desdobre em uma naturalização das tarefas domésticas. Por isso, acredito que essa não percepção do aumento das tarefas de cuidado com os filhos e com as tarefas domésticas por algumas mães foi devido a essa "naturalização" da ação de cuidar.

Já Eliete (41 anos) relatou que teve uma percepção de maior aumento das tarefas domésticas a partir do momento que os filhos - com dez e onze anos - deixaram de ir para a escola e concentraram todas as atividades em casa.

"(...)Muito, nossa, o dia inteiro, né? Porque criança quer isso, quer aquilo, aí bagunça a casa, eu tenho aquela mania de arrumação o dia todo. Então, parar de fazer as coisas só na hora de dormir. Aí fica assim: limpa terraço, tem bicho, aí vai cuidar de bicho, vai juntar lixo, vai limpar a casa, olha a criança tem o dia inteiro na atividade. É mercado, é uma conta que você tem que pagar. (...) dentro da minha casa, só eu, sozinha (...) Ah, limpar a casa, né? Porque ele (filho) tem problema de bronquite, então tem que estar tudo assim, impecável, né? Com menos poeira possível." (ELIETE, 41 anos)

Mariana (28 anos) relatou que o aumento foi apenas em relação à higienização da casa para não ocorrer o risco de contaminação. Apesar de não morar com ela, disse que pode contar com a ajuda do irmão para arrumar a casa e o filho mais velho também ajuda muito na organização. Em relação às demandas maternas, disse que não sentiu muita mudança, apenas na questão de ficar mais vigilante na questão da higiene.

Elisângela (29 anos) já relatou que houve um aumento em relação às atividades de limpeza, por conta da necessidade do excesso de limpeza para não correr o risco de contaminação. Disse que contou com a ajuda da filha para poder estabelecer essas atividades.

“(…)mais coisa pra lavar, mais roupa de cama pra lavar. Toda hora tem que arrumar. Porque não para nada limpo, não para nada arrumado. (...) A pandemia bagunçou muito a vida da gente ...” (ELISÂNGELA, 29 anos)

Rafaela (23 anos) também compartilhou que tenta delegar algumas tarefas para o filho mais velho para que ele aprenda a ajudar nas tarefas domésticas.

“(…) tem mais ou menos em torno de um ano que eu comecei a fazer isso com ele. Eu não lavo o banheiro. assim eu dou aquela geral no banheiro uma vez na semana mas durante a semana quem cuida do banheiro é ele (...)” (RAFAELA, 23 anos)

“(…) eu brigo com o Josias pra ver se ele arruma a cama (...) ainda mais agora no curso e (...) cada semana eles passam uma tarefa pra criança fazer, essa semana vamos tirar o lixo de casa.” (RAFAELA, 23 anos)

“Houve, porque antes às vezes eu não precisava nem fazer almoço todo dia... hoje em dia tem almoço todo dia (...) antes era só ligar aí entrega aqui então era “vamos ali no shopping vamos almoçar” (...) ou então “vamos jantar no shopping”, a gente ia ... comia uma besteirinha de lanche ... ele brincava e aí ele ia jantava por lá mesmo, não tinha tanto trabalho ou então ia pra casa da avó, comia na casa da avó. Era mais tranquilo, não ficava tanto tempo dentro de casa ...agora a gente tem muito tempo dentro de casa, então é muita roupa pra lavar, muito chão pra limpar, (...) eu não sabia que eu passava tanto pano dentro de casa, passo pano umas quatro, cinco vezes num dia ... então é muita coisa.” (RAFAELA, 23 anos)

Percebemos que os filhos, principalmente os mais velhos, auxiliaram na organização das tarefas domésticas do lar. Barreto, Balani e Braz (2016) em um estudo com mães solo, destacam que, muitas vezes, elas delegam aos filhos parte do trabalho doméstico. Assim, muitas crianças e adolescentes acabam desempenhando essa função como meio de auxiliar a mãe, sendo os próprios filhos que constituem em uma rede de apoio para as mães.

Dentre os relatos, a escola era a principal forma de auxílio que as mães podiam contar como rede de apoio. Algumas contavam com a ajuda de algum familiar, como irmão e mãe, mas era algo casual. Então, o fechamento das escolas por causa da pandemia, foi o fato mais relatado como o responsável pelo aumento das tarefas de cuidado pelas mães, pois os filhos fixaram toda a rotina dentro do lar durante mais de um ano.

Outras mães relataram uma maior necessidade de monitoramento aos filhos, principalmente os filhos na faixa dos 2/3 anos, uma fase que naturalmente requer maior atenção. Com o

isolamento, relataram que as crianças ficaram mais estressadas por não ter um “escape” fora de casa.

Juliana (33 anos) também sentiu diferença na questão do cuidado e tarefas domésticas. Na sua percepção, ficar mais tempo em casa causou o aumento das tarefas domésticas.

“(…)Lavar roupa, prato ou roupa, louça, prato, chão, é muita coisa porque fica em casa o tempo todo, toda hora come alguma coisa tem que ficar limpando mesa, limpando o chão, banheiro usando o tempo todo, mas assim acho que a demanda maior é louça né? Porque faz todas as refeições em casa” (JULIANA, 33 anos)

Em seu caso, também teve que dedicar aos cuidados da filha, que à época tinha apenas dois anos de idade, não entendia o porquê não poder sair de casa, gerando um estresse.

“(…) Por outro lado, teve muito estresse, porque criança não aguenta ficar dentro de casa, ainda mais dentro de apartamento. A gente usa a criatividade pra interagir (...) nós duas ficamos muito estressadas em casa (...) Teve um momento da gente ficar ...ela chorando o dia todo e eu pelejando e aí saía um pouquinho, aí tinha dia que não queria sair de jeito nenhum e eu pelejava pra que sair... mas ela estava azeda. Teve momento que ela não queria nada.” (JULIANA, 33 anos)

Vanessa (28 anos) passou um período semelhante em relação ao filho, que também possuía, à época, dois anos, uma fase de muitas mudanças na vida da criança, principalmente porque foi o período que o filho desmamou, começou a descobrir novos alimentos e aprendeu a se alimentar de uma forma mais independente, um processo que requer maior atenção.

“(…) porque é difícil pra ir no mercado, a gente tem que levar criança com medo no início de contaminação e preparar e oferecer sempre uma coisa que a criança gosta, porque ele desmamou no início da pandemia, né? Então ter que oferecer algo que a criança vá gostar, que a criança vai ficar suprida e que vai substituir esse leite que está sendo tirado (...)” (VANESSA, 28 anos)

Seu trabalho estava concentrado em casa e tinha que gerenciar o tempo para atender todas as demandas da casa sozinha, não havendo ninguém que pudesse auxiliar nas tarefas domésticas no momento em que o filho estava demandando mais atenção. Relatou que foi difícil conciliar, principalmente por ser o período em que estava participando do processo seletivo do doutorado e acabava gerando uma culpa por não dar atenção necessária ao menino.

“(...) casa mesmo, assim limpeza porque criança dessa idade suja muito, criança com dois anos toda hora que você dá um negócio, ela derrama no chão ... tipo assim você pediu uma água ela deixa cair sabe você deu um prato de alguma (...) assim, essas coisas de tempo todo ter que estar fazendo essa manutenção das coisas sabe? Criança ... Nossa! com dois anos é um terror, agora é mais tranquilo, ele já tem mais noção né? Mas, nossa com dois anos surtava demais (...)” (VANESSA, 28 anos)

“(...)Aí era o tempo que eu estava sei lá fazendo o meu projeto de pesquisa pra tentar o doutorado. Estava aqui na sala e estava no quarto. Aí chegava no quarto tinha um monte de coisa revirada (...) então é isso, são coisas que ... assim, você está ali, você precisa fazer suas coisas a criança tem que ficar um pouco sozinha e não tem esse espaço seguro. Você fica insegura de deixar a criança no quarto. E aí vem a culpa ...” (VANESSA, 28 anos)

Rafaela (23 anos) ao falar das demandas maternas durante a pandemia, disse que foi quanto a questão da atenção, pois antes o filho tinha atenção de outros lugares. Com a pandemia, ela era a única pessoa que o filho tinha para pedir atenção. Seu segundo filho nasceu um pouco antes do início da pandemia. Dessa forma, também teve que aprender a dividir a atenção entre os dois filhos.

(...) ele retrocedeu. Ele era uma criança muito ativa, uma criança muito independente. Chegou ao ponto dele fazer as necessidades na roupa ... dele ...eu ter que voltar a dar comida na boca. De ele esquecer como que fazia (...) então, assim, ele foi voltando a ser um nenenzinho. Aí eu falei “Não! alguma coisa está errado”. E tudo chorava. Uma manha igualzinho o irmão dele faz agora. (...) Um pouco eu sei que é por causa da chegada do irmão. Mas um pouco também foi por causa de (...)ficar trancado, não tinha mais nada (...) A psicóloga falou olha ali avançou muito, mas teve a volta às aulas teve o curso, ele voltou a frequentar a casa do da avó, do pai. (RAFAELA, 23 anos)

Silvana (36 anos) comentou sobre o aumento das tarefas domésticas e sobre o que mudou em relação às demandas maternas. Nas suas palavras “(...) quando a vida da gente está funcionando uma rotina normal é uma coisa e quando mexe naquela rotina sua, tudo vira de ponta cabeça.” (SILVANA, 36 anos). Ela ficou um período em casa sem trabalhar (com remuneração), seu filho em trabalho remoto, demandando mais atenção e suas irmãs – no período do lockdown suas duas irmãs moravam com ela – também concentraram suas atividades em casa, aumentando a demanda das tarefas domésticas.

“(...) porque tinha que fazer mais comida. Eu não sei o porquê, mas o tempo que a gente estava em casa ... parece que quando você está trabalhando parece que você come menos. Em casa você tinha que estar

fazendo mais, aí você ia e pensava, porque eu não ficava indo muito no mercado, aí eu ia fazer bolo, eu ia fazer biscoito. aí acaba que, né? Você trabalha mais.” (SILVANA, 36 anos).

Sobre as demandas maternas, disse que o filho precisou de mais atenção, pois ele não podia dispersar suas energias para outras atividades fora de casa. Disse que seu filho ficava assustado diante de todas as notícias do início da pandemia e que elas geravam muito medo.

“(...) o que acontece? Você tem criança, aí você tem que você tem que dar um suporte, você tem que conversar com ela, que (...) às vezes, não tem jeito, a criança acaba vendo uma notícia, a criança fica realmente assustada, aí você tem que tentar tranquilizar, né? Aí eu sempre tentei mostrar pra ele que não era assim também, que mantendo os cuidados que era super tranquilo, que eu não ia assustar né? Assustar a criança? Não tem como. Eu sempre deixei ele bem tranquilo. Ele tinha medo, é claro. Claro que falava assim ‘ai, a gente podia ir no shopping dar um passeio’ e eu falava ‘claro, a gente vai sim a gente vai no shopping na hora que melhorar, na hora que tiver mais tranquilo a gente vai, mas por enquanto a gente ainda não pode ir’. Mas aí ele entendia direitinho.” (SILVANA, 36 anos).

Diana (46 anos) passou por momentos difíceis após março de 2020. Em toda trajetória de Diana, percebe-se o quanto foi difícil para ela exercer o autocuidado. Segundo ela, “a pandemia eu cuidei dela o tempo todo (...) Cuidar da vida (...) cuidar da Laís. E eu sem cuidado algum.” (DIANA, 46 anos)

Ela precisou cuidar mais da filha que passou por um período intenso de ansiedade generalizada, depressão e síndrome do pânico. Ela já fazia um tratamento contínuo após o trauma sofrido em relação ao processo de separação dos pais. Contudo, por conta do isolamento do período pandêmico, houve uma piora da saúde mental.

No entanto, o maior aumento da demanda de cuidado foi por conta do adoecimento da mãe. Ela dividia com a irmã os cuidados em relação à mãe, que havia sofrido um AVC isquêmico há alguns anos, gerando uma insuficiência renal e insuficiência hepática. Assim, fica a maior parte do tempo acamada por ter perdido muitos movimentos, precisando de vigilância a todo momento e auxílio, por exemplo, para tomar banho, dar comida. Contudo, após o infarto da irmã, Diana teve que abrir mão do trabalho para se dedicar integralmente aos cuidados da mãe, pois já não podia contar com a ajuda da irmã.

Assim, teve sua rotina totalmente modificada por diversas razões: perder o emprego, não poder contar com a ajuda da irmã e dedicar integralmente aos cuidados da mãe em meio a uma

pandemia. Nesse período foram necessários cuidados extremos e as tarefas domésticas, consequentemente, aumentaram, relatando até mesmo maior gasto com os produtos de limpeza.

“(…) a parte de limpar mesmo a casa, né? Esse cuidado de estar higienizando, né? (...) maçaneta de porta, né? Interruptores, né? (...) calçados, né? (...) calçasse, pisasse lá fora não podia pisar dentro de casa. (...) se tivesse com algum tipo de sintomas de apresentar parecia que estava querendo ter uma gripe eu já separava tudo né? Talher. Eu cheguei a separar, por exemplo, pasta de dente, né? Fio dental, essa coisa mais pessoal ... assim, eu separei, cada um tinha o seu” (DIANA, 46 anos)

“(…) despesa com esse material de limpeza, eu tive muito mais, muito mais peso mesmo, né? Que tinha que higienizar tudo, né? E foi muito mais trabalhoso, que eu não eu não podia limpar a casa uma vez só por semana, tinha que estar limpando várias vezes (...) Eu e a Laís.” (DIANA, 46 anos)

Estes relatos corroboram com a pesquisa “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”. Segundo esta pesquisa, promovida pela SOF e Gênero e Número, houve um aumento na frequência e intensidade do trabalho doméstico e de cuidado, especialmente entre as mulheres que são responsáveis por crianças de até 12 anos e idosos. As tarefas relacionadas com a comida (preparação e louças) e com a limpeza do domicílio foram as que, para estas mulheres, “aumentaram muito”. Além do mais, 72% das entrevistadas indicaram ter havido um aumento da necessidade de monitoramento e companhia.

Observamos que as entrevistadas já não contavam com uma rede de apoio com o qual pudesse dividir o cuidado e, com o período de lockdown, ficou impossível delegar algum momento de cuidado. Também, já não havia mais o momento de trabalhar, o tempo de ficar sozinha enquanto os filhos estivessem na escola, rotina materna ficou ainda mais sobrecarregada.

As mães também foram questionadas sobre como se sentiram e lidaram com o período de lockdown, marcado por múltiplos desafios, sociais, econômicos e psicológicos.

Solidão e cansaço foram os sentimentos mais descritos pelas mulheres entrevistadas. As dificuldades já estavam presentes na vida delas antes da pandemia. Por exemplo, Vanessa (28 anos) também passou pelo processo de separação após o início da pandemia. Narrou que passou o período de isolamento sentindo-se muito solitária, pois se viu num mundo em que só existia ela e o filho, lidando com muitas questões, refletindo sobre muitas sem poder compartilhar com ninguém outras ideias.

“Mudou no sentido de que eu fiquei mais sozinha! Porque com a pandemia a gente ficou mais isolados, né? Isolados! Então não tinha como vir tanta gente ajudar... Fazer alguma coisa... Passar um tempo junto ... Então principalmente no início eu me senti muito sozinha!” (VANESSA, 28 anos)

“(…) está me dando vontade de chorar só de lembrar, assim, porque hoje, por mais que a gente ainda esteja numa pandemia, tem ainda pessoas, então eu vejo que a minha vida circula vários espaços ... assim, sei lá, você está aqui, minha avó está aqui, ontem eu vi minha mãe anteontem, eu vi não sei mais quem, não estou me isolando mais, sendo bem sincera, não me isolo mais ... então, assim, consigo me ver além de mãe, consigo falar de coisas profissionais, coisas do tipo. Mas no início eu me senti muito reduzida à maternidade. Sabe, assim, de ser só mãe mesmo? E eu fiquei meio doida, porque você fica o dia inteiro falando só com uma criança. Na época, ele nem falava direito ... assim de se expressar, igual hoje ele fala nitidamente tudo, a gente conversa, né? Porque ele ainda estava aprendendo a falar. Então, eu fiquei muito solitária ... assim, eu fiquei muito num mundinho só nosso. E foi muito solitário, assim, de ter sentir mesmo as dores da separação, de tudo que aconteceu antes entender os processos totalmente sozinha, sabe?” (VANESSA, 28 anos)

Podemos analisar o relato de Rafaela (23 anos) e Juliana (33 anos) em que relataram cansaço mental e estresse decorrente do período de pandemia.

“(…)Extremamente cansada. Eu falei que eu fiquei doente esses dias pra trás, peguei gastroenterite ... então assim, eu dormi uns três dias a tarde inteira... foi um momento maravilhoso. Eu estava doente, eu estava passando mal, mas foi a melhor coisa que me aconteceu eu precisava de dormir ... então foi assim, eu cheguei pro meu filho, tranquei o portão ali, tranquei esse portão daqui e falei assim “mamãe está passando mal, destrói a casa, mas a mamãe vai dormir” e eu deitei ali e dormi. (...)pra mim foi o maior melhor momento foi de poder dormir um pouco, de descansar.” (RAFAELA, 23 anos)

“Ah foi ruim. A gente se uniu mais assim consegui dar mais amor, conversar mais, porque teve mais tempo, mas assim... Por outro lado, teve muito estresse, porque criança não aguenta ficar dentro de casa, ainda mais dentro de apartamento. A gente usa a criatividade pra interagir (...) nós duas ficamos muito estressadas em casa (...) teve um momento da gente ficar ...ela chorando o dia todo e eu pelejando e aí saía um pouquinho, aí tinha dia que não queria sair de jeito nenhum e eu pelejava pra que sair... mas ela estava azeda. Teve o momento ela não queria nada.” (JULIANA, 33 anos)

Percebe-se que o cansaço e o estresse acabaram sendo uma consequência natural de uma situação que, até aquele momento, ninguém estava preparado para viver. Não imaginavam que

seria possível mudar toda uma rotina de isolamento social por meses. É perceptível que a falta do convívio social afetou, e muito, o psicológico de algumas mães. A energia era toda voltada para o lar e a maternidade, acarretando em sofrimento com toda a situação.

Assim, viver todas as incertezas, o medo de ser vítima da doença e ainda se preocupar “quem vai cuidar dos meus filhos?” gerou uma exaustão nessas mulheres. Essas sensações corroboram com uma pesquisa do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da FMUSP (Faculdade de Medicina da USP) em que revelou que as mulheres foram as mais afetadas durante a pandemia, sendo que 40,5% das mulheres apresentaram sintomas de depressão neste período.

A necessidade de voltar a socializar também foi perceptível nos relatos, muitas se sentiam sufocadas pela rotina, gerando relatos como:

“É assim não estou mais com preocupações além de máscara e álcool em gel, porque também não me isolo mais. Não estou me isolando mais. Se tiver que sair eu saio. Claro que eu não vou numa festa de cem pessoas (...) sair com meus amigos, com o coleguinha dele, com a mãe, né? Com outras mães, porque senão a gente pira. Sim. Não consigo mais. Ficar daquele jeito, sabe?” (VANESSA, 28 anos)

Percebemos também que, com a chegada da pandemia, aumentou-se a insegurança e preocupação com o agravamento da situação tanto social quanto econômica. E, com toda a ansiedade vivida naquele momento, ficavam apreensivas de serem vítimas da doença e que os filhos ficassem sem amparo, tanto afetivo, como financeiro. Muitas delas já estavam desempregadas, passando por certas dificuldades financeiras na manutenção das necessidades básicas do lar e já lidavam com a solidão e a ansiedade por não ter garantias sociais.

Nilda (36 anos) relatou o sentimento de ansiedade caso fosse vítima da doença, qual seria o destino de seus filhos e como sustentaria seus filhos se continuasse sem o dinheiro da faxina. Disse que foram noites de sono perdidas pensando sobre o futuro naquele período de isolamento.

Elisângela (29 anos) também tinha como a maior preocupação caso acontecesse algo com ela e quem iria responsabilizar pelos seus filhos, disse que ficava “Meu Deus! Tem gente fazendo certo, está morrendo. O que que vai ser de mim? Será que eu vou morrer também? (...) meus filhos, com quem que vai ficar?” Primeira coisa que a gente pensa é nos filhos.” (ELISÂNGELA, 29 anos)

Também relatou como foi trabalhar durante o período em que o país estava de lockdown. Disse que “(...)sentia medo de morrer porque você via a televisão só os outros morrendo (...)eu tinha que ir, tinha filho pra sustentar, cuidar. Acho que eu pudesse escolher, ficaria com meus filhos.” (ELISÂNGELA, 29 anos).

Esse sentimento também foi compartilhado por Vanessa (28 anos) que relatou “(...) se eu morrer quem vai cuidar dele? Aí começa a pensar um monte de coisa ruim e crise de ansiedade muito forte, direto.” (VANESSA, 28 anos)

De uma maneira geral, analisando todos os relatos, percebe-se que, como já não havia a possibilidade de delegar essa tarefa de cuidar dos filhos e do lar a alguém, a pandemia foi apenas “algo a mais” na rotina para algumas entrevistadas, não havendo uma abrupta mudança em relação ao trabalho não remunerado. Para outras, principalmente aquelas que modificaram a rotina do trabalho e lidaram com o ensino remoto dos filhos, perceberam um aumento nas tarefas domésticas e na demanda de cuidado.

6.4. Período de fechamento creches e escolas

Um dos assuntos mais discutidos durante a pandemia foi a questão do fechamento de escolas e creches. Alguns defendiam que as instituições escolares deveriam permanecer fechadas até o avanço da vacinação em crianças e adolescentes. Outros criticavam essa medida, principalmente após o fim das restrições em lugares fechados, achando inadmissível, por exemplo, que bares e academias fossem liberados antes que escolas e creches.

As escola e creches voltaram gradualmente no final de setembro de 2021, adotando a forma híbrida até o final do ano letivo⁷. Já no ano de 2022, as instituições escolares voltaram a funcionar normalmente. Assim, foi um período de aproximadamente um ano e meio que crianças e adolescentes aprenderam de forma remota.

Diante dessa nova dinâmica escolar, a maternidade para muitas mulheres ganhou uma nova função: lecionar. Lidar com o ensino remoto foi um desafio tanto para as crianças, como também para as mães solo. Segundo Bertolin (2021)

A questão do cuidado infantil mostrou-se uma das mais relevantes, durante os períodos de isolamento social, em que o pacto entre Estado,

⁷ O retorno ocorreu seguindo os protocolos sanitários definidos pela Secretaria de Saúde, os quais foram atualizados na última semana com distanciamento obrigatório de 90 centímetros e a ocupação de 50% dos espaços.

pais e escola foi rompido. Ao permanecer em casa, enquanto os pais estavam em *home office*, criaram-se sérios problemas ao trabalho remunerado das mães: nas famílias incluídas digitalmente, passou a ser necessário acompanhar o ensino à distância dos filhos, que, na maior parte das famílias brasileiras, tem sido assumido pelas mulheres; nas famílias não incluídas digitalmente, coube às mulheres (e, em alguns casos, às meninas) cuidar das crianças pequenas nos períodos em que antes estariam na creche/escola. Assim, houve um retrocesso significativo no patamar de inserção das mulheres brasileiras no mundo do trabalho: voltamos à década de 1990. (p.254)

Antes de adentrar em uma discussão mais detalhada dos relatos, é importante destacar que algumas crianças durante esse período deixaram de iniciar a creche. Dessa forma, quando foram reabertas, as mães puderam organizar a rotina de forma mais independente.

Como aponta Silva e Macedo (2018), a creche é a política social em que mais favorece as mulheres, pois, inevitavelmente, nas condições materiais contemporâneas são obrigadas a conciliar trabalho e família, em duplas ou mais jornadas, considerando a ainda perversa invisibilidade do trabalho doméstico. Também aponta que a creche atende principalmente à necessidade das camadas menos favorecidas economicamente, pois as camadas médias podem pagar creches privadas ou contratam outras mulheres que exercem a função de babá ou empregada doméstica que cuida das crianças. Segundo Facchini (2018):

A luta por creches segue sendo muito importante como demanda das mulheres relacionada à possibilidade de garantir cuidado e educação às crianças pequenas, e autonomia para trabalhar e como pauta que permite reflexões acerca da relação entre as mulheres e a família. Mas também é uma forma de fazer com que o Estado, que tem tendido a dar as costas aos direitos das mulheres e das populações mais pobres e negras, se implique com esses direitos e com a educação e com a vida dessas crianças. (p.61)

Em seu estudo, Sorj (2014) mostra que a via da socialização dos cuidados através de instituições públicas tem mostrado efeitos positivos sobre as desigualdades de classe e de gênero. Ela observou que as mães que possuem filhos que frequentam creches e pré-escolas apresentam maior taxa de ocupação no mercado de trabalho, como também trabalham em atividades mais formalizadas devido ao maior tempo para se dedicar nessas funções.

Essa perspectiva fica bastante perceptível através dos relatos de algumas mulheres. Com a inserção das crianças na creche, as mães narraram a possibilidade de uma maior autonomia, pois elas têm a chance de conciliar o trabalho com a maternidade.

“Aí eu trabalho aqui dia sim, dia não. E é legal, né? Que eu consigo cuidar dela nos outros dias. Mas ela já está matriculada na escola vai fazer o tempo integral então assim vai ser mais tranquilo.” (JULIANA, 33 anos)

“Eu vou ter que trabalhar porque está muito difícil com criança pequena e agora ele está na creche né? Consegui creche (...) pra mim poder arrumar alguma coisa fixa ...pra mim, que às vezes, eu faço uma faxina. A gente faz uma coisinha aqui outra, mas nem nada fixo.” (ELIETE, 41 anos)

“(...)agora até aqui, graças a Deus, esse ano agora de 2022, por eu ter perdido o emprego no ano passado e tudo, esse ano as coisas estão se encaminhando, não estou trabalhando por enquanto, mas já mandei currículos. Meus meninos já estão na creche, entendeu? Então minha vida vai se estabilizar.” (ELISÂNGELA, 29 anos)

“eu estou começando a trabalhar agora, tem a creche (...) a criança estuda, eu acho que eu não vou ter dificuldade ... porque se eu precisar de alguém pra buscar pelo menos na escola tem meu irmão, meu irmão e ainda fica com eles. Então assim, acho que dificuldade não vou ter não.” (MARIANA, 28 anos)

No caso de Vanessa (28 anos), seu filho começou a frequentar a creche em outubro de 2021, quando houve a abertura parcial das instituições escolares. Facchini (2018) aponta que mesmo para as mulheres estudantes na universidade, tanto na graduação e pós-graduação, a necessidade de uma política de creches ou de cuidados para com as crianças também existe, sendo uma reivindicação dos estudantes, pesquisadores e docentes mulheres. Esse é o caso de Vanessa (28 anos). Ela relatou que a partir do momento que seu filho pôde frequentar a creche ela se sentiu um pouco melhor em relação à ansiedade por justamente poder dedicar sua atenção exclusivamente às atividades do doutorado.

“(...)foi aí que eu comecei a ter tempo de fazer meus trabalhos, participar das aulas, fiz o curso de doula e aí eu vejo que é muito isso, quando a gente tem apoio a gente fica bem, quando a gente tem tempo pra gente, a gente fica bem. Assim, eu fiquei bem assim, minha cabeça ficou no lugar. Agora eu já não sei se está tanto mais porque teve férias, janeiro. Aí ficou só em casa e eu tive aula do doutorado janeiro e ele estava em casa em janeiro.” (VANESSA, 28 anos)

Foi questionado também durante as entrevistas se elas receberam algum suporte da escola/creche durante esse período. Segundo Moreno (2021) as creches/escolas são onde se tem um cuidado para o desenvolvimento da criança, das capacidades e habilidades, da criatividade,

da coordenação. Contudo, as prioridades mudam conforme as condições materiais da vida. Por exemplo, famílias que vivem na periferia, o mais importante da creche, em muitas regiões, é onde as crianças têm acesso à comida. Isto foi observado com Nilda (36 anos) e Paula (42 anos) que afirmaram sobre a importância da cesta básica fornecida pela escola. Nilda (36 anos) relatou que a escola poderia ter auxiliado mais no sentido material, ofertando uma cesta básica que atendesse toda a família. Mostra-se uma realidade profundamente desigual e, com a pandemia, isso se tornou uma questão importante, tendo em vista que muitas famílias ficaram sem renda.

“Você chegava lá e chegava um quilo de arroz, um óleo e um macarrão e mais tomate pra você passar até o outro mês. E você com quatro criança em casa, o que que você faz com um quilo de arroz? Nada. Então, pra mim ela não ajudou em nada (...) nem no ensino porque quem teve que ensinar ele fui eu.” (NILDA, 36 anos)

Um estudo promovido pelo Instituto Locomotiva e Descomplica, 94% das mães disseram ter sido as principais responsáveis por verificar se os filhos estavam assistindo às aulas e 87% afirmaram terem ficado encarregadas de acompanhar as lições de casa. A pesquisa também apontou que 80% dos pais apontaram dificuldades de infraestrutura e 16% dificuldade de letramento digital, bem como 55% apontaram instabilidade ou ausência da internet como barreiras no ensino remoto.

De acordo com a TIC Domicílios, estudo feito anualmente pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic), embora 70% dos lares em áreas urbanas estejam conectados, as diferenças ao se analisar as classes sociais são gritantes: entre os mais ricos (classes A e B), 96,5% das casas têm sinal de internet; já nas classes D e E, 59% não conseguem navegar na rede. Entre a população cuja renda familiar é inferior a 1 salário mínimo, 78% das pessoas com acesso à internet usam exclusivamente o celular. Segundo o IBGE, a cada 100 mães solo, 21 negras e 14 brancas não têm acesso à internet. (GÊNERO E NÚMERO, 2020, p.21)

Essa realidade apontada pelo estudo foi bastante perceptível na presente pesquisa. Dentre as entrevistadas, 10 mulheres tinham filhos em idade escolar. Os relatos mostram que na maioria dos domicílios não havia infraestrutura suficiente para que os filhos pudessem acompanhar de forma digna as aulas remotas, alguns tiveram que contar com a boa vontade de terceiros para fornecimento de internet, outros tiveram que ficar sem acompanhar as aulas por não possuírem computador/celular.

Diana (46 anos) possui uma filha adolescente de 16 anos, assim, quando começou o ensino remoto, a filha já havia criado uma certa independência em relação à sua rotina de estudo. Para conseguir acompanhar as aulas remotas, seu cunhado presenteou a menina com um computador e também contou com a ajuda do locatário de sua casa para fornecer a internet necessária para conectar às aulas.

“(…) A gente tinha um computador só que ele era muito antigo, muito problema e ela não ia conseguir ligar vídeo nele (…) O meu cunhado deu. (…) E antes disso, antes dele dar, ela descia, ia pra casa da vizinha embaixo, que era a dona da casa pra poder assistir aula lá. (…) a internet que (…) o dono da casa que eu moro, ele forneceu a internet também pra ela poder estudar” (DIANA, 46 anos)

Eliete (41 anos) também enfatizou em seu relato o quanto esse período foi difícil de gerenciar. Os dois filhos acompanharam as aulas pelo celular. Disse que o filho mais velho sempre teve muita dificuldade na escola. Apesar de estar no quinto ano, não possui uma boa base para acompanhar as aulas, por isso necessitava ainda mais de apoio nesse processo. Contudo, destacou que não tinha muita paciência, o que a levou a pagar algumas aulas particulares para auxiliá-lo melhor.

“Péssimo, porque o Augusto ele tem muita dificuldade né? Ele está no quinto ano, mas não sabe nada. Então, tive que botar na aula particular né? Eu não conseguia ensinar pra ele, porque, a gente como mãe é difícil, você fala uma coisa e “ah, não sei.” “Ai, tô cansado.” “Ai, tô com ... , quero comida,” essas coisinhas assim vai estressando todo dia (...)” (ELIETE, 41 anos)

Na sua percepção, a maior dificuldade foi ter que ficar explicando as atividades para os filhos, principalmente para o mais velho. Tinha que ficar sempre monitorando se eles estavam acompanhando as aulas e fazendo as atividades. Também falou sobre o suporte da escola nesse período, relatou que era fornecida cesta básica para ajudar as famílias, já que nesse período não havia o fornecimento de merenda, gerando uma grande ajuda.

Também achou que o período remoto foi bastante prejudicial para o desenvolvimento dos filhos, pois “(...) pesquisam no Google, no Google tem a resposta de tudo das matérias que os professor dá. Você vai e joga no Google, a matéria está lá tudo. Que criança não vai ficar lá pesquisando isso?” (ELIETE, 41 anos)

Mariana (28 anos) relatou que os filhos mais velhos estudaram a maior parte do ensino remoto pelo celular. Narrou que teve um período de aproximadamente três meses em que ficou sem

celular, deixando, assim, o filho mais velho sem aulas nesse período por não querer acompanhar as aulas pelas apostilas que a escola enviava. Disse que nesse período a escola nem procurou saber o porquê de o filho não estar fazendo as atividades, apenas um tempo depois que ela foi até a escola esclarecer o que estava acontecendo. Já o outro filho preferia fazer as atividades manualmente nas apostilas que Mariana buscava na escola e enviava as atividades pelo celular. Em sua visão, foi um período que atrasou muito o aprendizado dos filhos, principalmente para o filho do meio, que hoje tem seis e ainda não sabe escrever seu próprio nome.

Ela também enfatizou o quanto foi difícil esse período porque seus filhos dependiam dela para auxiliá-los nas atividades escolares, ao mesmo tempo que tinha o filho menor para cuidar. Mostrou o quanto esse gerenciamento foi difícil e ainda relatou o quanto sua rotina melhorou quando as escolas reabriram e, naquela mesma semana, o filho mais novo começou o período de adaptação da creche de 8h às 17h da tarde.

“(…) E, outra coisa, como ainda não completei meu estudo, então, tem muita coisa que ainda não sei que eu não posso passar pra ele. Olha, eu passava pro Dudu que eu sei, que é ler, escrever, essas coisas assim que eu sei fazer. Assim, tipo assim, aprofundar nas coisas, não, entendeu? Tipo assim, sozinha também com três filhos, é muito difícil você dar aquela prioridade pro estudo de um e não ajudar o outro. Aí vem o Gabriel. Então assim, nossa é muito difícil. Nosso Deus! Eu pejejei. Graças a Deus que essa escola voltou.” (MARIANA, 28 anos)

É importante também destacar que muitas mães sentiram a dificuldade de auxiliar os filhos nesse processo em razão do nível de escolaridade e dos anos que elas deixaram de frequentar a escola. Mesmo não possuindo uma base concreta, a maior preocupação era poder dar suporte aos filhos para que não perdessem o ano ou apresentassem algum déficit na aprendizagem que os prejudicasse futuramente.

Elisângela (29 anos) foi uma em que relatou dificuldades de auxiliar a filha nesse processo por não saber ensinar muitos assuntos que eram tratados nas aulas e sobre o quanto o ensino a distância foi prejudicial para o aprendizado dela. A filha acompanhou as aulas pelas apostilas fornecidas pela escola e acompanhou as aulas pelo celular.

“(…) É porque muitas coisas ela não aprendeu né? Estava fazendo apostila ali, mas muita coisa ... eu nem sabia inglês, ensino religioso ... essas coisas eu não sabia.” (ELISÂNGELA, 29 anos)

No caso de Nilda (36 anos), ela também falou sobre a dificuldade de auxiliar os filhos nesse processo de aprendizagem por não ter uma base para poder ensinar o filho que estava na sétima série, por exemplo. Também contou que hoje o filho mais novo consegue acompanhar as aulas por ter sido ensinado a ler e a escrever, pois muitas crianças não conseguiram aprender durante o ensino a distância.

“(…)Igual eu tenho um na sétima série. Eu não estudei até a sétima série, eu não sabia. Muitas vezes a gente tinha que pedir os outro pra ajudar e nem sempre os outro está em disposição, entendeu?” (NILDA, 36 anos)

Em seu caso, os três filhos não tinham celular individual e também não havia internet em casa para conectar às aulas. Assim, contou com a ajuda de alguns vizinhos para conseguir internet para os filhos. Nesse período também buscava as apostilas na escola para que os filhos fizessem as atividades em casa.

“(…) porque lá em casa são três filhos pequeno que estuda e, às vezes eu tinha que ir na casa dos outros pedir internet emprestada no celular para eles estudar em grupo e cada um tinha um horário, porque nem sempre as pessoas deixavam, entendeu?” (NILDA, 36 anos)

Paula (42 anos) falou que a maior dificuldade na pandemia foi quanto aos estudos da filha, pois ela não tinha celular e nem internet para poder acompanhar as aulas. Ela contou com a ajuda dos filhos mais velhos para auxiliar a filha mais nova no processo de alfabetização. Disse que a escola foi importante nesse processo por fornecer as apostilas para a menina seguir estudando em casa.

“Ah, foi muito ruim. Foi muito ruim. (...) Não foi assim tão coisa porque a gente ensinava ela em casa. (...) Igual eu ensinava. O meu filho quando vinha quando vinha lá em casa ele ensinava também, a minha filha mais velha também ensinava.” (PAULA, 42 anos)

“eu pegava ali na escola, (...) nem internet lá em casa não tem. Aí eu ia ali, as pessoas, os líderes da escola são um amor, entende? Atendia a gente direitinho. Aí elas me davam apostila direitinho pra ela estudar. E depois elas me mandavam uma mensagem, pra mim ir lá pegar apostila e entregar apostila. Era assim.” (PAULA, 42 anos)

Ao final, enfatizou que o ensino a distância “prejudicou bem (...) porque, assim, a gente não ensina, a gente não tem muito jeito né? De estar ensinando a criança, então fez muita falta.” (PAULA, 42 anos)

Silvana (36 anos) foi outra mãe que relatou ter sofrido com dificuldades para dar suporte ao filho. Ela fez ensino médio há muitos anos, então não se lembrava de muita coisa que pudesse ajudar o filho.

“(…) Mas foi bem complicado. Eu fui a professora, né? (…) nossa, essa parte foi a pior pra mim. E o quê que acontece? Eu tenho ensino médio, mas eu fiz o ensino médio tem mais de, tipo, quinze anos. Aí tem coisa que está, estava na quarta série no caso (…) ano passado. Tem coisa da quarta série, igual matemática, por exemplo, que eu nem lembrava mais. Tive que me virar para conseguir ensinar ele. Às vezes eu ia no Google buscar ...tinha acesso tanto pelo celular quanto pelo computador mas ele gostava mais de assistir aula pelo celular.” (SILVANA, 36 anos)

“(…) realmente eu peguei lá todos os dias, tinha dia que eu me descabelava, eu chorava de raiva, mas estava lá (…) todo dia eu estava lá, peguei no pé dele e ele conseguiu pegar e não vai ficar muito atrasado não” (SILVANA, 36 anos)

“Então o que que acontece? Acho que a (…) maior mudança, tipo assim, que teve que eu achei mais complicado pra mim foi questão da educação por causa da escola, entendeu? Tipo assim, eu tinha que trabalhar, tinha que ser professora e tinha que (…) ser tudo ali. Essa parte pra mim foi a mais complicada, que eu achei mais complicado da pandemia. Que a pandemia em si (…) a gente deu um jeitinho e foi levando e conseguiu, mas essa parte aí pra mim que eu achei difícil.” (SILVANA, 36 anos)

Rafaela (23 anos) narrou também como o período de fechamento das escolas e creches a prejudicou. No seu caso, centralizou em seu lar o trabalho como manicure, assim tinha que gerenciar no mesmo ambiente o trabalho, as tarefas da maternidade e as tarefas domésticas. Com o tempo sentiu maior necessidade de que as escolas e creches fossem reabertas até mesmo para melhorar sua saúde mental, pois as horas dedicadas ao trabalho eram seu refúgio, um momento até mesmo de lazer para focar apenas em algo que gosta de fazer. À medida que as restrições iam diminuindo, mais ela sentia a necessidade que as escolas e creches deveriam reabrir para poder gerenciar seu tempo e atividade.

“Então ... no início eu achei certo (…) No ano passado eu achei ... voltou só no final do ano... que eu achei estranho, porque aumentou o caso ... voltou ... eu achei meio esquisito (…) fazer o quê? Mas, igual agora, dei graças a Deus, porque eu estava precisando trabalhar (…) não é uma coisa só de necessidade de ganho dentro de casa, eu acho que é um momento (…) a hora que eu estou trabalhando pra mim é meu momento de lazer (…) Que a hora que eu não tenho criança nenhuma gritando na

minha cabeça, é a hora que eu estou ali trabalhando, meu trabalho é uma coisa que eu gosto de fazer, então ...não estar fazendo isso, não estar trabalhando fora estava me deixando agoniada (...) É fazendo isso, não estar trabalhando fora estava me deixando agoniada (...) (RAFAELA, 23 anos)

Disse que participava de grupo de mães nas redes sociais e chegou até a comprar ferramentas que prometiam ajudar na alfabetização das crianças, mas não foi muito útil.

“(...)Elas mandavam apostila (...) Então assim eu cheguei até comprar ...via no Facebook, dezenove e noventa, negócio pra ajudar a ler (...) trinta reais, negócio pra ajudar a escrever (...) ia comprando e pra poder ajudar, mas não adianta nada também não (...) Porque tinha um lá falando “ah eu ensinei meu filho a ler em um mês” A gente vê né?” (RAFAELA, 23 anos)

“ (...) hoje em dia chega da escola e faz atividade tudo (...) então o isolamento realmente, assim, afetou muito a cabecinha dele demais. Hoje em dia é igual a professora (...) falou “Ele não espera nem eu terminar, ele já me entrega atividade pronta”” (RAFAELA, 23 anos)

Podemos concluir que o período de fechamento de creches e escolas afetaram fortemente a sobrecarga de cuidados das mães solo, pois elas tiveram que exercer mais uma função, qual seja, de auxiliar os estudos das crianças. Aquelas que não tinham filho em idade escolar também foram afetadas, pois as inviabilizaram de exercer a atividade do trabalho remunerado. É importante apontar também que o universo de desigualdades que elas vivenciam afetaram o ensino das crianças, já que muitas não tinham a infraestrutura necessária para acompanhar as aulas remotas. Então, confirmamos que o período de fechamento de creches e escolas gerou impacto na vida das mulheres entrevistadas.

6.5. Auxílio emergencial e outras redes de apoio

O Auxílio Emergencial foi uma medida de alívio da fome em meio à crise econômica que se seguiu à crise sanitária provocada pelo alastramento do Sars-Cov-2. Dados produzidos pelo Ibre/FGV, a partir da Pnad-Covid, revelam que o benefício contribuiu para que a extrema pobreza no Brasil chegasse ao seu nível mais baixo da história recente, 2,3%, o que inclui as mulheres.

Contudo, houve muitas problemáticas de execução e de implementação do Auxílio Emergencial no Brasil, prejudicando um grande número de cidadãos vulneráveis. As longas horas na fila para cadastramento e recebimento do benefício, as dificuldades iniciais quanto ao CPF não

regularizado, a demora no pagamento do Auxílio Emergencial, a instabilidade do site para cadastramento, a falta de recursos humanos no Centro de Referência de Assistência Social e a dificuldade de acessibilidade digital da população pobre indicam obstáculos relativos à garantia da cidadania e do acesso ao direito à assistência em momento de crise sanitária, econômica e social. (MARINS; RODRIGUES; SILVA; SILVA *et al.*, 2021);

A Rede Brasileira de Renda Básica, uma entidade constituída com a finalidade de pesquisa, disseminação de conhecimento e experiências e promoção do debate público para implementação da Renda Básica no Brasil, apresentou à Defensoria Pública da União considerações acerca dos principais obstáculos de implementação do Auxílio Emergencial, envolvendo o Ministério da Cidadania, o Ministério da Economia e CAIXA Econômica Federal.

Devido a diversas modificações sofridas pelo Auxílio Emergencial, a linha do tempo (Figura 1) resume a cronologia do auxílio emergencial. Cabe ressaltar que os valores são referentes aos recebidos pelas famílias monoparentais femininas, e a cronologia abarca até o final da pesquisa de campo (março de 2022).

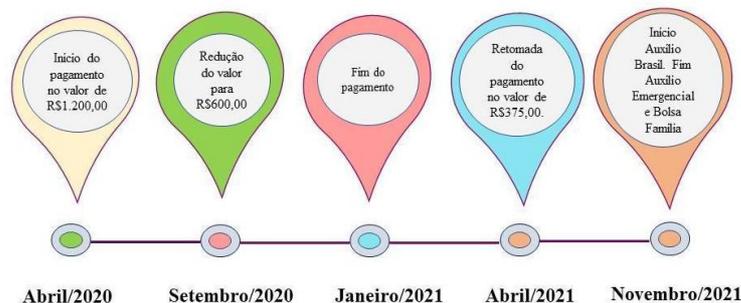


Figura 1. Cronologia das modificações sofridas pelo Auxílio Emergencial.

Dessa maneira, antes de entrar nos resultados, para melhor compreensão, a tabela a seguir lista os auxílios recebidos pelas mulheres chefes de família. Algumas não receberam o auxílio emergencial, mas receberam outros valores oriundos de algum programa de transferência.

Quadro 6. Programas de Transferência de renda

Nome	Programas de transferência
APARECIDA	Auxílio Brasil Auxílio Emergencial (recebeu automaticamente por estar cadastrada no CadÚnico)
ALICE	BPC
DIANA	Auxílio emergencial (não foi em dobro)

ELIETE	Auxílio Brasil Auxílio Emergencial
ELISÂNGELA	Auxílio Brasil em análise
JULIANA	Auxílio Emergencial (recebeu automaticamente por estar cadastrada no CadÚnico)
MARIANA	Auxílio Brasil Auxílio Emergencial apenas 1 (uma) parcela, pois recebeu as parcelas da licença maternidade.
NILDA	Auxílio Emergencial Auxílio Brasil
PAULA	Auxílio Brasil
RAFAELA	Não pôde receber o auxílio, pois recebeu parcelas da licença maternidade
SILVANA	-
VANESSA	Auxílio Brasil Auxílio Emergencial (recebeu automaticamente por estar cadastrada no CadÚnico)

A Rede Brasileira de Renda Básica, uma entidade constituída com a finalidade de pesquisa, disseminação de conhecimento e experiências e promoção do debate público para implementação da Renda Básica no Brasil, apresentou à Defensoria Pública da União considerações acerca dos principais obstáculos de implementação do Auxílio Emergencial, envolvendo o Ministério da Cidadania, o Ministério da Economia e CAIXA Econômica Federal. Dentre os relatos ouvidos no presente trabalho, percebe-se que algumas mães tiveram problemas em solicitar o auxílio emergencial, conforme algumas situações do documento apresentado pela RBRB. O documento “Problemas Centrais na implementação do Auxílio Emergencial” traz situações, como: (I) a demora em dar retorno sobre as análises das solicitações (II) A negativa ou inconsistência de dados do Auxílio Emergencial, não havendo uma explicação sobre os motivos reais para cada uma das solicitações, incluindo um caminho para solucionar as questões (III) a falta de um canal de atendimento à população que precisa acessar o Auxílio Emergencial, pois o único canal fornecido foi o número 111, incapaz de atender as famílias com mais dificuldade de compreensão. (IV) O app Auxílio Emergencial não abria possibilidade de contestação para todos os solicitantes, não havendo um critério de quem podia ou não recorrer.

Nilda (36 anos) foi uma das mulheres que relatou dificuldade em pedir o auxílio. Disse que estava suspensa do cadastro do Bolsa Família e teve que solicitar Auxílio emergencial pelo telefone. Ela não soube dizer especificamente o porquê estava suspensa do Programa, acredita que a causa se deu por que o Cadastro Único estava desatualizado.

“(...)ficava em análise, análise, análise, só ficava assim, está escrito só análise. Eles não falavam porquê (...) ah ... ficou uns oito ou nove meses só de análise. Aí na última etapa eu já consegui” (NILDA, 36 anos)

Rafaela (23 anos) não conseguiu ter acesso ao auxílio emergencial por conta de também haver uma desatualização do CadÚnico. Ela também não soube explicar exatamente o porquê não teve o direito, mas tudo indica que seu cadastro único estava vinculado ao cadastro da mãe. Disse que não insistiu em receber, pois logo depois deu entrada para receber o dinheiro da licença maternidade.

“(...) assim que saiu fiz o cadastro ... o cadastro, na verdade não é que eu fiz o cadastro, minha mãe já tinha o Cadastro Único, né? (...) Aí saiu pra ela, o de mãe solteira e tinha saído pra mim de seiscentos, que acho que podia receber na família até dois ... pessoas na família e como eu estava no cadastro dela, aí saiu pra mim o de seiscentos ... aí no dia que eu fui sacar estava lá vermelho ... que tinha pegado de volta” (RAFAELA, 23 anos)

Já Diana (46 anos) se queixou do sistema em que era feito o pedido de Auxílio. Segunda ela, estava havendo lentidão no sistema via internet e quando conseguiu fazer o cadastro, não conseguiu inserir a filha.

“Quando eu digitei lá ... que fez a pergunta ... eu digitei só pra mim. Aí aceitou. Aceitou aquilo e dali eu não conseguia entrar mais pra poder mudar (...) então eu não recebi em dobro. Eu recebi só pra mim (...) porque todo mundo falou na época que não tinha como mudar isso mais. Inclusive lá na Caixa Econômica. Eles me falaram que não tinha como mudar mais. Uma vez feito estava feito (...) (DIANA, 46 anos)

Eliete foi a única que relatou fraude. Narrou que alguém utilizou seus dados e recebeu uma parcela do Auxílio. Contudo, conseguiu denunciar e o banco lhe devolveu o dinheiro, recebendo normalmente as seguintes.

“Porque eu fui receber ... roubaram o meu dinheiro pelo “Caixa Tem”, você acredita? Mas só que o banco me devolveu o dinheiro. (...) Eu nem tenho “Caixa Tem”. Assim, tem um amigo que tinha falado (...) “Ah... minha filha vai ser vereadora, ela pode te ajudar”. Na época, eu

não recebia, nem trabalhava. Eu nem sabia que tinha ele. “Ela precisa de documento tal, vai lá no centro onde que faz” (...) Eu fiz e consegui. Eu nem sabia que tinha direito.” (ELIETE, 41 anos)

Algumas mães não receberam o auxílio por não poder acumular com alguns outros benefícios (ex. licença maternidade, seguro-desemprego e BPC). Paula (42 anos) e Elisângela (29 anos) disseram que não chegaram a solicitar o Auxílio, pois estavam empregadas à época e, após receberem o seguro-desemprego, não tiveram direito aos benefícios. Elas deram entrada diretamente no pedido do Auxílio Brasil. Mariana (28 anos) disse que recebeu apenas uma parcela por ter desfrutado do direito de receber a licença maternidade no mesmo período do pagamento do auxílio. Já Alice (32 anos) é beneficiária do BPC.

Quando questionadas sobre quais despesas o Auxílio Emergencial cobriu, a maioria disse que foi para cobrir despesas básicas (água, luz, gás e alimentação) e relataram também que não foi suficiente, pois houve um aumento de preço dos alimentos nesse período. Apenas Juliana (33 anos) e Eliete (41 anos) mencionaram o uso do auxílio para além das despesas cotidianas do lar. Juliana (33 anos) conseguiu mobiliar sua casa com o dinheiro do auxílio emergencial, mas destacou que, nesse período, recebeu todo o apoio da mãe. Ela e a filha moraram um tempo na casa dela quando voltaram para Juiz de Fora. Dessa forma, durante algum tempo, a mãe foi seu apoio tanto emocional e financeiro até planejar os novos rumos da sua vida. Por sua vez, Eliete (41 anos) utilizou uma parte para consertar a infiltração da laje da sua casa e trocou duas janelas que estavam muito antigas.

Aparecida (46 anos) alegou que o Auxílio Brasil serviu para cobrir despesas básicas, como alimentação, contas de água e luz e remédio e enfatizou que “(...) Está tudo caro filha. Tudo caro, entendeu? Tudo caro. Você tem que sapatear pra poder sobreviver. Entendeu?” (APARECIDA, 46 anos). Embora Elisângela (29 anos) não tenha recebido auxílio, mas o seguro-desemprego, também alegou que tudo se tornou difícil na pandemia “(..)Porque tudo ficou muito mais caro” (ELISÂNGELA, 29 anos)

No relato de Vanessa (28 anos) também foi bastante enfatizado sobre a importância do Auxílio em cobrir as contas básicas do lar.

“No início serviu pra cobrir muita coisa porque era mil e duzentos, aí depois de alguns meses passou pra ser quatrocentos e pouco ... ou seiscentos, não lembro então no início, cobri uma compra do mês muito boa e as contas, assim, algumas contas, depois passou a cobrir só

a comida e olhe lá ... porque as coisas estão muito caras, né?”
(VANESSA, 28 anos)

Diana (46 anos) narrou que chegou a receber três parcelas do auxílio emergencial e disse que foi a “salvação”, principalmente na parte da alimentação. Ajudou também com a compra dos remédios da filha.

“(...) então ... assim, foi muito difícil porque a questão de alimentação ...mudou completamente a gente teve que regrar tudo, né? É que a gente não conseguia mais (...) eu não conseguia mais entrar dentro num minimercado e fazer uma compra por um mês inteiro. Não tinha como mais fazer isso. Tinha que esperar acabar ali no final pra depois procurar onde é que tinha um lugar mais e mais barato e buscar ajuda também de uma de uma cesta básica, né?” (DIANA, 46 anos)

Aliás, não foi só Diana que relatou a busca de ajuda auxiliar nesse período de pandemia. Nilda (36 anos) e Paula (42 anos) destacaram que a escola oferecia uma pequena cesta básica para os filhos. Nilda disse que essa ajuda não era suficiente já que era “um quilo de arroz, um óleo e um macarrão e mais massa de tomate pra você passar até o outro mês.” (NILDA, 36 anos) Ao contrário, Paula alegou que era suficiente a cesta ofertada pela escola. No entanto, cabe ponderar que a família de Paula é composta apenas por 2 (duas) pessoas e de Nilda, por 5 (cinco) pessoas.

Os estudos acerca do impacto da COVID-19 ainda estão acontecendo, principalmente sobre a questão da insegurança alimentar. Assim, como vimos no presente estudo, estas pesquisas também mostram que a pandemia aumentou a insegurança alimentar. A insegurança de garantias sociais afeta a qualidade de vida dessas famílias. Atualmente, seis de cada dez lares chefiados por mulheres convivem com algum nível de insegurança alimentar. A fome passou de 11,2% em 2020 para 19,3% nos anos de 2021/2022, segundo os dados da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN). A pesquisa ainda indicou que a segurança alimentar foi encontrada em 47,9% dos domicílios com responsáveis homens, naqueles onde as mulheres eram a referência apenas 37,0% apresentaram a mesma classificação.

Também têm os dados do Instituto de Pesquisas Locomotiva em que, durante esse período pandêmico, 35% das mães solas não tiveram renda suficiente para comprar alimentos e 31% não conseguiam adquirir itens de higiene. Quase oito em cada dez famílias tiveram a renda familiar reduzida devido ao Covid-19 e 54% já atrasaram o pagamento de contas.

Salientamos que, apesar do auxílio trazer certa independência para essas mulheres, muitas delas ainda têm que contar com a ajuda de familiares, dos amigos, de serviços governamentais de assistência social ou mesmo de instituições beneficentes, como as Igrejas. O recebimento do benefício marca em parte certa autonomia, uma vez que as entrevistadas manifestaram que o valor do auxílio cobriu em parte as contas do lar e a alimentação.

Elisângela (29 anos) disse que recebia muita ajuda de roupa, fralda e cesta básica da Igreja Evangélica que frequenta e dos vizinhos. Aparecida (46 anos), inclusive, falou sobre a ajuda que os vizinhos têm para pagar a conta de luz e o gás. Disse que a vizinha sempre disponibiliza seu fogão a lenha, aproveitando a oportunidade para cozinhar o feijão e economizar no gás.

Juliana (33 anos), Vanessa (28 anos), Eliete (41 anos), Paula (42 anos), Rafaela (23 anos) e Mariana (28 anos) relataram brevemente sobre a família ajudar financeiramente nesse período.

Juliana (33 anos) contou com a ajuda da mãe até poder se estabelecer numa casa com a filha. Vanessa (28 anos) e Eliete (41 anos) disseram que os pais a ajudavam a pagar algumas contas, como água e luz. Paula (42 anos) relatou que os irmãos se juntavam para poder ajudar nas contas e na comida. Rafaela (23 anos) disse que o pai ainda paga pensão alimentícia, também sempre oferece ajuda para pagar algumas contas e a mãe ajuda com um “iogurte e biscoito” para as crianças. E, por fim, Mariana (28 anos) falou que o irmão sempre a ajuda no orçamento doméstico.

Percebemos que o auxílio emergencial foi de suma importância para a sobrevivência das famílias, pois foi utilizado para cobrir despesas básicas, como, por exemplo, alimentação. Aquelas que não receberam o auxílio emergencial por conta de ter recebido algum outro benefício, verificamos o que benefício que cobriu despesas essenciais que o auxílio cobriria. Observamos ainda uma dificuldade enfrentada por essas famílias para poder receber o auxílio, sem haver do governo uma resposta concreta ao problema, haja vista que algumas nem souberam definir qual foi o real problema da negativa e/ou demora da análise do pedido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho teve origem após anos de questionamento pessoal acerca da família monoparental feminina. Como filha de mãe solo, sempre refleti sobre a sobrecarga materna da mulher e sobre as causas que fazem tantas mulheres terem tantos obstáculos durante a trajetória de vida.

Nesse fechamento de um ciclo, posso dizer que ainda há um universo a ser explorado sobre a família monoparental. Posso novas reflexões e questionamento sobre a complexidade envolvida na vida das mulheres chefes de família sem cônjuge. No entanto, é importante lembrar qual foi o ponto de partida. O percurso a ser percorrido iniciou com o seguinte questionamento: De que modo a pandemia da Covid-19 afetou a vida das famílias monoparentais femininas?

Para responder tal questionamento, era necessário primeiro explorar a trajetória das mulheres da pesquisa, bem como foi necessário problematizar algumas questões. Assim, o método elaborado por Bertaux (1997) – relatos de vida - mostrou-se importante na elaboração do trabalho, permitindo uma aproximação com o campo a ser desenvolvida a pesquisa e, principalmente, pela possibilidade de contato direto com as mães solo. De alguma forma, foi possível compartilhar sobre o universo da monoparentalidade, respeitando as subjetividades vividas por cada chefe de família.

A expectativa com o desenvolvimento deste trabalho foi olhar de uma maneira subjetiva, explorar as relações desenvolvidas pelas mulheres chefes de família monoparentais. Muitas pesquisas quantitativas e reportagens já sinalizavam sobre o impacto da pandemia na vida das famílias monoparentais femininas, sendo que as mulheres seriam o suporte em que se centralizava toda a gestão de trabalho não remunerado. No entanto, apesar de entrelaçar em muitos pontos comuns, era necessário considerar que as condições já vividas por cada uma pesariam na forma em que a pandemia fosse vivenciada por elas.

Assim, com a realização desta pesquisa, foi possível um olhar sobre as mulheres chefes de família sem cônjuge, criando um elo entre desigualdades de gênero em intersecção com raça e classe. Haja vista que essas mulheres já eram responsáveis pelo cuidado da família e elas já vinham de alguma forma driblando as desigualdades presentes no cotidiano, tornou-se necessário também problematizar o tal do “vírus” democrático, o coronavírus. Muitos diziam que ele não escolhia gênero, classe social e raça. No entanto, percebemos neste estudo que as

consequências sobre a vida do indivíduo estavam intimamente ligadas às questões sociais, econômicas e psicológicas antes da pandemia.

Assim, foram selecionadas 12 chefes de família sem cônjuge para compartilhar suas vivências desde a infância, compartilhar sobre a trajetória de trabalho, relatar sobre a questão dos relacionamentos durante a vida e sobre a maternidade. Elas também compartilharam acerca do período da pandemia sobre as questões que mais impactaram na questão do cuidado, do trabalho e, conseqüentemente, na renda.

A separação de análises, apresentando uma realidade antes da pandemia e após o início da pandemia possibilitou uma visualização mais clara e objetiva sobre as mudanças que ocorreram nas vidas das doze chefes de família entrevistadas. É interessante que cada uma teve sua história e, ao mesmo tempo, os relatos se entrelaçaram em pontos comuns. Estes pontos, de muitas maneiras, são atravessados, principalmente, pelas desigualdades de gênero, raça e classe.

Uma das principais cautelas aos desenvolver esta pesquisa foi a de evitar o uso de generalizações em excesso que pudessem camuflar a grande diversidade de situações encontradas nas famílias estudadas. Por outro lado, a pesquisa procurou também demonstrar que a família monoparental feminina não deve ser analisada e vista pelo viés da ausência da figura masculina. As chefes de família do estudo são pobres, porém não são as mais pobres entre os pobres e, também, não são necessariamente pobres porque são chefes. As causas da pobreza não estão todas relacionados com a chefia, mas relacionadas com toda a trajetória de vida.

Um primeiro ponto perceptível é a baixa escolaridade entre as mulheres. Muitas não tiveram a oportunidade de completar o ensino fundamental, o que conseqüentemente, acabou interferindo nas condições de trabalho durante a vida. Somente Vanessa (28 anos) teve a oportunidade de conseguir fazer uma pós graduação, trazendo assim considerações relevantes ao se reconhecer como mãe solo que enfrenta a dificuldade de conciliar o trabalho de cuidado com o trabalho remunerado. Mesmo possuindo um alto grau de formação, não encontrou um emprego que lhe desse condições financeiras para o sustento dela e do filho, já que o genitor não a ajuda de modo suficiente, fazendo com que busque outros caminhos para complementar a renda.

Também cabe ponderar que Juliana (33 anos) conseguiu concluir o ensino superior, contudo, por se dedicar exclusivamente à maternidade não conseguiu um emprego na sua área e enfatizou a necessidade de fazer mais cursos para ter uma remuneração um pouco melhor. Isto posto,

percebemos a distribuição desigual das oportunidades de continuar os estudos, de ter um emprego digno e um salário suficiente para atender às suas necessidades e às necessidades da família.

As mulheres chefes de família, em um mundo marcado por confrontos, e tensões familiares e conjugais, vivem uma vida marcada pelo trabalho não remunerado, além das marcas da exploração do trabalho precário, para conseguir o sustento da família. Cabe destacar que o casamento não foi a causa do empobrecimento, pois a pobreza já estava presente desde a infância. Para as chefes de família, o casamento acabou sendo mais um empecilho para conseguir estabelecer uma vida digna de ser vivida.

Um ponto incontestável neste trabalho é que a pandemia em si não foi o único fator causador dos impactos perceptíveis pelas chefes de família. A Covid-19 foi um fator que escancarou e reforçou o quanto as mulheres-mães têm um papel definido pela sociedade, o cuidado. Percebemos, diante dos resultados, que a pandemia intensificou as desigualdades já vividas, originadas por falta de políticas que efetivamente fossem voltadas para a autonomia das mulheres chefes de família sem cônjuge. Com todas as modificações necessárias para conter o avanço da doença, as mães solo tiveram uma sobrecarga ainda maior em relação ao cuidado com os filhos. O fechamento de escolas e creches foi um dos impactos mais marcantes nesse período, pois impossibilitou algumas de se inserirem no mercado de trabalho, bem como fizeram com que elas tivessem que lecionar durante este período, mesmo que não tivessem o conhecimento suficiente para ensinar os filhos.

Aliás, tornou-se ainda mais evidente a ausência de reconhecimento enquanto trabalhadoras não-assalariadas e nas dificuldades de acesso ao trabalho formal, muitas já exerciam o trabalho na informalidade por não terem a escolaridade suficiente e por serem encarregadas pelo cuidado desde cedo. Percebemos a importância do Auxílio Emergencial durante o período da pandemia, sendo uma renda que assegurou o sustento mínimo das famílias monoparentais, como, por exemplo, o alimento. Muitas famílias não tinham nem esse mínimo, sendo o auxílio a única fonte de renda das chefes de família.

Elas vivem uma vida marcada pelo trabalho de reprodução social, gerando um impacto até mesmo nas conquistas pessoais. Todos os sonhos e expectativas acabam girando em torno de conseguir estabelecer uma vida melhor para elas e para os filhos, só que para isso elas devem ter mecanismos para alcançá-los.

Podemos concluir também que cada vez que o Estado reduz seus gastos sociais, conseqüentemente, sobrecarrega a figura da mulher. Desde ainda na infância, as atividades do cuidado estão presentes na vida dessas mulheres, sendo algo exigido e naturalizado. A mulher acaba sendo o intermédio para muitos serviços que deveriam ser o papel do Estado, sendo insensivelmente utilizadas de forma gratuita e exploradas por parte do Estado em prol da instituição familiar.

Isto posto, cabe refletir sobre qual o papel da mulher e como as políticas públicas afetam sobre ela ao implementá-las. Não há como negar que a modificação na gestão federal no ano de 2023 traz uma esperança de o Brasil voltar ao campo progressista. Presenciamos nesses últimos tempos, graves ataques às minorias, um governo em que trabalhou em prol das desigualdades, desprezou o direito das mulheres e, ainda, zombou de uma doença que trouxe tanto sofrimento para a sociedade. Hoje, possuímos a chance de colocar em pauta questionamentos acerca do papel delegado às mulheres durante gerações, colocando-as como responsáveis pelo cuidado. É dada a oportunidade de dialogar e construir um futuro diferente para as mulheres chefes de família.

Devemos trabalhar para construir um pensamento em que a paternidade e a maternidade devem ser partilhadas de forma mais igualitária, bem como discutir o dever estatal em prover serviços para a família sem valer-se do papel que é historicamente imposto à mulher. O Estado não pode visualizá-la como um instrumento de serviço a custo reduzido. A reconstrução do Brasil só será possível se houver verdadeiramente um compromisso com o fim das desigualdades de gênero, raça e classe que se tornaram tão díspares após o golpe e, principalmente, após a pandemia.

Após todo esse tempo de pandemia, o acúmulo de responsabilidades das mães chefes de família ficou sob o olhar da sociedade. Aliás, este estudo foi uma forma de trazer mais visibilidade ao núcleo familiar monoparental feminino durante o período da pandemia, pois lapidou as questões que devemos problematizar e modificar à luz da interseccionalidade de modo que as chefes de família monoparental consigam estar no espectro da igualdade social.

Diante de todo o exposto no trabalho, mostra-se importante demonstrar a importância de políticas públicas de modo a possibilitar uma articulação. O caminho não se mostra viável pela visão da mulher-mãe responsável pelo cuidado e bem-estar da família. Ao contrário, deve-se articular para que as mulheres chefes de família sejam capazes de encontrar o papel que não seja unicamente o trabalho de reprodução social, pois beneficia apenas aos interesses de uma

sociedade capitalista que se desenvolve a partir da exploração do trabalho não remunerado das mulheres. Só que, para isso, é necessário concretizar ações que viabilizem essa emancipação da responsabilização do cuidado e o Estado deve cumprir seu papel guardião da política de bem-estar social de modo a não sobrecarregar as mulheres, principalmente as mães chefes de família.

O objetivo da dissertação foi contribuir com a discussão acerca da monoparentalidade feminina de modo a reforçar a visibilidade necessária às mães solas que enfrentaram dificuldades durante a pandemia da Covid-19, bem como reforçar a necessidade de políticas públicas que atendam suas necessidades.

Dessa forma, este espaço foi utilizado para discutir as desigualdades de gênero que estão presentes na sociedade antes da pandemia, principalmente no Brasil, onde houve um retrocesso de direitos sociais nos últimos anos para as mulheres. Concluimos que, após o coronavírus, tornou-se um mundo ainda mais precarizado para as essas chefes de família, pois encontraram ainda mais dificuldades de conciliar maternidade, tarefas domésticas e trabalho remunerado.

Devemos ter em mente que os impactos – econômicos, sociais e psicológicos – deixados pela pandemia não irão se dissipar tão rapidamente. Ao contrário, eles se fundiram às desigualdades anteriores, formando uma complexidade ainda maior. A pesquisa é um modo de retratar tais desigualdades que precarizam a vida das mulheres chefes de família, principalmente durante um período em que a negligência, omissão e desprezo pela vida foram marcos de uma gestão federal.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/12/senadores-e-especialistas-temem-que-negacionismo-prejudique-vacinacao-contracovid-19>> Último acesso em 22 de dezembro de 2022.
- ANTUNES, R. O vilipêndio do coronavírus e o imperativo de reinventar o mundo. **Tostes A; Filho HM. Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois**, 1, p. 181-188, 2020.
- BACCHIEGGA, F. 09 de junho de 2020. Boletim n. 58-Ciências Sociais e coronavírus.
- BANDEIRA, L. M. Violência, gênero e poder: múltiplas faces. **Mulheres e violências: interseccionalidades. Brasília: Technopolitik**, p. 14-35, 2017.
- BARRETO, D. J., Balani, C. L., & Braz, P. S. (2016). Problematizações entre a dinâmica familiar preconizada pela Assistência Social brasileira e a família monoparental feminina. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 11(2), 295-309.
- BARRETO, L. Direitos e seguridade social em tempos neoliberais: contradições e desafios feministas. **Revista Katálisis**, 23, p. 309-316, 2020.
- BARTHOLO, L.; PAIVA, A. B. D.; NATALINO, M. A. C.; LICIO, E. C. *et al.* As transferências monetárias federais de caráter assistencial em resposta à COVID-19: Mudanças e desafios de implementação. 2020.
- BERTAUX, Daniel. **Los relatos de vida: perspectiva etnosociológica**. Edicions Bellaterra, 1997.
- BERTELLI, E.; MOSER, L.; GELINSKI, C. R. O. G. Famílias, mulheres e cuidados: efeitos da pandemia de covid-19 em Santa Catarina. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, 32, n. 1, p. 35-54, 2021.
- BERTOLIN, P.T.M. Posfácio. Cuidar, verbo coletivo: Diálogos sobre o cuidado na pandemia da Covid-19. Joaçaba: Editora Unoesc, 2021.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: os limites da democracia no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018.
- BRANDÃO, E. R.; HEILBORN, M. L. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, 22, n. 7, p. 1421-1430, 2006-07-01 2006.
- BRASIL. Ministério da cidadania. Disponível em <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>> Último acesso em 12 de janeiro de 2023
- BRASIL. Decreto nº 10.412, de 30 de junho 2020. Altera o Decreto nº 10.316, de 07 de abril de 2020. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília-DF, Poder Executivo, Seção 1, Edição 124, p. 36, de 01 de junho de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10412.htm. Último acesso em 22 de novembro de 2022.

BRASIL. Medida Provisória nº 936, de 01 de abril de 2020. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília-DF, Poder Executivo, Seção 1-Extra, Edição 63-B, p. 01, de 01 de abril de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv959.htm. Último acesso em 22 de novembro de 2022.

BRASIL. Medida Provisória nº 950, de 08 de abril de 2020. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília-DF, Poder Executivo, Seção 1-Extra, Edição 68-B, p. 01, de 08 de abril de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv950.htm. Último acesso em 22 de novembro de 2022.

BRASIL. MTE – Ministério do Trabalho e Emprego. Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda. Brasília: MTE, 2020. Disponível em: <http://servicos.mte.gov.br/bem/>. Último acesso em 22 de novembro de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.982, de 02 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993. BrasíliaDF: Portal da Legislação, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm Último acesso em 22 de novembro de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Lei nº 14.020, de 06 de julho de 2020. Brasília-DF: Portal da Legislação, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14020.htm. Último acesso em 22 de novembro de 2022.

BRUSCHINI, M. C. A.; ARDAILLON, D. **Tesouro para estudos de gênero e sobre mulheres**. Editora 34, 1998. 8573261110.

BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica de família. Revista Brasileira de Estudos de População, 6, n. 1, p. 1-23, 2014.

CARLOTO, C. M. A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, 4, n. 1, p. 1-17, 2005.

Carloto, C. M., & Mariano, S. (2008). A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social. **Sociedade em Debate**, 14(2), 153-168.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). **La pandemia del COVID-19 profundiza la crisis de los cuidados en América Latina y el Caribe**. Informe COVID-19, Santiago, 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45335/5/S2000261_es.pdf. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). **La autonomía económica de las mujeres en la recuperación sostenible y con igualdad**. Informe Especial COVID-19, Nº 9, Santiago, 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/46633/5/S2000740_es.pdf . Acesso em: 23 de dezembro de 2022.

CHANT, S. Nuevas contribuciones al análisis de la pobreza: desafíos metodológicos y conceptuales para entender la pobreza desde una perspectiva de género. Cepal, 2003. 9213222742.

_(2001), Female Household Headship, Privation and Power: Challenging the “Feminisation of Poverty” Thesis, Working

CRISTINE DE OLIVEIRA, E. Pai, separado e pobre: entre as dificuldades e o desejo de uma paternidade plena. 2010. -, Universidade Federal de Pernambuco.

DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. D.; ROSSI, P.; GUIDOLIN, A. *et al.* Austeridade e retrocesso: impactos sociais da política fiscal no Brasil. **São Paulo: Brasil Debate e Fundação Friedrich Ebert**, 1, 2018.

EL PAIS. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-11/oms-declara-que-coronavirus-e-uma-pandemia-global.html>> Último acesso em 18 de dezembro de 2022.

EL PAIS. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-17/os-estragos-invisiveis-da-pandemia-para-as-maes-solo.html>> Último acesso em 18 de dezembro de 2022.

FACCHINI, R. (2018). Feminismos e estudos sobre mulheres e gênero no Brasil: um olhar a partir das articulações presentes na luta por creches. In M. A. A. Teles, F. Santiago, & A. L. G. Faria (Orgs), **Porque a creche é uma luta das mulheres? Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade** (pp.35-63). São Carlos: Pedro & João Editores.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, 12, n. 1, p. 47-71, 2004-04-01 2004.

GÊNERO E NÚMERO; SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. **Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia**. Brasil, 2020. Disponível em: <http://mulheresnapanidemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2022.

GEORGES, I.; DOS SANTOS, Y. G. As "novas" políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência: produção local do serviço e relações de gênero. Fino Traço Editora, 2016. 8580543096.

GEORGES, I. P. H.; RIZEK, C. S.; CEBALLOS, M. As políticas sociais brasileiras: o que há de novo? **Caderno CRH**, 27, n. 72, p. 457-461, 2014-12-01 2014.

GUIMARÃES, N. A. Os múltiplos fios que tecem as relações de cuidado. Cuidar, verbo coletivo: Diálogos sobre o cuidado na pandemia da Covid-19. Joaçaba: Editora Unoesc, 2021.

HEILBORN, M. L.; DUARTE, L. F. D.; PEIXOTO, C.; BARROS, M. L. D. Uniões precoces, juventude e experimentação da sexualidade. In: **Sexualidade, família e ethos religioso**: Garamond, 2005. p. 39-59.

___, Maria Luiza. “Construção de si, gênero e sexualidade”, in: HEILBORN, Maria Luiza. (org.). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 40-59.

HIRATA, H. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, p. 24-41, 2009.

_, Helena. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v.6, n.11, p.1-7, 2010.

_, H. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo social**, 26, p. 61-73, 2014.

_, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set/dez, 2007.

hooks, B. (2019). **Teoria Feminista: Da margem ao centro**. São Paulo: Editora Perspectiva.

hooks, B. (2020). **Ensinando o pensamento crítico: sabedoria prática**. São Paulo: Elefante.

IBRE-FGV, 08 de março de 2022, Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/educacao-e-cada-vez-mais-importante-para-recuperar-participacao>> Último acesso em 18 de dezembro de 2022.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/621628>> Último acesso em 18 de dezembro de 2022.

LAVINAS, L. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas**, 4, n. 2, p. 464, 1996.

MACEDO, M. D. S. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. SciELO Brasil 2008.

_. Na trama das interseccionalidades: mulheres chefes de família em Salvador. 2008.-, Universidade Federal da Bahia.

MACHADO, C.B. (2019). O que cabe às mulheres no Programa Bolsa Família? Uma história de muitas Marias, Mahins, Marielles e Malês (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora). Recuperado de <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/10544>.

MARINS, M. T.; RODRIGUES, M. N.; SILVA, J. M. L. D.; SILVA, K. C. M. D. *et al.* Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**, 36, p. 669-692, 2021.

MENEZES, J. A.; DE OLIVEIRA LEITE, M.; BARBOSA, E. S.; ADRIÃO, K. G. Gravidez e maternidade na adolescência e suas repercussões no processo de escolarização. **PerCursos**, 13, n. 2, p. 134-154, 2012.

MORENO, R. Cuidar da vida na pandemia: trabalhos, desigualdades e sobrecargas (in)visíveis. **Cuidar, verbo coletivo: Diálogos sobre o cuidado na pandemia da Covid-19**. Joaçaba: Editora Unoesc, 2021.

O GLOBO. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/17/seis-meses-apos-domestica-ser-a-1a-a-morrer-de-covid-no-rj-outras-profissionais-relatam-desafios-na-pandemia.ghtml> > Último acesso em 20 de dezembro de 2022.

O GLOBO. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml> > Último acesso em 20 de dezembro de 2022.

O GLOBO. Disponível em: < <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2020/04/18/prefeitura-publica-decreto-que-obriga-uso-de-mascaras-em-juiz-de-fora.ghtml> > Último acesso em 20 de dezembro de 2022.

O GLOBO. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/brasil-foi-pais-que-manteve-escolas-fechadas-para-alunos-mais-novos-por-mais-tempo-durante-pandemia-em-2020-diz-ocde-25198658>> Último acesso em 20 de dezembro de 2022.

O GLOBO. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/02/extrema-pobreza-bate-recorde-no-brasil-em-dois-anos-de-pandemia-diz-ibge.ghtml> > Último acesso em 20 de dezembro de 2022.

O GLOBO. Disponível em: < <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/09/21/numero-de-milionarios-no-brasil-cresceu-em-59-mil-em-2021-mostra-relatorio.ghtml>> Último acesso em 20 de dezembro de 2022.

O GLOBO. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/07/auxilio-brasil-beneficia-familias-de-uma-unica-pessoa-custa-mais-aos-cofres-publicos-e-tem-beneficiarios-em-excesso-conclui-tcu.ghtml> > Último acesso em 20 de dezembro de 2022.

O GLOBO. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/07/auxilio-brasil-beneficia-familias-de-uma-unica-pessoa-custa-mais-aos-cofres-publicos-e-tem-beneficiarios-em-excesso-conclui-tcu.ghtml> > Último acesso em 20 de dezembro de 2022.

O GLOBO. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/sociedade/kit-covid-reacoesadversas-cloroquina-disparam-558-anvisa-ja-registra-nove-mortes-1-24956029..>> Último acesso em 22 de novembro de 2022.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Care Work and Care Jobs for the Future of Decent Work**. 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_633135.pdf>. Acesso em: 28 de outubro de 2022.

PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work and welfare. **Urban and Social Change Review**, february. 1978, p.28-36.

PEDROSA, M.; ZANELLO, V. Reconstruindo histórias para além do diagnóstico psiquiátrico: escuta (e intervenção) de gênero como meio de empoderamento de mulheres com histórico de relações violentas. 2017.

PENSSAN, R. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil. **Rio de Janeiro: Rede Penssan**, 2021.

PINNELLI, Antonella. Gênero e família nos países desenvolvidos. **Demographics**, Campinas, SP, ABEP, n. 2,2004.

ROCHA, A. M. Impacto da ideologia neoliberal na subjetividade feminina. **Princípios**, n. 153, 2018.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 10, p. 1-12, 2013.

REDE BRASILEIRA DE RENDA BÁSICA DE CIDADANIA (RBRB). **Problemas Centrais na implementação do Auxílio Emergencial**. Recuperado de <https://rendabasica.com.br/notas-tecnicas/>.

SAFFIOTO, Heleirth (2001). **O poder do macho**. São Paulo: Moderna. Coleção Polêmica.

SANTOS, Y. G. D. Mulheres chefes de família entre a autonomia e a dependência: Um estudo comparativo entre Brasil, França e Japão. 2008. -, Universidade de São Paulo.

SANTOS, Y. G., 2014. As mulheres como pilar da construção dos programas sociais. **Caderno CRH**[online], Salvador, v. 27, n. 72, p. 479-494.

SANTOS, Y. G. D. **A transformação como dever? As mulheres usuárias dos programas de proteção básica da assistência na cidade de São Paulo**. Comunicação apresentada no II Simpósio Gênero e Políticas Públicas (Universidade Estadual de Londrina). Recuperado de <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/anais/ii-simposio.php>

SARTI, C. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. 1994. -, Tese (Doutorado em Antropologia)–Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências.

_. Famílias enredadas. In: ACOSTA, a.; vitale, m (Orgs). **Família: redes, laços e políticas públicas**. 4ª edição. São Paulo: Cortez editora. 2003.

SILVA, S. D. P; MARIANO, S. A. **As Mulheres Usuárias da Assistência Social, o trabalho remunerado e o não Remunerado**. Comunicação apresentada no Seminário Internacional Fazendo gênero 10 (Instituto de Estudo de gênero). Recuperado de http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1372971280_ARQUIVO_trabalhoFazendoGenero-finalfinal.pdf

SILVA, A.A.D.; MACEDO, E.E (2018). Creche: uma bandeira da despatriarcalização. In M. A. A. Teles, F. Santiago, & A. L. G. Faria (Orgs), **Porque a creche é uma luta das mulheres? Inquietações femininas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade** (pp.145-163). São Carlos: Pedro & João Editores.

SOARES, V. Mulher, autonomia e trabalho. Autonomia e empoderamento da mulher. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, p. 281-301, 2011.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil: issues and policies in Brazil. **Cadernos de pesquisa**, 37, n. 132, p. 573-594, 2007.

_, B.; FONTES, A. **Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças**. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-32-encontro/gt-27/gt14-19>. Acesso: 28 de julho de 2022.

_, B. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo social**, 26, p. 123-128, 2014.

WERNER, D.; ROCHA, C. A pandemia Covid-19 como pedagogia neoliberalizante no Brasil. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, p. 218-226, 2020.

UOL. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/06/10/randolfe-diz-que-pfizer-enviou-81-e-mails-ao-governo-desde-marco-de-2020.htm>> Último acesso em 18 de dezembro de 2022.

UOL. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2021/03/mulheres-sao-o-dobro-dos-homens-entre-vacinados-contracovid-no-pais.shtml> > Último acesso em 18 de dezembro de 2022.

VAZQUEZ, A. C. B.; FALCÃO, A. T. S. Os impactos do neoliberalismo sobre as mulheres trabalhadoras: a esfera do cuidado e a precarização do trabalho feminino. **O Social em Questão**, 21, n. 43, p. 371-392, 2019.

VEGA, A. P. Pobreza feminina desvendando suas raízes. *TEL Tempo, Espaço e Linguagem*, 10, n. 2, p. 177-200, 2019.

VERZA, F.; SATTLER, M. K.; STREY, M. N. Mãe, mulher, chefe de família: perspectivas de gênero na terapia familiar. *Pensando famílias*, 2015.

ZANELLO, V. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. 2016.

_, V. (2018). *Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Editora Appris.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

DADOS DE CLASSIFICAÇÃO

- Idade?
- Raça, etnia?
- Quem compõe a família?
- Quantos filhos?
- Qual a idade dos filhos?
- Renda mensal da mulher e da família (individual – resto da família)

FAMÍLIA E FORMAÇÃO

- A sua Família é de qual cidade?
- Com quantos anos veio para Juiz de Fora?
- Como foi sua infância e adolescência?
- Grau de instrução atual?
- Qual o motivo de não ter prosseguido os estudos?
- Qual a sua religião? É a mesma religião seguida por sua família?

RELACIONAMENTOS

- Como foi sua vida amorosa?
- E o (s) casamento (s)?
- Qual a raça/etnia do (s) antigo (s)companheiro (s)? Qual a idade que você e seu (s) companheiro (s) tinham quando casaram/juntaram?
- Qual era o seu grau de instrução e do (s) companheiro (s) quando casaram/juntaram?

- Qual a razão da separação?
- Quanto tempo durou o relacionamento/casamento?
- Como viveu a separação (materialmente e emocionalmente)?
- Você sente que abriu mão de algum sonho/projeto por causa do relacionamento?

CONDIÇÃO DE MÃE CHEFE DE FAMÍLIA

- Quantos anos tinha quando ficou grávida do primeiro filho (e dos outros)?
- O que levou a criar sozinha os filhos (tornou-se mãe solteira, separou, divorciou, viuvez?)
- Quanto tempo viveu junto com o pai do(s) filho(s)?
- Qual a idade do (s) filho (s) à época que levou a criar sozinha a família?
- O pai oferta algum valor de pensão alimentícia? Quanto?
- A pensão é suficiente para pagar as despesas?
- Ainda mantém contato com o(s) pai(s) da(s) criança(s)?
- Como ele é, o que faz? Como lida com os filhos?
- Atualmente abre mão de algum lazer ou algum projeto para conciliar maternidade e trabalho?
- Alguém ajuda a cuidar da(s) criança(s) ou fica com ela(s) enquanto está ocupada?
- Qual a maior necessidade de apoio que você sente no cuidado cotidiano do (s) filho (s)?
- Você recebe algum tipo de ajuda recebe de outros membros da família?

CONDIÇÃO DE MÃE CHEFE DE FAMÍLIA DURANTE A PANDEMIA

- O que mudou nas responsabilidades cotidianas após o início da pandemia em relação aos filhos e às tarefas domésticas?
- O pagamento de pensão aos filhos mudou alguma coisa após o início da pandemia?
- Como ficou a visitação do pai do seu (s) filho (s) durante o período de isolamento?

- Durante o período de isolamento teve o apoio de alguém para cuidar do (s) filho (s)?
- Houve necessidade de cuidar de alguém após o início da pandemia?
- O que mudou na rotina como mãe chefe de família no período pandêmico?

TRABALHO

- Qual a sua trajetória de trabalho durante a vida? (falar sobre o primeiro emprego, fazer uma cronologia)
- Ocupação atual (ênfatisando se é trabalho formal/informal, integral/tempo parcial, funcionária contratada por período determinado/efetiva)?
- Como ficou a questão do emprego após o início da pandemia? Se manteve o emprego, qual a carga horária?
- Houve a opção de trabalhar em *home office*? Quais foram os maiores desafios?
- Houve algum fornecimento de máscara, álcool em gel após o retorno presencial?
- Qual o meio de transporte utilizado para ir ao trabalho? Quanto tempo de deslocamento?
- Caso manteve-se presencial, como se sente/sentiu no ambiente de trabalho após o início da pandemia?
- Caso tenha ficado desempregada após o início da pandemia, quanto tempo depois conseguiu um novo emprego?
- Quais as maiores dificuldades de trabalhar nesses tempos de pandemia?

CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA

- Houve aumento dos serviços domésticos após o início da pandemia? Tem alguém que auxilia nesses serviços?
- Quais tarefas domésticas mais demandadas após o início da pandemia?
- Quais as demandas maternas aumentaram durante a pandemia?
- Como foi conciliar o *home office* com o aumento das demandas domésticas e maternas?

- Como foi o período de transição para voltar à rotina normal?
- As crianças estão indo para a creche e/ou escola?
- Como ficou essa rotina escolar durante o período de fechamento da creche e/ou escola?

SAÚDE

- Você teve COVID? Como foi o período de recuperação?
- Todos os membros da família tomaram vacina?
- Você sentiu mais segura após a vacina?
- Algum familiar auxiliou no período de recuperação? Teve alguma sequela?
- Perdeu algum familiar de COVID?
- Quais precauções tomadas para proteger a si e à família?
- Há outras questões de saúde sua, ou do(as) filho (as)?

POLÍTICAS PÚBLICAS E OUTROS MECANISMOS DE AJUDA

- Recebeu ou recebe algum benefício financeiro do governo destinado às mães chefes de família ou à população de baixa renda (Bolsa Família, BPC, moradia)? E após o início da pandemia (por exemplo, auxílio emergencial)?
- No caso do auxílio emergencial, como foi o processo de pedido (necessitou da ajuda de alguém?)
- Se for o caso de receber, o auxílio serviu para cobrir quais despesas?
- Especificadamente quanto ao auxílio no período de pandemia, foi suficiente para cobrir as despesas cotidianas?
- Quais as maiores dificuldades enfrentadas durante o período do ensino à distância? Houve algum suporte por parte da escola para a manutenção do ensino?
- Acha que esse período foi prejudicial para o aprendizado e desenvolvimento das crianças?

- Recebeu algum apoio psicológico?
- A religião propicia algum conforto além do conforto espiritual?
- Participa de alguma associação do bairro? Traz algum benefício para o cotidiano?

DEMANDAS

- Na sua percepção, quais serviços públicos são necessários para ajudar as mulheres como chefe de família após o período da pandemia.
- Como se sente fisicamente e mentalmente após todo esse período de pandemia?
- Quais os planos para o futuro?
- Quais os planos que você imagina para seus filhos?